

Inês Rodrigues Morais

2º Ciclo de Estudos em Turismo

Turistas da Memória

– à procura das raízes judaicas na cidade do Porto –

2014

Orientador: professora Doutora Inês Amorim

Coorientador: professor Doutor Paulo Faustino

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP: 16

Agradecimentos

Aproveito este espaço para agradecer a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

Aos meus pais, pelo incentivo que, ao longo dos anos, demonstraram ao meu percurso académico.

Aos meus amigos, pelos momentos de descontração que proporcionaram e pelo ouvido atento nas horas de desabafo.

À professora Inês Amorim, orientadora deste trabalho, pelos conselhos, sugestões e palavras amigas durante todo o percurso.

Ao professor Paulo Faustino, coorientador da dissertação que agora se apresenta, pela colaboração e sugestões, principalmente, no que toca às questões de comunicação e marketing.

A Hugo Vaz, responsável pelo Departamento de Turismo da Comunidade Israelita do Porto, pela disponibilidade e atenção com que aceitou o pedido de entrevista, além do entusiasmo presente durante a visita à sinagoga e sempre que o assunto é a presença judaica no Porto.

A Isabel Osório e Orquídea Félix, da Divisão de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, pela disponibilidade e simpatia com que me atenderam.

A Paula Cardona, do Departamento Municipal de Turismo da Câmara Municipal do Porto, pela disponibilidade, informação e sugestões apresentadas durante a entrevista.

A Marco Sousa, da Delegação de Turismo Religioso da entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal, pela simpatia e prontidão com que acedeu ao pedido de entrevista.

A Delfim Filho, do grupo hoteleiro Hoti Hotéis, pelas informações prestadas durante a entrevista.

A todos um Muito Obrigado!

Resumo

Tendo como ponto de partida o forte contributo da comunidade judaica para a história e desenvolvimento de Portugal, e da cidade do Porto, pretende-se realizar um estudo sobre a viabilidade da inserção da cidade nas rotas de turismo judaico.

Sabendo que a história dos judeus portugueses se traduz em diáspora e esquecimento, torna-se imperativa a conceptualização, não só de turismo religioso, mas de turismo de raízes, diáspora e memória, uma vez que, em muitos dos casos, o turista de origem judaica procura uma ligação às raízes dos seus antepassados, um sentimento de pertença, nos locais que visita.

Assim, após uma breve abordagem à cultura judaica e, principalmente, à história dos judeus portuenses, apresentar-se-ão as potencialidades da cidade do Porto como destino turístico, os passos que estão a ser dados, pelas entidades competentes, na comunicação e preservação do património judaico da cidade e sugestões complementares a essas ações.

Palavras-chave: Turismo religioso, turismo de raízes, rotas, diáspora, turismo judaico, Porto, judaísmo.

Abstract

Begining with the strong contribute of the Jewish community to the history and development of Portugal, and Oporto, it is intended to conduct a study on the viability of inserting the city of Oporto in the Jewish tourism routes.

Knowing that the Portuguese Jews' history is one of diaspora and oblivion, it is imperative to conceptualise, not only religious tourism, but roots tourism, diaspora and memory, since, in many cases, the Jewish tourist searches for a connection to his/hers ancestral routes, a feeling of belonging, in the places he/she visits.

Thus, after a brief approach to the Jewish culture and, above all, the history of the Jews of Oporto, it will be presented the potential of the city of Oporto as a tourism destination, the steps undertaken by the competent authorities on the promotion and preservation of the city's Jewish heritage and the complementary suggestions to those actions.

Keywords: Religious tourism, roots tourism, routes, diaspora, Jewish tourism, Oporto, Judaism.

Sumário

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract	vi
Índice de Imagens	ix
Índice de Tabelas.....	xi
Índice de Anexos.....	xiii
Siglas.....	xv
Glossário	xvii
1. Introdução	1
1.1. Justificação e objetivos.....	1
1.2. Fontes e metodologia	3
2. Enquadramento Teórico	7
2.1. Turismo Religioso.....	7
2.1.1. Motivação dos turistas.....	9
2.2. Turismo de Raízes, Diáspora e Memória	17
2.3. Rotas Patrimoniais.....	25
2.3.1. Rotas existentes	27
2.4. Marketing Turístico.....	31
2.4.1. Conceito de Marketing	31
2.4.2. Análise <i>SWOT</i> , Segmentação e Marketing-mix	34
2.4.3. A Importância das Tecnologias de Informação e Comunicação no Marketing Turístico	39
3. Contextualização Histórica	41
3.1. Judaísmo.....	41
3.2. Presença judaica em Portugal e na cidade do Porto	47
4. Estudo de caso: a cidade do Porto nas rotas do turismo judaico	73
4.1. Análise das potencialidades da cidade do Porto na promoção do património judaico	73
4.1.1. Análise das entrevistas	76
4.1.2. Inserção da cidade do Porto numa rota internacional de turismo judaico	82
4.2. Análise <i>SWOT</i> e Marketing-mix do roteiro a propor	87

4.3. Proposta de Roteiro	93
5. Conclusão	105
Fontes e Bibliografia	109
Cronologia.....	131
Anexos.....	133

Índice de Imagens

Imagem 1 Cadeira de Circuncisão, exposta na Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i>	xviii
Imagem 2 Estrela de David, presente na sala de orações da Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i> ..	xix
Imagem 3 <i>Kipá</i> , exposto na Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i>	xx
Imagem 4 <i>Menorah</i> , esposta na Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i>	xxii
Imagem 5 Tipos de turistas que visitam locais de interesse religioso.....	14
Imagem 6 Logótipo da Rota Europeia de Património Judaico.....	27
Imagem 7 Marketing Estratégico e Marketing Operacional	32
Imagem 8 Fases do Marketing Estratégico	35
Imagem 9 Os componentes dos 4 Ps do Marketing-mix	38
Imagem 10 Lápide comemorativa da inauguração da sinagoga de Monchique (Miragaia).....	50
Imagem 11 Mapa com a proposta da Rota Internacional da Diáspora Sefardita	85
Imagem 12 Mapa com itinerário proposto	94
Imagem 13 Visão de pormenor do itinerário no centro do Porto	94
Imagem 14 Rua de Santana.....	95
Imagem 15 Rua dos Mercadores.....	95
Imagem 16 Praça da Ribeira (vista pela Rua dos Mercadores).....	96
Imagem 17 Rua da Fonte Taurina	96
Imagem 18 Rua do Monte dos Judeus (sinalética).....	97
Imagem 19 Escadas do Monte dos Judeus (sinalética)	97
Imagem 20 Escadas do Monte dos Judeus	97
Imagem 21 Rua do Comércio do Porto (sinalética)	98
Imagem 22 Rua do Comércio do Porto.....	98
Imagem 23 Escadas da Vitória (sinalética)	98
Imagem 24 Escadas da Vitória.....	99
Imagem 25 Rua de São Miguel.....	99
Imagem 26 <i>Ehal</i> , do nº9 da Rua de São Miguel.....	100
Imagem 27 <i>In Perpetuam Memoriam</i>	100
Imagem 28 Jardins da Cordoaria.....	101
Imagem 29 Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i>	102
Imagem 30 Sala de Orações da Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i>	102
Imagem 31 Judiarias do Porto medieval	135
Imagem 32 Panfleto com as Leis de Noé, distribuído na Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i> ...	143
Imagem 33 Folheto publicitário sobre a Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i> (Frente).....	167
Imagem 34 Folheto publicitário sobre a Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i> (Verso)	168
Imagem 35 Placa informativa sobre o Palácio das Sereias	169

Índice de Tabelas

Tabela 1 Contenda entre o Cabido e a Comuna dos judeus sobre o açougue	55
Tabela 2 Número de visitantes da sinagoga, por grupos, em 2013 e 2014	79
Tabela 3 Análise <i>SWOT</i>	88
Tabela 4 Locais de interesse turístico judaico no Porto	142

Índice de Anexos

Anexo I..... 135

Anexo II 137

Anexo III 139

Anexo IV..... 141

Anexo V 143

Anexo VI..... 145

Anexo VII..... 149

Anexo VIII 153

Anexo IX..... 157

Anexo X 159

Anexo XI..... 165

Anexo XII..... 167

Anexo XIII 169

Siglas

AEPJ – Associação Europeia para a Preservação e Promoção do Património Judaico

CIL – Comunidade Israelita de Lisboa

CIP – Comunidade Israelita do Porto

CMP – Câmara Municipal do Porto

DMMPC – Divisão Municipal de Museus e Património Cultural (do Porto)

DMT – Departamento Municipal de Turismo (do Porto)

FITUR – Feira Internacional de Turismo (Madrid)

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo

RJP – Rede de Judiarias de Portugal

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto

SWOT – Strenghts, Weaknesses, Oportunities, Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TPNP – Turismo do Porto e Norte de Portugal

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Glossário

Aliança com o povo de Israel: Aliança, eterna e irreversível, entre Deus e o povo judaico, na qual os judeus escolheram Deus como o seu único Senhor e Deus os escolheu como povo eleito. Implica lealdade e adoração a Deus, por parte do povo judaico. (Mucznik, 2009a; Ling, 1994)

Auto-de-fé: Cerimónias públicas, onde os réus, segundo o tribunal da Inquisição, eram julgados e absolvidos, «reconciliados» (se se mostrassem arrependidos, renegassem as crenças consideradas heréticas e não fossem reincidentes) ou condenados (os reincidentes) e entregues, «relaxados», às autoridades para serem executados. Os «reconciliados» sofriam a perda de todos os seus bens e eram obrigados a envergar vestes penitenciais. (Soyer, 2013)

Azkenasitas: Judeus da Alemanha e Europa de Leste; têm rituais diferentes dos sefarditas. (Mucznik, 2009b)

Bet-din: (Casa do Julgamento) Tribunal rabínico, constituído por três rabinos com comprovada competência e conhecimento da lei e do Talmude. Este tribunal trata assuntos religiosos, como “ [...] divórcios, conversões, leis dietéticas e arbitragens de diferendos gerais, com mútuo consentimento das partes.” (Steinhardt, 2009a: 107) Antigamente, julgava, também, processos que envolvessem a pena de morte ou que afetassem toda a comunidade, sendo o número de juízes que constituíam o sínédrio de 23 ou 71. (Steinhardt, 2009a)

Em Portugal, durante os tempos medievais, foi dada uma certa autonomia aos judeus, sendo que os crimes cometidos entre judeus eram julgados de acordo com o direito religioso judaico e por autoridades judaicas (rabinos, ouvidores e rabi-mor). (Steinhardt, 2009a) Sobre este assunto, Maria José Tavares (1982) explica que se aplicava a justiça de acordo com o Talmude, logo era o rabi quem recebia o juramento das partes judaicas em litígio. O juramento era feito sobre a Tora, na sinagoga, testemunhado pelo porteiro do concelho ou, no caso de o processo envolver cristãos ou mouros, o judeu respondia perante um juiz cristão, o rabi, judeus e mouros. (Tavares, 1982: 118)

Em primeira instância, o judeu é julgado pelo rabi da comuna onde vive, no entanto, podia apelar da sentença ao rabi-mor e, em última instância, ao rei. Além disso, nem todos os feitos judiciais são passíveis de ser julgados por magistrados judaicos. Os réus acusados de crimes têm de ser presentes a tribunal régio e os acusados de blasfémia contra a religião cristã “ [...] são julgados pelo juiz da casa do cível e os presos devem ser conduzidos à cadeia do concelho e não à da judiaria.” (Tavares, 1982: 119)

Beth-Hamidrash: (Casa do Comentário ou de Estudo) Local anexo ou próximo à sinagoga, destinado à educação. Centro de estudo, onde os eruditos estudam a Lei, após as orações da manhã e da tarde. (Basto, 1929; Steinhardt, 2009e)

Cacherut: Termo hebraico que designa as leis dietéticas da religião judaica. Nestas leis estão registados os alimentos que podem ser consumidos, quando e em que condições. (Steinhardt, 2009c) [Ver Leis de pureza alimentar]

Cacher/Cocher/Kasher/Kosher: Carne pura para consumo; carne de animal morto e preparado segundo as leis de pureza alimentar. (Basto, 1927c) [Ver Leis de pureza alimentar]

Calendário Hebraico: Calendário lunar, cujos meses começam na lua nova. Os meses têm, alternadamente, 29 e 30 dias, sendo o ano formado por 354 dias. De modo a que os meses caiam sempre nas mesmas estações do ano, de tempos a tempos, é acrescentado um mês ao ano (7 vezes num ciclo de 19 anos), sendo esse ano considerado “bissexto ou embolismico”. Assim, existem os seguintes meses:

- **Nissan** (primeiro mês da primavera, início do ano religioso);
- **Yiar** (segundo mês da primavera);
- **Sivan** (terceiro mês da primavera);
- **Tamuz** (primeiro mês do verão);
- **Ab** (segundo mês do verão);
- **Elul** (terceiro mês do verão);
- **Tishri** (primeiro mês do Outono, início do ano civil);
- **Heshvan** (segundo mês do outono);
- **Kislev** (terceiro mês do outono);
- **Tebet** (primeiro mês do inverno);
- **Shebat** (segundo mês do inverno);
- **Adar** (terceiro mês do inverno);
- **Veadar** (quarto mês do inverno, mês suplementar, significa o segundo Adar).

O primeiro dia do mês “chama-se Rosh Hodesh (cabeça do mês) ou lua nova.” (Basto, 1927a: 2)

Circuncisão: (Brit-milá - «aliança da circuncisão») Operação cirúrgica a que o judeu do sexo masculino deve ser submetido 8 dias após o nascimento, e que consiste no corte do prepúcio. No caso da conversão de um adulto, também pode chamar-se “aliança do patriarca Abraão”, uma vez que Abraão se circuncidou aos 99 anos.

A circuncisão deve ser realizada sempre ao oitavo dia, mesmo que seja sábado, a não ser que a criança tenha nascido por cesariana ou se encontre doente. Não sendo a circuncisão uma forma de sacramento, uma vez que “[...] todo o filho de mãe judia é automaticamente judeu, tenha sido circuncidado ou não”, o pai tem como obrigação mandar circuncidar o filho. Caso o pai não o faça, o *bet-din* pode ordenar a circuncisão do bebé. Na eventualidade de a criança, ou converso adulto, nascer já sem o prepúcio, o *mohel* (médico ou profissional especialmente treinado para realizar circuncisões) deve fazer um pequeno corte na glande, de modo a sair uma gota de sangue, não se realizando esta operação ao sábado.

No caso das meninas, em vez da circuncisão, costuma realizar-se uma festa no primeiro sábado após o nascimento para que lhe seja atribuído um nome e se abençoe a criança. “A essa cerimónia dá-se o nome de *zeved habat* ou *simhat habat* («alegria da filha»), também chamada, entre os judeus portugueses, «as fadas da menina».” (Steinhardt, 2009b: 125)



Imagem 1 Cadeira de Circuncisão, exposta na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

Fonte: Própria, 2014

Comuna: As comunas eram entidades administrativas, reconhecidas oficialmente, e reuniam judeus a viver numa determinada cidade. (Soyer, 2013) Eram necessários 10 judeus, para haver uma comuna, pois só com 10 judeus se pode realizar uma liturgia na sinagoga (Dias, 2009b) Eram entidades autónomas, com foro religioso, administrativo, judicial, fiscal e cultural, podendo integrar várias judiarias. Eram organizadas hierarquicamente, sendo a figura principal o rabi-mor (nomeado pelo rei), ao qual se seguiam os ouvidores das comarcas (existiam sete). Ao nível da comuna, existia o rabi local, cujos tribunais empregavam almotacés, tesoureiros, procuradores, vereadores, escrivães e porteiros, todos eleitos pela comuna. (Tavares, 1982; 1995; Dias, 2009b; Basto, 1929; Steinhardt, 2009a)

Conversos: Judeus forçados a converter-se ao cristianismo em 1497. “Geração do baptismo forçado” (Mea, 2003: 126; Kaplan, 2009a)

Cristãos-novos: Descendentes dos conversos. (Mea, 2003)

Criptojudáismo: Forma encontrada, pelos judeus convertidos à força ao cristianismo, de conservarem a sua identidade, cultura e religião. Aparentemente cristãos, praticaram os seus costumes em segredo, o que os obrigou a alterar algumas práticas, como as datas festivas ou a prática de jejuns, e a suprimir outras, como a circuncisão.

A presença da Inquisição no país obrigou a uma transmissão oral da religião, enfraquecendo a aprendizagem do hebraico e empobrecendo as práticas e os rituais (uma vez que o acesso a livros judaicos era quase impossível), que acabaram por incorporar detalhes cristãos. Assim, no século XX, os núcleos criptojudáicos do interior do país tinham “rezadeiras”, as mulheres mais velhas da comunidade, que recitavam as orações de cor. Festejavam o *shabat* e a *Pessah* quando podiam, assim como o *Yom Kipur*, a rainha Ester e a *Sucot*, em datas erradas para confundir os cristãos. Perderam, também, a maioria das leis dietéticas e conceitos básicos, que se emaranharam com os católicos. Apesar de permanecerem judeus na convicção e no coração, os marranos tiveram alguma dificuldade em ser aceites pelos outros judeus, que consideravam ser necessária a sua conversão formal. Apesar disso, as autoridades rabínicas definiram-nos como judeus, que necessitavam ser “resgatados”. (Mea, 2009c: 186 – 187)

Dias festivos israelitas: Dias de repouso, por norma religiosa. Constituem um código disciplinar, onde estão fixadas as datas nas quais os judeus devem lembrar certos acontecimentos. Estão divididos em duas categorias: os que originam do Pentateuco (o *shabat*, a *Pessah*, o *Shavuot*, o *Sucot*, o *Rosh Ha-shanah*, o *Yom Kipur*, o *Rosh Hodesh*) e os que surgiram depois (*Purim* e *Hanukah*). A *Pessah*, o *Shavuot* e o *Sucot* são festas de peregrinação, pois quando ainda existia Templo, os judeus faziam, nessas datas, peregrinações até lá. Por outro lado, o *Rosh Ha-shanah*, e o *Yom Kipur* são dias de penitência e meditação, nos quais Deus examina as ações dos judeus durante o ano e decreta o que acontecerá no seguinte. (Basto, 1927a; Steinhardt, 2009g)

Dreyfus: Alfred Dreyfus, judeu, capitão do exército francês, vítima de anti-semitismo, a quem Barros Basto é comparado. É acusado de passar informações secretas do exército francês à embaixada alemã em Paris. Segundo Jorge Martins (2006b), “[...] foi sujeito a um inopinado teste de caligrafia, imediatamente preso e sumariamente acusado de espionagem, julgado e condenado em 22 de Dezembro de 1894. Após a degradação pública, foi levado para a prisão perpétua na Ilha do Diabo.” (Martins, 2006b: 209) Após o envolvimento de várias figuras ilustres de França (tendo, alguns deles sido, também, presos), bem como de uma repetição do julgamento (em que volta a ser condenado) e revisões do processo, Dreyfus foi considerado inocente. (Martins, 2006b)

Estrela de David: Símbolo do judaísmo, faz parte da bandeira de Israel. Crê-se que estava gravado nos escudos ou era, mesmo, a forma dos escudos dos soldados do rei David. (Silva, 2014; Vaz, 2014) “O seu nome correto é *Maguen David*, que significa Escudo de David.” (Silva, 2014: 90)

Haggadah: (Narração) “[...] livro que contém o conjunto de textos e prescrições relativas à celebração do Seder (refeição ritual) de Pessah (a Páscoa).” (Luzzati & Rocca, 2011: 18) Lido nas duas primeiras noite da festa, durante a cerimónia de comemoração da saída do povo hebraico do Egipto. (Salomon, 2009a)

Hanukah: (Restauração) Festa, na qual se celebra a restauração do serviço no Templo de Jerusalém, que havia sido profanado e consagrado ao culto de Zeus. Após a sua purificação,



Imagem 2 Estrela de David, presente na sala de orações da Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*

Fonte: Própria, 2014

volta a ser consagrado ao culto de Deus. (Ling, 1994) A festa começa a 25 de Kislev e dura 8 dias, durante os quais se acendem luzes especiais na sinagoga e em casa, sendo que na primeira noite se acende uma, na segunda duas e assim sucessivamente, até que na oitava noite se acendem as oito luzes (Basto, 1927a: 3)

Hazan: (Leitor) Pessoa que cantava os salmos, recitava as orações e lia a Torah. (Basto, 1929: 43)

Jejuns israelitas: De acordo com Basto (1927a) e Steinhardt (2009h), são dias de tristeza, nos quais se tormenta o corpo para expiar os pecados ou em sinal de luto. Dias de lembrança das desventuras de Israel. São obrigatórios para todos, exceto crianças, grávidas e doentes, e devem ser acompanhados de orações, confissões, doações, entre outros atos piedosos. Os principais jejuns são:

- *Yom Kipur*;
- 9 de Av, em memória da destruição do 1º e 2º Templo;
- 17 de Tamuz, em memória da destruição dos muros de Jerusalém, por Tito;
- 10 de Tevet, em memória do cerco a Jerusalém, pelos babilônios;
- 3 de Tishri, chamado jejum de Ghedaliah, em memória do governador da Palestina com o mesmo nome;
- 13 de Adar, chamado jejum de Ester, em memória do jejum feito pela rainha Ester, para invocar a ajuda de Deus, é realizado na véspera do Purim.

Judiaria: Espaço, constituído por uma ou mais ruas, onde habitavam os judeus (inicialmente misturados com os cristãos). Costumavam encontrar-se na zona mais importante da cidade, onde o comércio e a produção artesanal eram mais intensos. A partir de 1361, segundo determinação de D. Pedro I (reforçada por D. João I, em 1386), a judiaria passa a ser um bairro restrito e, na maioria da vezes, fechado, para onde os judeus são obrigados a mudar-se, localizado, normalmente, próximo de uma das portas da muralha da cidade. Os judeus ficaram, ainda, sujeitos ao recolher obrigatório após o toque das três Ave Marias, estando proibidos de circular pela cidade à noite, salvo algumas exceções. (Tavares, 1995; Sousa, 2000; Mateus & Pinto, 2007; Sayor, 2013)

Kipá: Cobertura para a cabeça, utilizada pelos homens, para que estes se lembrem que Deus se encontra acima das suas cabeças. (Silva, 2014)



Imagem 3 Kipá, exposto na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

Fonte: Própria, 2014

Kristallnacht: “Noite dos Cristais”, 1938 (Vieira, 2013: 347) Pogrom organizado pelo ministro alemão da propaganda, Joseph Goebbels, em parceria com outros líderes nazis, levado a cabo na noite de 9 de novembro de 1938.

Esta onda de violência, cuidadosamente organizada de modo a parecer uma retaliação da população alemã ao assassinato de um oficial alemão por um adolescente judeu em Paris, consistiu na destruição de “mais de 250 sinagogas” e “cerca de 7000 estabelecimentos comerciais judaicos”, bem como na morte de dezenas de judeus e no saque de várias escolas, cemitérios, hospitais e residências judaicas. Tudo isto aconteceu em apenas dois dias e perante “ [...] total indiferença da polícia e dos bombeiros (e da população).”

“Na manhã seguinte, 30.000 judeus alemães do sexo masculino foram presos [...] e enviados a campos de concentração [...]”. Este acontecimento ficou conhecido como Noite dos Cristais devido aos vidros partidos das lojas, sinagogas e casas judaicas. Após o pogrom, o governo alemão ordenou aos judeus que limpassem a cidade e concertassem os estragos de que foram vítimas, multando-os pesadamente. Confiscou as indemnizações que teriam a receber pelas seguradoras, proibiu a reabertura de estabelecimentos comerciais geridos por judeus e instituiu

“toques de recolher”, a partir dos quais os judeus não poderiam circular nas ruas. (USHMM, s. d.)

Leis de pureza alimentar: As leis de pureza alimentar (*cacherut*, em hebraico) designam quais os alimentos puros para consumo, em que condições e quando podem ser consumidos. Assim, além de alguns alimentos serem considerados impuros e, desde logo, ser proibido o seu consumo sob qualquer forma, existem regras quanto à mistura de certos alimentos. Um exemplo é a proibição de misturar, na mesma refeição, carne e leite ou seus derivados. (Steinhardt, 2009c; Basto, 1927c) Esta proibição abrange um espaço temporal variável, dependendo das comunidades, entre as refeições em que se ingere carne e as que contém laticínios, bem como a separação total dos utensílios utilizados na confeção das refeições. (Steinhardt, 2009c)

Segundo Steinhardt (2009c), alimentos como o peixe, as frutas, os legumes, os ovos e os cereais são considerados neutros (“*pareve*”) e podem ser ingeridos com carne ou leite. No entanto, Barros Basto afirma: “É proibido o uso do leite de animais imundos, ovos de aves imundas e ovos de peixes imundos.” (Basto, 1927c: 2)

Ainda de acordo com Steinhardt (2009c), os alimentos de origem vegetal são todos *cacher*. Em relação à carne, só é permitido o consumo de mamíferos quadrúpedes que, simultaneamente, ruminem e tenham a unha fendida. (Steinhardt, 2009c; Basto, 1927c) A carne cuja proibição de consumo é mais conhecida é a de porco, visto que, apesar de ter a unha fendida, não ruma.

É, ainda, proibido o consumo de carne de animais doentes ou que tenham sido mortos por outros animais. (Steinhardt, 2009c; Basto, 1927c) Quanto à forma de abater o animal, Steinhardt (2009c) afirma que para que a carne dos animais seja considerada *casher*, estes têm de ser “[...] abatidos (degolados) segundo as leis da *sheh’itá*, destinadas a assegurar o mínimo sofrimento possível ao animal.” Também as aves estão abrangidas por esta norma, sendo que as aves de rapina são consideradas impuras para consumo, bem como as aves abatidas na caça ou por pescoço torcido. (Steinhardt, 2009c: 132)

É, ainda, proibido o consumo de sangue de qualquer animal. Não é permitido o consumo do nervo do quadril de qualquer quadrúpede. Só é permitido o consumo de quadrúpedes de unha fendida, casco dividido e que ruminem. Só é permitido o consumo de peixes com barbatana e escamas. É proibido o consumo de répteis, crustáceos e moluscos. (Basto, 1927c; Steinhardt, 2009) No entanto, é permitido o consumo de mel, “[...] produzido por um insecto impuro, a abelha. A justificação dada pelos rabinos é a de que as abelhas não produzem o mel, apenas o transformam.” (Steinhardt, 2009c: 133)

Na Comunidade Israelita do Porto, é o rabi quem abate os animais para serem consumidos pelas famílias ortodoxas da comunidade, uma vez que não existe um talho *cosh* na cidade¹.

Todos os restaurantes e fábricas de produtos alimentares que queiram a certificação de *cacherut* têm de ter, permanentemente, um perito em *cacherut* (*mashgiah*), que garanta a pureza dos produtos e dos processos de confeção das refeições. (Steinhardt, 2009c) Desde abril de 2014, existe, na cidade do Porto, um restaurante *cosh*. Encontra-se no Hotel da Música e todo o processo de adaptação da cozinha, bem como de formação dos funcionários, foi coordenado pelo rabi Daniel Litvak, da Comunidade Israelita do Porto. (Neto, 2014) [Ver *casher*, *cacherut*, *tafé*, *sheh’itá*]

Lulav: Palma, símbolo de vitória. (Mateus & Pinto, 2007)

Marrano: Designação dada aos cripto-judeus. Segundo Artur Barros Basto, o termo marrano deriva de *Maranus*, “[...] palavra composta do advérbio hebraico *Mar* que significa amargamente, tristemente, e do participio passado do verbo *anas* (pronuncia-se anáce) que

¹ Informação transmitida por Hugo Vaz, durante a visita guiada à sinagoga, realizada no dia 18 de junho de 2014.

significa constrangido, forçado; querendo, pois a designação Maranus indicar que esse indivíduo fôra violentamente forçado a mudar de religião.” (Basto, 1927: 7)

Este termo foi, primeiramente, utilizado para designar os judeus que, para salvarem a vida, aceitaram o batismo cristão, praticando o judaísmo em segredo. O termo evoluiu para Marranos durante o domínio da Inquisição em Espanha e Portugal, adotando uma entoação depreciativa, para caracterizar pessoas de sangue impuro, ou seja, pessoas cujos antepassados não seguiam o cristianismo. (Basto, 1927b: 8) Segundo Dias (2003) e Kaplan (2009b), é um termo depreciativo usado, inicialmente, como referência aos conversos vindos de Espanha, visto que esta palavra significa porco em castelhano, sendo assim, um duplo insulto, uma vez que os judeus não comem porco.

Mazal Tov: Expressão hebraica que pode ser traduzida como “boa sorte” ou “ [...] na tradução literal [...] uma boa e favorável constelação zodiacal.” É empregue no final de celebrações ou atividades importantes com o intuito de felicitação pela realização de um bom evento. (Silva, 2014: 93)

Menorah: Candelabro de sete braços, candelabro do Templo de Salomão (Mateus & Pinto, 2007) “ [...] um dos símbolos mais conhecidos do judaísmo. Deus revelou o desenho do menorá a Moisés [...]” (Silva, 2014: 94) O do Templo de Salomão foi construído em ouro maciço e levado aquando da segunda destruição do templo. (Silva, 2014)



Imagem 4 Menorah,
esposta na Sinagoga
Kadoorie Mekor Haim
Fonte: Própria, 2014

Na Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*, existem várias *menorah* expostas nas várias salas. No entanto, na sala de orações apenas se encontram candelabros de cinco braços, uma vez que, no judaísmo, não se idolatram figuras ou símbolos. Não existem santos e Deus não tem uma representação física, logo não é permitida a presença de objetos que possam ter conotações divinas.²

Mezuzá: Rolo de pergaminho, feito em pele de animal puro, onde são escritos, à mão, dois textos do Pentateuco. É introduzido numa caixa colada à ombreira de todas as portas, sejam elas interiores ou exteriores. Ao passar por ela, o judeu deve tocar-lhe com os dedos e, depois, beijá-los. O seu intuito é lembrar os mandamentos da Lei. (Steinhardt, 2009j)

Mikvé: Tanque ou cisterna de água clara, proveniente da chuva ou de uma nascente, onde os judeus mergulham para purificar o corpo das impurezas provenientes do contacto com mortos, objetos poluentes ou, no caso das mulheres, pela menstruação. Além dessas ocasiões, também os não judeus, que se convertem ao judaísmo, têm de mergulhar no *mikvé*. (Steinhardt, 2009k)

Ouvidor: Representante do rabi-mor em cada comarca do reino: Porto, Torre de Moncorvo, Viseu, Covilhã, Santarém, Évora e Faro. (Tavares, 1982)

Pessah: Páscoa. Festa em memória dos antepassados judeus que saíram do Egipto, onde estavam escravizados. Celebra-se a 15 de Nissan e tem a duração de sete dias, em Israel, ou oito, na diáspora. No primeiro e no sétimo (e oitavo) dias não se pode realizar qualquer trabalho. Durante a duração da *Pessah*, os judeus não podem comer alimentos levedados, fabricando, por isso, um pão ázimo. A *Pessah* coincide, normalmente, com a Páscoa católica. (Basto, 1927a; Steinhardt, 2009l)

Purim: (Festa das sortes), celebra a salvação dos judeus, por intermédio da rainha Ester, do extermínio, ordenado pelo rei Assuero, a conselho de Haman. Celebra-se a 14 de Adar, dia em que se deve fazer doações aos mais desfavorecidos. (Basto, 1927a; Tavim, 2009a)

² Informação transmitida por Hugo Vaz, durante a visita guiada à sinagoga, realizada no dia 18 de junho de 2014.

Rabi: Os rabis eram os líderes espirituais e judiciais das comunas judaicas. Os rabis menores eram os juizes de primeira instância, julgando todos os casos cíveis e crimes entre judeus ou entre judeus e cristãos ou mouros, quando o réu é judeu. Executavam, ainda, as sentenças do rabi-mor ou dos ouvidores. Tinham o poder de multar, ordenar castigos corporais, degredar e excomungar os membros da população judaica. Eram, também, os juizes dos órfãos da comuna que presidissem, nomeando os seus tutores. (Tavares, 1982: 119)

Rabi-mor: Intermediário direto entre os judeus e o rei, “ [...] ocupa um lugar na corte quer como seu tesoureiro-mor e financeiro quer como seu físico.” (Tavares, 1982: 107) Julgava causas cíveis e crimes, a não ser que o processo envolvesse questões sobre o desempenho das suas funções, sendo, nesses casos, julgado pelo rei ou pelo magistrado régio. (Tavares, 1982)

Rosh Hashanah/Ros Ha shanah: Dia do Ano Novo (Mateus & Pinto, 2007; Steinhardt, 2009m) É comemorado no 1º e no 2º dia do mês Tishri (primeiro mês do outono e do ano civil), em memória da criação do mundo. “Neste dia é tocado o Shophar (busina) para chamar os homens à penitência.” (Basto, 1927a: 2) Esta festa dá início a um período de dez dias de penitência, que termina no *Yom Kipur*. (Steinhardt, 2009m)

Rosh Hodesh: Primeiro dia do mês. Dia festivo, “...celebrado pela recitação da oração de Hallel, de Muçaf e pela leitura da Lei, além do ritual vulgar.” Basto, 1927a: 2)

Sanbenito: Traje penitencial utilizado pelos «reconciliados». [ver: auto-de-fé] (Soyer, 2013)

Sefarad: Mencionada, no versículo 20 do profeta Abdias, como colónia de exilados de Jerusalém, é traduzida por “Ispamia ou Spamia”, em aramaico, e “Ispania”, em sírio. Assim, a partir do século VIII, passou a ser a designação de Península Ibérica. (Mucznik, 2009c)

Sefardita/ Sefardi: Judeu oriundo da Península Ibérica. Após as expulsões, passou a designar, também, os judeus do Norte de África e restantes países recetores de imigrantes ibéricos. (Silva, 2014; Mucznik, 2009c)

Shabat: (Sábado). Dia festivo, dedicado ao repouso, aludindo à criação do mundo, por Deus, em seis dias, terminando-o no sétimo. É um dia para repousar, ler e praticar o culto, não sendo permitido o trabalho. (Basto, 1927a: 2)

Shabuoth: (Festa das Semanas). Festa solene, com duração de dois dias e que se realiza sete semanas após a Páscoa. Comemora a “ [...] a promulgação do Decalogo no Sinai.” (Basto, 1927a: 2)

Sheh'itá: Matança. Ritual judaico para a matança de animais para consumo, cujo objetivo é abater o animal de forma rápida e indolor. Deste modo, a faca não deve ter imperfeições nem dentes que causem dor desnecessária. (Steinhardt, 2009d: 507)

Shofar/ Chofar: Chifre de carneiro, tocado nas cerimónias do Templo, no Dia do Ano Novo e no Dia do Perdão (Mateus & Pinto, 2007). Tocado no dia do Ano Novo, em memória do episódio bíblico, em que Abraão encontra um carneiro, preso a um arbusto pelos cifres, e o oferece como sacrifício no lugar do seu filho, Isaac. (Luzzati & Rocca, 2011)

Shoh'et: Degolador ou magarefe, é o profissional, detentor de certificado rabínico, que realiza a matança dos animais para consumo. Realiza todos os exames físicos, para determinar a pureza do animal, e assegura que os procedimentos se realizem de acordo com o *sheh'itá*. (Steinhardt, 2009d) [Ver Sheh'itá]

Sinagoga (Bet-haknesset): Local mais importante de uma judiaria, “ [...] casa de oração, de estudo e de Assembleia.” Local onde se elegiam os oficiais da comuna, eram comunicados os impostos a pagar, se davam as notícias de interesse geral e se anunciavam as doações. (Basto, 1929: 43) Crê-se que a sua origem date do exílio na Babilónia, quando surgiu a necessidade de

existir um local de oração e reunião (após a destruição do Templo). Passa a assumir maior importância na diáspora, como “centro espiritual e social”. (Steinhardt, 2009f: 109)

Sukot: (Festa das Cabanas) Celebra-se, no dia 15 de Tishri, lembrando a permanência dos judeus no deserto, após a fuga do Egito. Tem a duração de nove dias, sendo os dois primeiros e os dois últimos de festa solene e os restantes de meia festa, ou seja, nos dias de festa solene, não se deve trabalhar. São feitos dois rituais: a construção de uma cabana, imitando as que os antepassados utilizaram no deserto, e o do *lulav*, que é usado na oração da manhã. (Basto, 1927a)

Talmude: Obra criativa, onde se traduz a lei oral, constituída pela *Mishná* (o Talmude, propriamente dito) e pela *Gemara* (os comentários da *Mishná*) cujo principal objetivo é comentar um código de leis. (Luzzati & Rocca, 2011; Mucznik, 2009d)

Tarefá: Alimento impróprio para consumo. (Basto, 1927c) [Ver Leis de pureza alimentar]

Templo de Salomão: Mandado construir no século X a. C., era constituído por três locais distintos: o santuário interior, onde foi colocada a Arca da Aliança, que continha os Dez Mandamentos, trazidos de Sinai; a sala sagrada interior, onde se faziam as oferendas de incenso e pão da proposição; e o vestíbulo exterior, onde se realizavam os sacrifícios – ofertas de animais ou frutos provenientes das colheitas – seguindo normas rigorosas, e que serviam a dupla função de dádiva a Deus e expiação da culpa do povo hebraico.

É destruído em 587 a. C., durante a conquista de Judá pelos Babilónios, sendo reconstruído por volta de 516 a. C. Em 70 d. C., volta a ser destruído, pouco tempo depois de ter sido “[...] alargado e transformado num edifício esplendoroso pelo rei Herodes [...]” (Gaarder, Hellern & Notaker, 2002: 113)

A sua destruição marca o fim do antigo sacerdócio, no qual o sumo-sacerdote, os sacerdotes e os seus subordinados eram responsáveis pelo culto, que incluía o sacrifício de um cordeiro por dia, como expiação dos pecados do povo. Surge, assim, uma nova etapa do Judaísmo, centrado, agora, na sinagoga. (Gaarder, Hellern & Notaker, 2002)

Yad Vashem: Instituto de Memória, Educação e Investigação do Holocausto, maior museu do mundo dedicado ao Holocausto e o maior centro de investigação sobre o tema. (Vieira, 2013)

Yom Kippur: Dia do Perdão (Mateus & Pinto, 2007) ou Dia da Expição. (Steinhardt, 2009i) Comemorado no dia 10 de Tishri, é o dia mais importante do calendário litúrgico no qual, além de não poder realizar qualquer trabalho, o judeu não deve tomar banho, perfumar-se, calçar sapatos de cabedal, nem coabitar. (Steinhardt, 2009i) Antes deste dia, devem reconciliar-se com aqueles com quem tiveram desavenças, pedir perdão a quem ofenderam e perdoar quem os ofendeu. (Basto, 1927a) De acordo com Hugo Vaz (2014), membro do departamento de turismo da Comunidade Israelita do Porto, no Dia do Perdão, os judeus jejuam e refletem sobre os seus pecados. Esta reflexão é feita entre o judeu e Deus, sendo que não se fazem confissões no judaísmo.

1. Introdução

Turistas da memória é uma primeira proposta de título, que se articula com os que mantêm o desejo de encontrar as suas raízes judaicas em qualquer ponto do mundo, dada a sua diáspora secular. À *procura das raízes judaicas na cidade do Porto*, como subtítulo, aborda a possibilidade de um turismo específico, que procure as suas raízes em Portugal, e, especificamente, na cidade do Porto. As potencialidades parecem existir, se se verificar como a investigação em turismo tem identificado perfis que responderiam positivamente a uma oferta bem direccionada. A bibliografia internacional consultada também se refere a este lastro histórico que mobiliza um turismo confessional, associado a uma matriz religiosa.

Por outro lado, as potencialidades deste turismo estão ainda em fase embrionária, pelo menos para Portugal. A exploração de bibliografias contextuais e de estudos de caso parecem confirmar um vasto espaço de oportunidades. Nas páginas seguintes procurar-se-á justificar esta opção, apontar objetivos, percursos de investigação e apresentar um produto que atraia um perfil específico, sensível e fortemente motivado.

1.1. Justificação e objetivos

A entidade Turismo de Portugal, I.P. (2013) refere, no seu Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), a história e a cultura como dois elementos importantes na apresentação de Portugal como destino turístico. Apresenta, ainda, o reforço dos circuitos turísticos religiosos e culturais, individualizando os de turismo religioso, como uma aposta no turismo cultural e religioso, afirmando o seu papel estratégico na valorização (material e imaterial) de lugares de peregrinação, entre os quais as judiarias. (Turismo de Portugal, I.P., 2013)

Neste sentido, parece pertinente o estudo do turismo religioso na cidade do Porto, visto que os circuitos turísticos religiosos e culturais são um produto consolidado na região norte do país, sendo necessário “ [...] desenvolver conteúdos e informação para o cliente, bem como incentivar e diversificar as experiências”. (Turismo de Portugal, I.P.,

2013: 28) Aliás, o Turismo do Porto e Norte de Portugal deu já um passo em frente neste sentido, tendo incluído, em 2013, a Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim* (do Porto) nas plataformas e roteiros digitais, na sequência de um protocolo realizado com a comunidade israelita da cidade. (Porto Canal, 2013; Sousa, 2014) Além disso, também a Câmara Municipal da cidade se uniu à Comunidade Israelita do Porto na promoção do seu património, incluindo a visita guiada *Porto e os Judeus* nas celebrações do Dia Nacional dos Centros Históricos e apoiando-a na realização e distribuição de um roteiro/panfleto informativo sobre a história da população judaica da cidade. (Cardona, 2014; Vaz, 2014)

O conjunto de dados reunidos comprova, como se verá em capítulo específico, a presença judaica na cidade do Porto, desde, pelo menos, o século XII, habitando, nessa altura, ao lado dos cristãos, tendo a sua presença sido mais significativa perto da porta de Sant'Ana, na Rua da Sinagoga (atual Rua de Sant'Ana), na Rua Chã, na Rua Escura e em Miragaia. Estava, ainda, aqui sediado o ouvidor de Entre Douro e Minho (uma espécie de juiz da comarca com o mesmo nome, que lidava com a comunidade judaica), o que conferia à cidade grande importância, significando que, à época, os judeus se situavam em zonas prestigiantes da cidade. (Sousa, 2000; Dias, 2003) [vide anexo I]

Mais tarde, no contexto das medidas de segregação levadas a cabo pelos reis portugueses, a comuna judaica portuguesa agrega-se na judiaria do Olival, atualmente a Cordoaria. (Sousa, 2000; Dias, 2003) De acordo com Armindo Sousa (2000: 215), a judiaria ocuparia cerca de 4% da área da cidade.

Após o édito de expulsão, ou conversão forçada, de 1496, que teve como consequência a implantação de um Tribunal do Santo Ofício na cidade do Porto, realizando-se dois autos-de-fé na Cordoaria (Dias, 2003; Mea, 1979), a cidade perde uma grande parte da sua população letrada, na qual se incluíam os judeus, restringindo-se a comunidade e travando-se, assim, o seu crescimento social e económico.

Já no século XX, o Capitão Artur Barros Basto, descendente de conversos, estabeleceu a Comunidade Israelita do Porto, em 1923, e promoveu um movimento de resgate dos marranos, retornando os cripto-judeus ao judaísmo com a sua Obra de Resgate. (FightHatred, 2011; Dias, 2003) Fundou, ainda, a sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*, na Rua de Guerra Junqueiro, inaugurada em 1938, que se tornou na maior sinagoga da Península Ibérica e uma das maiores da Europa. (Dias, 2003; FightHatred, 2011; Zdiara, 2012; Porto Turismo, [s. d.]; Porto Canal, 2013)

Contudo, e embora se tenha em conta este passado de identidade religiosa, considera-se importante tratar o turismo judaico como um turismo de raízes, de diáspora, de memória, realizado, em muitos casos, por descendentes dos judeus que foram expulsos ou forçosamente convertidos ao cristianismo, uma expressão muito mais lata e que não ocorreu somente em Portugal, ou no Porto. Deste modo, a elaboração de um guia, de um roteiro que percorra esses lugares de memória, que invoquem a memória, parece ser um produto forte, porque está para lá do edifício, do monumento, visa a imaginação de uma vivência anterior que ultrapassa fronteiras, como se verá.

No entanto, este revela-se um assunto delicado, como são, normalmente, os que abordam temáticas relacionadas com crenças religiosas. Assim, é imprescindível uma ação concertada entre todos os envolvidos na oferta turística – as entidades públicas de turismo, as empresas turísticas (hotéis, operadores turísticos, etc.) e a comunidade israelita local – de modo a não se ocorrer em ofensas por eventual desconhecimento da cultura judaica. O processo de reunião de informação revela a delicadeza das reações, existindo a dificuldade de estabelecer alguns contactos.

Partindo da classificação de viajantes, elaborada por vários autores, que se procurará avaliar e confrontar, e que se baseia, grosso modo, na sua participação em atividades seculares e religiosas durante a viagem, procurar-se-á avaliar as potencialidades de um turismo que correspondesse ao perfil específico dos viajantes em geral e daqueles que têm sangue judaico.

Torna-se necessário conhecer os traços judaicos na cidade, compilá-los, mapeá-los, de forma a perceber a importância histórica da presença judaica na cidade do Porto. Este levantamento dos locais com vestígios tangíveis e intangíveis da presença judaica na cidade do Porto criará as condições para a elaboração do roteiro turístico de interesse judaico com o foco subjetivo de sensações corporais de “estar lá”; o compromisso de lembrança da experiência ancestral, não só somaticamente, mas também intelectualmente.

1.2. Fontes e metodologia

A necessidade de promover esta faceta da cidade obrigou a um percurso de investigação que identificasse informação contextual sobre o turismo, em geral, turismo religioso e a

sua oferta na cidade do Porto. Assim, foi realizada uma primeira consulta de websites de entidades ligadas ao turismo, como o Turismo de Portugal, I.P., o Turismo do Porto e Norte de Portugal e o Porto Turismo, notícias relacionadas com o turismo na cidade e, inclusivamente, de bibliografia sobre a História da cidade.

Paralelamente, foram realizadas pesquisas nos motores de busca Google (www.google.pt) e Google Académico (www.scholar.google.pt) e no website Academia.edu (www.academia.edu). No primeiro, foram utilizadas expressões de busca como “turismo judaico no Porto”, “turismo religioso + Porto”, “comunidade judaica + Porto”, “Capitão Barros Basto”, entre outras, de modo a encontrar notícias sobre iniciativas realizadas na cidade no âmbito do turismo judaico. No segundo e no terceiro, procurou-se encontrar documentos sobre a presença judaica na cidade, e sobre elementos do enquadramento teórico, utilizando, para tal, expressões como “judeus no Porto”, “memória + turismo”, “diáspora”, “marketing territorial”, etc.

Foram, também, realizadas pesquisas nos repositórios de revistas científicas, onde se pretendeu encontrar perspetivas de investigadores internacionais sobre a presença judaica em Portugal e no Porto, bem como sobre as temáticas do enquadramento teórico. Assim, usaram-se, entre outras, as seguintes expressões: “jews in Portugal”, “jews in Porto”, “jewish tourism”, “roots tourism”, “diaspora”, “memory tourism”, tendo sido utilizados, principalmente, os seguintes repositórios: *SAGE Journals Online* (<http://online.sagepub.com>), *Science Direct* (<http://www.sciencedirect.com>) e *Taylor & Francis International Journals* (<http://www.tandfonline.com>). Ainda relacionado com a pesquisa bibliográfica, foram consultados os catálogos das bibliotecas Central da FLUP, Municipal do Porto (ligada em rede a todas as bibliotecas do município) e Florbela Espanca (ligada em rede a todas as bibliotecas do município de Matosinhos). Nestes catálogos, além das expressões mencionadas acima, foram pesquisados autores e obras presentes em documentos obtidos previamente.

Com o intuito de organizar o capítulo referente à presença judaica no Porto, foi elaborada uma tabela cronológica com os acontecimentos mais importantes a mencionar nesse capítulo, orientação que enquadraria o turista no tempo e, naturalmente, no espaço. Procurou-se fazer uma síntese de toda a informação contida em estudos especializados. O glossário, ainda que breve, que acompanha este estudo pareceu ser um instrumento útil que, se é familiar para um visitante de cultura judaica não o é para

outros públicos e/ou, mesmo, para possíveis leitores deste texto. Ainda com a elaboração da contextualização histórica em mente, foi visualizado um episódio do programa televisivo *Caminhos da História*, transmitido no Porto Canal, cuja temática foi a celebração do 75º aniversário da sinagoga do Porto, e que se revelou oportuno pela ligação entre a imagem e o contexto. O trabalho de campo obrigatório, percursos a pé, conduziu à Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*, onde foram disponibilizadas informações sobre o judaísmo, a comunidade judaica da cidade e a Obra de Resgate do Capitão Barros Basto.

De modo a perceber que ações estavam a ser levadas a cabo na promoção e divulgação do património judaico do Porto e as suas implicações, tanto a nível ético e religioso, como de preservação, realizaram-se entrevistas, devidamente estruturadas [vide anexos II e III], com o Departamento de Turismo da Comunidade Israelita do Porto, com o Departamento de Turismo da Câmara Municipal do Porto e com a Divisão de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto. Numa tentativa de adquirir uma perspetiva mais abrangente em termos de território, realizou-se uma entrevista com a Delegação de Turismo Religioso, da entidade Turismo do Porto e Norte de Portugal. Contactou-se, ainda, a Embaixada de Israel, a Fundação Aristides de Sousa Mendes, a Rede de Judiarias de Portugal, a Comunidade Israelita de Lisboa e o grupo hoteleiro Hoti Hotéis, cujo Hotel da Música, no Porto, remodelou a sua cozinha, com a supervisão do rabino da Comunidade Israelita do Porto, de modo a poder oferecer uma ementa *kosher*. Das entidades acima mencionadas, obteve-se resposta afirmativa do grupo Hoti Hotéis, enquanto que a Embaixada de Israel respondeu negativamente ao pedido de entrevista. Não se obtiveram respostas das demais.

Para a realização do roteiro, tornou-se necessária a elaboração de uma grelha com os locais de interesse a visitar, a sua localização e o motivo da sua importância. [vide anexo IV] Esta tabela pressupõe, também, um trabalho de campo, uma visita aos locais, de forma a preparar o roteiro e avaliar as condições do mesmo (previsão do tempo necessário, tipo de calçado e roupa a sugerir, tipo de transporte a utilizar). O esforço foi preparado empiricamente, em parte através da incorporação numa visita realizada no âmbito do Dia Nacional dos Centros Históricos, comemorado a 29 de março de 2014, e intitulada *Porto e os Judeus*. Esta visita surgiu de uma parceria entre a câmara municipal e a Comunidade Israelita do Porto e foi orientada por Hugo Vaz e Michael Rothwell, da CIP, e pelo historiador César Santos Silva.

A informação compilada resulta num texto estruturado, dividido em cinco grandes partes: a introdução, o enquadramento teórico, a contextualização histórica, o estudo de caso e a conclusão. Será, ainda, complementada por um glossário, como se referiu, uma cronologia e alguns anexos.

Na introdução, apresenta-se o tema e o porquê da sua abordagem (justificação), assim como, os objetivos do trabalho, a metodologia utilizada para a sua realização e a estrutura do mesmo.

Num segundo capítulo desenvolve-se o enquadramento teórico, dividido em sub-tópicos. No primeiro, aborda-se o turismo religioso e a classificação dos turistas que visitam locais de interesse religioso, de acordo com a sua motivação. Desta classificação, parte-se para o segundo, que recai sobre o turismo de raízes, a diáspora e a memória. No terceiro, é abordada a temática das rotas patrimoniais (onde serão incluídas as rotas mais importantes para o turismo judaico europeu) e, no quarto, passa-se ao marketing turístico.

O capítulo três, dado que não existem rotas sem conteúdos, é dedicado à contextualização histórica, que comporta uma pequena abordagem ao judaísmo e à presença judaica em Portugal, e na cidade do Porto, ao longo dos séculos, discurso necessário às interrogações dos visitantes, cujo aprofundamento de conhecimento poderá exigir respostas o mais detalhadas possíveis.

Finalmente, no quarto capítulo, será realizado um estudo de caso sobre o turismo judaico na cidade do Porto. Primeiramente, serão analisadas as potencialidades turísticas da cidade, nunca esquecendo a ligação fundamental ao restante território português e europeu. Seguidamente, realizar-se-á uma análise do produto a apresentar e concluir-se-á com uma proposta de um roteiro evocativo da memória da presença judaica na cidade.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Turismo Religioso

As viagens motivadas pela confissão religiosa são o mais antigo e universal tipo de viagens, continuando, nos dias de hoje, a ser um dos tipos de turismo mais significativo. (Simone-Charteris & Boyd, 2010; Tilson, 2005) De facto, a peregrinação era uma das manifestações da religiosidade medieval mais importantes, pela dificuldade da sua realização. “A peregrinação era uma experiência que marcaria a sua passagem por este mundo, através da qual [os peregrinos] saíam da rotina para se aventurarem até algo desconhecido.”³ (González & Lopez, 2012: 461) Já nessa altura, as motivações da viagem não eram apenas religiosas e espirituais, envolvendo, também, a curiosidade em conhecer novos locais e pessoas ao longo do percurso, fugir do quotidiano e a busca de aventura, tendo até, em alguns casos, conotações políticas. (González & Lopez, 2012; González, 2013)

Michael Murray e Brian Graham (1997) baseiam-se noutros autores para afirmar que a peregrinação consiste numa viagem religiosa a um local de culto para aí se pedir ajuda divina na resolução de vários problemas. Defendem, ainda, que “ [...] qualquer viagem para um local de culto – em qualquer época – representa uma resolução de ideais em conflito, tanto espirituais como profanos.”⁴ (1997: 514) Já Greg Richards e Carlos Fernandes (2007) afirmam que, na sua forma mais autêntica, a peregrinação é uma experiência espiritual com o poder de transformar as pessoas que a realizam.

O autor Erik Cohen (1979) defende, no seu trabalho intitulado *Uma Fenomenologia de Experiências Turísticas*⁵, que o objetivo do peregrino é alcançar o “centro”, que se encontra dentro daquilo que o peregrino considera o seu “mundo”, mas para lá do seu

³ Tradução própria. No original: “La peregrinación era una experiencia que marcaría su paso por este mundo, a través de la cual salían de la rutina para aventurarse hacia algo desconocido.” (González & Lopez, 2012: 461)

⁴ Tradução própria. No original: “[...] any journey to a cult location – in whichever epoch – represents a resolution of conflicting ideals, both spiritual and profane.” (Murray & Graham, 1997: 514)

⁵ Tradução própria. No original: “A Phenomenology of Tourist Experiences”.

espaço de vida imediato. “A peregrinação tradicional é, essencialmente, um movimento da periferia profana para o centro sagrado do ‘cosmos’ religioso.”⁶ (1979: 182)

Richards e Fernandes (2007: 218) caracterizam a peregrinação como uma viagem externa e interna, “ [...] tão importante, ou até mais que o santuário em si”⁷, durante a qual os peregrinos procuram experiências espirituais. Por outro lado, o santuário pode ser o único elemento no qual os turistas estejam interessados, sendo visto, até, como um elemento cultural, mais do que religioso. Simone-Charteris e Boyd (2010) definem, no seu estudo sobre turismo de património religioso na Irlanda do Norte, “turismo religioso/de património cristão” como “ [...] viagens a atrações religiosas e locais religiosos por razões de fé, espiritualidade, cultura e outras razões seculares e abrangendo tanto peregrinação sagrada como secular, e outras formas de viagens cristãs.”⁸ (2010: 233) Assim, pode-se aferir que o turismo religioso abarca turistas com motivações diferentes, podendo ser meramente religiosas ou culturais, ou uma junção das duas.

Greg Richards e Carlos Fernandes (2007), no seu estudo sobre turismo religioso no Norte de Portugal, concluíram que as visitas a diversos locais de culto nessa região se deviam, principalmente, a motivações relacionadas com a cultura ou o desenvolvimento pessoal, mais do que, propriamente, com a religião ou a espiritualidade. Também Hughes, Bond e Ballantyne (2013) inferiram que a principal motivação das visitas à catedral de Canterbury tinha um cariz cultural. A maior parte das visitas deveu-se à importância patrimonial do monumento para a cultura inglesa e aquilo que suscitava mais interesse eram as informações sobre a história da catedral e da população local, sendo que as informações relacionadas com o culto eram consideradas secundárias e, até, desnecessárias.

Já Poria, Butler e Airey (2010) abordaram o seu estudo sobre as visitas ao Muro das Lamentações, em Israel, pela perspectiva da religião dos turistas. Assim, aferiram que o visitante cristão se sentia motivado a visitar o local devido à sua importância histórica,

⁶ Tradução própria. No original: “Traditional pilgrimage is essentially a movement from the prophane periphery towards the sacred centre of religious ‘cosmos’.” (Cohen, 1979: 182)

⁷ Tradução própria. No original: “For many pilgrims, traveling to the shrine may be just as important or even more important than the shrine itself.” (Richards & Fernandes, 2007: 218)

⁸ Tradução própria. No original: “[...] in this paper, religious/Christian heritage tourism is intended as travel to religious attractions and sites for faith, spiritual, cultural and other secular reasons and comprising both secular and sacred pilgrimage, and other forms of Christian travel.” (Simone-Charteris & Boyd, 2010: 233)

enquanto o visitante judeu o visitava por o sentir como parte da sua herança pessoal. “[...] o Muro das Lamentações, como parte do Templo, está no coração da fé judaica, e, assim, os participantes judeus sentiram uma sensação de familiaridade com a história do local.”⁹ (2010: 349) Assim, os autores defendem, na mesma obra, que a percepção que o turista tem do local visitado está associada à sua religião e à sua ligação com o local e, ainda, que o grau de religiosidade do visitante afeta a sua afinidade com o local. Deste modo, quanto mais forte fosse a crença religiosa, maior seria o envolvimento emocional com o local, interpretando-o como património pessoal, e mais forte seria a intenção de repetir a visita.

Poder-se-á concluir, então, que, no caso dos judeus, as motivações parecem estar para lá do caráter lúdico, para acrescentar a componente de identidade religiosa, como que um roteiro místico, uma experiência espiritual mais profunda que procura, mas também fortalece, as raízes de uma grande família, tantas vezes sem terra.

2.1.1. Motivação dos turistas

“Saber as motivações que levam milhões de pessoas a viajar até locais sagrados é uma condição essencial para a gestão e o marketing de destinos e atrações deste tipo, ou para organizar atividades e a promoção de pacotes turísticos neste segmento.”¹⁰ (Drule *et al.*, 2012: 434) Esta afirmação levou a uma revisão de literatura para aferir o que leva os turistas a visitarem locais de interesse religioso, podendo, assim, agrupá-los de acordo com a sua motivação. Esta segmentação poderá ser útil no momento de se pensar em estratégias de marketing e promoção, ajudando a adaptá-las às características de cada grupo de modo a que se tornem mais eficazes.

Tendo em conta que grupos de pessoas diferentes desejam experiências turísticas distintas, (Cohen, 1979: 180), Erik Cohen agrupou os turistas em cinco modos de

⁹ Tradução própria. No original: “[...] the Wailing Wall, as part of the Temple, is at the heart of the Jewish faith, and as such Jewish participants felt a sense of familiarity with the history of the site.” (Poria, Butler & Airey, 2010: 349)

¹⁰ Tradução própria. No original: “Knowing the motivations that lead millions of people to travel to sacred places is an essential condition for the management and the marketing of destinations and attractions of this kind, or for organizing activities and promotion of tour packages on this topic.” (Drule *et al.*, 2012: 434)

experiências, de acordo com a sua busca pelo “centro espiritual”¹¹. Assim, tem-se o modo recreacional, o modo diversionista, o modo experiencial, o modo experimental e o modo existencial.¹² Veja-se, concretamente, a que se refere cada uma destas propostas:

1. Modo Recreacional: O turista inserido neste modo de experiências turísticas procura o entretenimento, o restauro físico e mental e a sensação de bem-estar que deriva da viagem. A autenticidade do local visitado não é relevante, para este tipo de turista, podendo, até, ser indesejada por ser “ [...] demasiado aterrorizante ou revoltante para ser apreciada.”¹³ (Cohen, 1979: 184) Além disso, o que é verdadeiramente importante é sair do ambiente habitual, e não chegar a um local específico. A viagem transforma-se num movimento para fora do centro que servirá para reforçar a sua ligação ao mesmo.
2. Modo Diversionista: Este tipo de turista não tem um centro, mas também não o procura noutras sociedades. Assim, a viagem assume um carácter de pura diversão, uma fuga à rotina sem sentido do dia-a-dia. As férias curam o corpo e revitalizam o espírito, mas não restabelecem uma ligação a um centro significativo, tornam, apenas, a alienação da sociedade suportável. (Cohen, 1979: 185 – 186)
3. Modo Experiencial: Aqui, o turista procura significado – experiências autênticas – numa sociedade que não é a sua. “A procura de experiências autênticas é, essencialmente, uma busca religiosa [...]”¹⁴ (Cohen, 1979: 187), mas, apesar de poder visitar locais de interesse religioso para a sua própria sociedade, procura a diversidade cultural, a autenticidade de outras culturas. No entanto, este tipo de turista apenas observa a autenticidade dos outros, continuando consciente de não lhe pertencer, não a querendo para si. Deste modo, a visita pode animar o turista, mas não dá novo sentido à sua vida.
4. Modo Experimental: Este tipo de turista procura alternativas ao centro da sua sociedade, em vários locais diferentes, estando, assim, predisposto a experimentar estilos de vida diferentes. Esta é uma busca religiosa difusa e sem um objetivo definido, pois o viajante participa na vida autêntica das outras

¹¹ Tradução própria. No original: “spiritual centre”. (Cohen, 1979)

¹² Tradução própria. No original: “The Recreational Mode”, “The Diversionary Mode”, “The Experiential Mode”, “The Experimental Mode” e “The Existential Mode”. (Cohen, 1979)

¹³ Tradução própria. No original: “[...] too terrifying or revolting, to be enjoyable.” (Cohen, 1979: 184)

¹⁴ Tradução própria. No original: “The search for authentic experiences is essentially a religious quest [...]” (Cohen, 1979: 187)

sociedades, mas não se compromete a ela, comparando as alternativas, à espera de descobrir a que se adequa aos seus desejos. Em casos extremos, o turista pode nunca encontrar o seu centro, transformando a busca no seu modo de vida. (Cohen, 1979: 189)

5. Modo Existencial: Neste grupo, o turista está “ [...] completamente comprometido a um centro espiritual ‘eletivo’, isto é, um externo ao convencional da sua cultura e sociedade nativas.”¹⁵ (Cohen, 1979: 190) Este turista sente-se “exilado” na sociedade em que está inserido, sendo que as visitas ao centro são como uma “peregrinação” que o ajuda a suportar esse “exílio”. Vive em dois mundos: o do dia-a-dia, sem significado profundo, e o do seu centro eletivo, que visita periodicamente para daí retirar força espiritual. Este turista diferencia-se do peregrino, pois o peregrino visita um centro espiritual, que, embora esteja fisicamente distante da sua sociedade, lhe é dado por ela. Por outro lado, o centro do turista “existencial” não é o mesmo da sua cultura de origem; é escolhido por ele, e encontra-se, não só distante da sua residência, mas, principalmente, distante da cultura que o envolve no dia-a-dia. Deste modo, a viagem até ao centro é considerada como “ [...] uma viagem do caos para outro cosmos, da falta de sentido para a existência autêntica.”¹⁶ (Cohen, 1979: 191) Apesar de ser considerado excêntrico à cultura do turista, o centro do turista ‘existencial’ pode ser um centro ao qual ele e os seus antepassados pertenceram, “ [...] mas do qual tenha sido alienado.”¹⁷ (Cohen, 1979: 191) Aqui, a viagem ao centro dá vida ao desejo de encontrar raízes espirituais. O turista ‘existencial’ pode, ainda, subdividir-se em três, de acordo com a forma como encara o centro ‘eletivo’: o “idealista realista” aceita que mesmo o centro ideal pode ter falhas e, portanto, sente-se realizado nele, mesmo sem a ilusão de perfeição; o “idealista deslumbrado” vê perfeição em tudo o que encontra no centro, recusando-se a enxergar a realidade e as suas imperfeições, logo, realiza-se através da ilusão de perfeição do centro; por fim, o “idealista crítico” deseja a perfeição do centro ilusório, mas apercebe-se da sua real imperfeição.¹⁸ Este

¹⁵ Tradução própria. No original: “[...] is fully committed to an ‘elective’ centre, i.e. one external to the mainstream of his native society and culture.” (Cohen, 1979: 190)

¹⁶ Tradução própria. No original: “[...] it is a journey from chaos into another cosmos, from meaninglessness to authentic existence.” (Cohen, 1979: 191)

¹⁷ Tradução própria. No original: “[...] but became alienated from.” (Cohen: 1979: 191)

¹⁸ Tradução própria. No original: “realistic idealists”, “starry-eyed idealists” e “critical idealists”. (Cohen, 1979: 196)

último não atinge a auto-realização, pois o centro ‘eletivo’ perde o significado com a proximidade. (Cohen, 1979: 196)

Richards e Fernandes (2007) também referem a procura de autenticidade como uma implicação das motivações espirituais dos turistas que praticam turismo religioso. Defendem, ainda, a existência de uma mudança da procura turística tradicional para um turismo espiritual mais ativo, que se deve à tendência social e cultural da procura de significado e do desejo de desenvolvimento pessoal. Assim, além do interesse pela história do local ou monumento, os visitantes a atrações religiosas querem estar mais envolvidos na vida religiosa ou espiritual do local visitado.

Hughes, Bond e Ballantyne (2013: 211) afirmam que a visita a locais de património religioso comporta um envolvimento dos turistas a níveis emocionais, físicos, intelectuais ou espirituais. Assim, além das motivações religiosas que possam existir, a decisão da visita pode passar por ligações familiares ao local (como a visita a túmulos de antepassados), interesse pela arquitetura e obras de arte, vínculo de pessoas famosas ao local ou, até, um desejo espontâneo de conhecer o lugar. Também Rubén Lois González e Lucrezia Lopez (2012: 470), no seu estudo sobre o Caminho de Santiago, afirmam que o turismo religioso inclui motivações ligadas à história religiosa, arte e devoção, podendo, assim, encontrar-se “peregrinos” e “turistas peregrinos” no mesmo espaço sagrado; procurando uma satisfação pessoal, que pode muito bem ser puramente secular.

Por seu lado, Drule *et al.* (2012), no seu estudo sobre os visitantes a mosteiros da Roménia, focam-se nas motivações não-religiosas dos visitantes, apesar de 60% dos inquiridos apontarem a religião como principal motivo da visita a locais sagrados. Das motivações não-religiosas, “o desejo de ser uma pessoa melhor”¹⁹ (Drule *et al.*, 2012: 433) foi o que mais influenciou os visitantes inquiridos. Os autores acreditam que, além das conexões religiosas que este desejo pode ter, os inquiridos podem ter considerado a existência de benefícios para a sua personalidade, comportamento, valores e atitudes, provenientes destas visitas. Drule *et al.* (2012: 434) referem, também, a beleza arquitetónica e paisagista do local a visitar como fatores importantes para a motivação dos turistas (aparecendo em segundo lugar na hierarquia das motivações não-religiosas). Por fim, relacionam o poder económico do visitante com as suas motivações culturais,

¹⁹ Tradução própria. No original: “the desire to be a better person” (Drule *et al.*, 2012: 433)

tendo aferido que aqueles com rendimentos mais elevados tendem a sentir-se motivados por aspetos culturais, como o aprimoramento dos seus conhecimentos e o contacto com valores e tradições autênticos.

Já Erik Cohen (2003: 38), no seu estudo de caso sobre judeus americanos que visitavam Israel, para aí estudarem durante um curto espaço de tempo, aferiu que, dos seis fatores motivacionais considerados no estudo (educação, religião, ideologia, socialização, turismo e estudo da língua)²⁰, os mais importantes foram turismo, religião e uma junção dos dois. Deste modo, e tendo em conta o tema desta dissertação, interessa saber o que caracteriza o turista motivado, total ou parcialmente, pela religião. Então, a maioria dos estudantes do grupo religião e uma boa parte dos do grupo turismo e religião assumem-se como religiosos e estavam mais envolvidos na comunidade judaica, sendo provável que tivessem frequentado escolas judaicas ou estivessem inseridos em organizações judaicas. Mais, apontam como motivações da viagem, o facto de Israel ser a Terra Prometida, o local onde podem fortalecer a sua identidade espiritual, bem como o conteúdo do programa através do qual realizaram a viagem. (Cohen, 2003: 41)

Finney, Orwig e Spake (2009) partem da classificação de viajantes de Cohen (2003) para uma tentativa de agrupar os turistas que visitam locais com atrações religiosas, mais propriamente Israel, em quatro grupos: Indulgentes, Peregrinos, *Seekers* e os Turistas Acidentais²¹, consoante a motivação da viagem (como se pode ver na imagem seguinte).

²⁰ Tradução própria. No original: “academics, religion, ideology, social, tourism, and language study”. (Cohen, 2003: 38)

²¹ Tradução própria. No original: Lotus-eaters, Pilgrims, Seekers e Accidental Tourists. (Finney, Orwig & Spake, 2009)

		Intend to See Religious Sites	
		Yes	No
Intend to See Secular Sites	Yes	Seekers	Lotus-Eaters
	No	Pilgrims	Accidental Tourists

Imagem 5 Tipos de turistas que visitam locais de interesse religioso

Fonte: Finney, Orwig & Spake (2009: 160)

Assim, de acordo com Finney, Orwig & Spake (2009), os Indulgentes procuram prazer. Podendo visitar locais de interesse religioso, o seu intuito principal é o de visitar locais de turismo secular. Quando decidem visitar locais de interesse religioso, fazem-no por impulso, sem planeamento prévio. Por outro lado, as motivações dos peregrinos são puramente religiosas. Assim, apesar de se verem obrigados a enfrentar alguns aspetos seculares durante a viagem (como a estadia em hotéis, por exemplo), os peregrinos não têm qualquer intenção de visitar atrações turísticas seculares. Já os *Seekers* são pessoas que adoram viajar e que estão abertos ao maior número de experiências possível. Têm a intenção de visitar locais seculares e locais religiosos, o que os torna em visitantes potenciais a qualquer atração turística que um país tenha para oferecer. Este tipo de viajante prefere viajar sozinho (ou, pelo menos, separar-se do grupo por algum tempo) para descobrir o destino por si. Assim, conseguirá ter uma perspetiva diferente, e talvez mais abrangente, da cultura e dos hábitos locais. Por fim, os turistas acidentais são viajantes que viajam sem intenção de visitar locais turísticos, sejam eles religiosos ou seculares. São pessoas cujas motivações de viagem não são o lazer nem a religião, mas negócios, cuidados de saúde, visitas a familiares, etc. (Finney, Orwig & Spake, 2009)

Por seu lado, Don Tilson (2005) utiliza a classificação de turistas do National Council of Churches (2000). Assim, os visitantes são divididos em três categorias, consoante a motivação da viagem:

- Peregrinos (aqueles que visitam os locais pela sua importância religiosa);

- Turistas religiosos (aqueles turistas que pretendem conhecer o local mas, intimamente, procuram a resolução de dilemas interiores);
- E turistas (aqueles que visitam o local pelo seu valor histórico e cultural).

Pode verificar-se um paralelismo entre as definições utilizadas por Tilson e as elaboradas por Finney, Orwig & Spake. Estes afirmam que “os Peregrinos são os clássicos viajantes religiosos” e as suas motivações são, puramente, religiosas (Finney, Orwig & Spake, 2009: 161), enquanto Tilson (2005) defende que os Peregrinos visitam os locais pela sua importância religiosa e que encaram a viagem como um ponto de mudança para a sua vida. Já os *Seekers* de Finney, Orwig & Spake (2009) podem ser comparados aos Turistas Religiosos de Tilson (2005), que pretendem visitar o local pela sua importância cultural e histórica, ou pela sua paisagem, esperando, ao mesmo tempo, retirar algum conforto espiritual da visita. Por fim, os Indulgentes podem ser inseridos na categoria dos Turistas de Tilson, que visitam os locais sagrados pelo seu valor histórico e cultural. No entanto, e tendo em conta que a distinção de Tilson se destina, especificamente, aos visitantes de locais sagrados, os Indulgentes transcendem-nos, visto que a sua motivação primária não é a de visitar locais sagrados (por nenhuma das suas características), fazendo-o espontaneamente.

Por seu lado, Naomi Leite, nos seus estudos sobre turismo judaico em Portugal, afirma ter encontrado turistas com “memória genética”²², ou seja turistas, descendentes de cristãos-novos portugueses, que afirmam ter sentido e recordado realidades que não conseguem explicar, relacionadas com a vida dos seus antepassados portugueses medievais. Assistiu, ainda, a reencontros pessoais com passados remotos, em locais impregnados de memória e presença ancestral. (Leite, 2005: 275)

Assim, na perspetiva daquela autora, este tipo de turista procura uma ligação com o passado dos seus antepassados, caracterizando os locais visitados como locais de memória, evocativos de gerações passadas, nos quais a sua presença lhes proporciona a “[...] sensação de “relembrar” experiências ancestrais.”²³ (Leite, 2005: 284) Este ideia vai de encontro ao estudo de Cohen (2003: 36), que afirma que, no caso dos judeus de

²² Tradução própria. No original: “genetic memory”. (Leite, 2005: 275) De acordo com Leite, o termo é utilizado num fórum de discussão internacional judaico – português.

²³ Tradução própria. No original: “[...] sensation of “remembering” ancestral experience”. (Leite, 2005: 284)

diáspora que visitam Israel, a principal motivação da viagem é o desejo de procurar a sua identidade pessoal e étnica.

A procura de experiências ancestrais, de fortalecimento da identidade pessoal, espiritual e étnica, insere este tipo de turistas na categoria *Seekers* de Finney, Orwig & Spake, uma vez que as suas visitas não se devem apenas à importância arquitetónica do local visitado, nem mesmo ao fator religioso em si, mas principalmente, à importância histórica e cultural que o local tem para o visitante, à busca de uma parte da sua identidade perdida, de uma ligação aos seus antepassados, a resolução de dilemas interiores. Seguindo a mesma lógica, pode incluir-se o turista judaico referido por Naomi Leite (2005) e por Erik Cohen (2003), no modo de turismo existencial de Erik Cohen (1979), pois, as visitas descritas em ambos os trabalhos são visitas a centros dos quais os visitantes, ou os seus antepassados, foram alienados.

2.2. Turismo de Raízes, Diáspora e Memória

Tendo percorrido uma reflexão que apontou para uma especificidade do turismo praticado pelo universo judaico, procura-se aprofundar a sua especificidade.

“A necessidade de redescobrir as suas raízes culturais e de redefinir a sua identidade própria manifesta-se, há já algum tempo, de forma cada vez mais vincada no meio judaico e, paralelamente, na sociedade em geral.” (Luzzati & Rocca, 2011: 6) Assim, torna-se imperativo definir conceitos como Diáspora e Memória, como elemento de preservação da identidade pessoal e coletiva, e explicar a sua relação com o Turismo de Raízes.

Monica Iorio e Andrea Corsale (2013: 199) afirmam que, originalmente, diáspora se refere aos judeus exilados da Palestina, obrigados a estabelecer-se fora da sua terra natal. Atualmente, o termo é utilizado para descrever populações (emigrantes, minorias étnicas ou religiosas, refugiados) que, por variados motivos, deixaram a terra natal. (Iorio & Corsale, 2013; Higginbotham, 2012; Ben-Rafael, 2013; Clifford, 1994; Basu, 2005) Basu (2005: 140) explica que vários autores são contra o uso do termo diáspora para referir as populações mencionadas acima, por acharem que deveria manter o significado original. No entanto, defende que, atualmente, o termo diáspora é conotado com vitimização, exílio forçado, enfim, todo o paradigma judaico.

Gregory Higginbotham (2012: 196), no seu trabalho de criação de um quadro de referência para o turismo genealógico e de raízes, define diáspora como uma população dispersa por vários países, que se identifica, como grupo, com o país de origem. Já James Clifford (1994: 304), numa comparação com os imigrantes que fazem a travessia das fronteiras entre o México e os Estados Unidos, afirma que as diásporas pressupõem longas distâncias e uma ligação entre várias comunidades dispersas, e volta a referir o sentimento de exílio da população que não pode regressar ou adia, indeterminadamente, esse regresso. Assim, baseando-se na definição de um outro autor, Clifford (1994: 305) identifica as características da diáspora como sendo a dispersão da população, memórias (reais ou míticas) da terra natal, alienação da nação anfitriã, desejo de regresso, apoio permanente à terra natal e uma identidade coletiva definida pela sua relação com a terra de onde provem. Relativamente à alienação da sociedade anfitriã, Basu (2005) defende

que é ela que impulsiona a ligação à terra natal e que não permite a assimilação da nova cultura, reforçando o sentimento de identidade da população diaspórica.

Por sua vez, Ben-Rafael (2013) define identidade como a percepção do indivíduo diaspórico sobre a identidade coletiva do grupo, enquanto a identificação se traduz na percepção dos outros sobre essa identidade, o que não significa que o indivíduo se reveja nessa identificação. No entanto, esta identificação pode ter consequências subjetivas, principalmente se o identificador tiver poder sobre o identificado. Assim, identidade e identificação não são independentes, sendo que, da mesma forma que variações na identificação podem influenciar a forma como os indivíduos desenvolvem a sua identidade, a identidade de um grupo, especialmente se existirem conotações religiosas, dita a força da identificação. (Ben-Rafael, 2013: 848)

Eliezer Ben-Rafael (2013: 842 – 843) observa os processos de integração e defende, ainda, que a população diaspórica pretende, sempre, inserir-se na nova comunidade, porém, os indivíduos que a compõem sentem-se, muitas vezes, motivados a manter a lealdade à sua herança cultural original. Também Clifford (1994: 308) parece ser da mesma opinião, afirmando que as comunidades judaicas demonstraram, ao longo dos tempos, uma capacidade de adaptação a alguns aspetos da vida política, cultural, comercial e do dia-a-dia das sociedades onde se inseriram.

Esta tendência de assimilação de alguns aspetos da sociedade onde estão inseridos leva a uma multi-culturalização da população diaspórica, bem como da sociedade onde se encontram. Ou seja, a singularidade da população diaspórica enaltece a diversidade cultural da sociedade anfitriã, enquanto que a assimilação de aspetos culturais da sociedade onde se inseriram diferencia os diaspóricos daqueles que permaneceram na terra natal; a população diaspórica adquire uma identidade multi-cultural. (Ben-Rafael, 2013: 850) Assim, ainda de acordo com Eliezer Ben-Rafael (2013:844), a “diáspora judaica” refere-se a todas as comunidades judaicas que se instalaram fora de Israel, enquanto que o “mundo judaico” engloba essas comunidades e Israel.

James Clifford (1994), por outro lado, baseia-se no trabalho do historiador Goitein para atestar que o centro do indivíduo diaspórico não é, necessariamente, único, nem representa uma nação exclusiva. Afirma, então, que a ligação a cidades específicas, por vezes mais forte que os laços de religião, apresentada nos estudos do historiador sobre a época medieval, invalida, ou, pelo menos, levanta questões sobre a centralidade da

diáspora judaica num único país – Israel. “Entre os sefarditas de depois de 1942, o desejo pelo “lar” podia focar-se numa cidade de Espanha ao mesmo tempo que na Terra Prometida.”²⁴ (Clifford, 1994: 305) De qualquer modo, diáspora pressupõe sempre, de acordo com os autores referidos acima, uma lealdade à cultura de origem que os leva a preservar a memória coletiva, de modo a não perderem a sua identidade original.

Le Goff (1990: 423) apresenta a memória como um conjunto de funções psíquicas que permitem ao ser humano conservar e relembrar informações passadas. Por seu lado, Cláudio Batista (2005: 29) defende que, no seu sentido filosófico, a memória se traduz na capacidade de reter um dado aspeto ou conhecimento das experiências vividas e convocá-lo à mente, sendo, assim, necessária para a formação de novas experiências e conhecimentos. Para o autor, a memória é sempre atual, pois pode ser sempre evocada, alimenta-se de lembranças e está à mercê do esquecimento, e evoca sentimentos de pertença e identidade.

Deste modo, é importante não só a memória pessoal de cada um, mas, também, a memória coletiva, do grupo ao qual se pertence. Jacques Le Goff (1990: 426) afirma que a memória coletiva é utilizada e manipulada nos jogos de poder das sociedades. Comandar a memória e o esquecimento é um dos grandes objetivos dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” Neste sentido, a memória pode ser manipulável pelas estruturas de governação e/ou por instâncias que assumem uma consciência deste desiderato ao serviço de várias políticas (inclusive as do património e turismo).

Leandro Magalhães e Patrícia Branco (2006: 4) vão de encontro a esta ideia, defendendo que a supressão da memória coletiva e das referências exteriores são os primeiros passos para a instalação de ditaduras, apresentando-se o Estado como o referencial estável para toda a população. Baseiam-se, ainda, nas perspetivas de outros autores para afirmar que as políticas relacionadas com o património pretendem, muitas vezes, criar uma unanimidade, construindo uma memória única que reprima conflitos e contradições, desconsiderando a diversidade de culturas. Estas políticas levam à exclusão de certos tipos de patrimónios, selecionando uma memória e uma identidade,

²⁴ Tradução própria. No original: “Among Sephardim after 1492, the longing for “home” could be focused on a city in Spain at the same time as on the Holy Land.” (Clifford, 1994: 305)

negando o direito à construção de identidades de populações minoritárias, mas, nem por isso, menos importantes para sociedade em questão. (Magalhães & Basto, 2006: 6)

Também Manuel Ramos (2003) é desta opinião, criticando a classificação de património imaterial da UNESCO, questionando mesmo a pertinência de tal classificação: “Como é possível, com efeito, propugnar a salvaguarda da diversidade cultural [...]” através de uma “ [...]classificação dependente de um molde teológico, linguístico, e filosófico cristão ocidental?” (Ramos, 2003: 54 – 55) Dá, então, o exemplo de Auschwitz, “um “sítio” de memória classificado”, onde o material e o imaterial se complementam, o sítio, a ideia e o potencial da emoção são o património. “Em Auschwitz, a distinção entre o que é material e imaterial auto-curtocircuita-se. As memórias, as identidades são, literalmente, levadas com o fumo.” (Ramos, 2003: 55) Defende, então, que a classificação pode, mesmo, causar a destruição, a longo prazo, dos patrimónios que se pretendem proteger. (Ramos, 2003: 56)

Pode, então, criar-se um paralelismo com os acontecimentos que antecederam e se seguiram à conversão forçada de 1497, em Portugal. Nessa altura, por ordem régia, foram queimados livros, destruídos artefactos e sinagogas convertidas em igrejas ou, simplesmente, abandonadas. Estes atos, combinados com a repressão trazida pela Inquisição, promoveram o esquecimento da cultura judaica portuguesa, bem como da importância da população judaica no país. Naomi Leite (2007) é da mesma opinião. Ao explicar, brevemente, a história dos judeus em Portugal, relembra a sua conversão forçada ao cristianismo e a simultânea destruição do seu legado material, comentando: “o objetivo era a completa obliteração, não só da população judaica, mas também de qualquer indício de que alguma vez tenha existido.”²⁵ (Leite, 2007: 5) Neste caso, a atração turística é a ausência de vestígios físicos da presença judaica no país, como se poderá ver mais adiante.

Ao estudar os turistas de raízes que visitam a Escócia, Paul Basu (2004), explica que, apesar de poderem ter ascendências provenientes de vários países, os turistas se sentem escoceses, e que esta não é uma escolha consciente, mas um facto biológico, uma ligação genética com uma identidade ancestral, associada a lugares relacionados com os seus antepassados. “Assim, uma ‘ressonância’ profunda é sentida em certos locais: algo

²⁵ Tradução própria. No original: “The goal was complete obliteration, not only of the Jewish population, but also of any indication that it ever existed.” (Leite, 2007: 5)

estranho e comovente, que é racionalizado (ou, talvez, mais mistificado) como uma ‘memória racial’, ‘memória ancestral’ ou ‘memória genética’.”²⁶ (2004: 166)

Também Naomi Leite se refere à memória genética, no seu trabalho acerca do turismo de diáspora em Portugal, como foi mencionado no subcapítulo anterior. Para muitos dos que relataram esses sentimentos de conexão com os seus antepassados, a viagem foi encarada como um retorno à terra natal perdida, visto descenderem de judeus e cristãos-novos exilados da Península Ibérica. (Leite, 2005: 275) De alguma forma, a permanente procura da Terra Prometida, apontada ao longo do Antigo Testamento, continua a ser um motivo de caminhada e peregrinação e, por isso, adquire uma componente teológica que nem sempre é referida e interpretada na bibliografia acerca do turismo judaico.

Assim, o turismo de raízes pode ser encarado como um meio de os viajantes regressarem à terra natal imaginada, a do tempo dos seus antepassados, participando em atividades dedicadas à reativação da memória dos locais visitados, recreando as experiências dos seus antepassados. (Leite, 2005) Do estudo previamente mencionado, Basu (2004: 164) infere: “[...] a viagem providencia a cura através da reconexão dos turistas de raízes com as ‘linhagens’ da sua herança cultural ancestral [...]”²⁷, sendo que a ‘doença’ se caracteriza pela “[...] perda de ‘memórias e tradições’, ‘uma fome de identidade e pertença’, um sentimento de ter sido ‘cortado’ das suas raízes.”²⁸

Na perspetiva de Monica Iorio e Andrea Corsale (2013: 199), a viagem motivada pelo desejo de reforçar ligações pessoais e emocionais ou de redescobrir lugares de importância familiar, reencontrando, assim, uma parte da sua identidade, é a forma mais comum de os indivíduos manterem os laços com a terra natal, sendo que as motivações das viagens de diáspora variam consoante a geração que as realiza, desde visitas a familiares e amigos, a procura pelas raízes, descoberta da terra dos antepassados e participação em festivais ou cerimónias. Tão importantes se revelam estas viagens para os países visitados que, por exemplo, o governo escocês identificou o turismo de raízes como um “nicho de mercado” digno de investimento. (Basu, 2004; 2005)

²⁶ Tradução própria. No original: “Thus a profound ‘resonance’ is felt at certain sites: something strange and affecting, which is rationalized (or, perhaps, further mystified) as a ‘race memory’, ‘ancestral memory’ or ‘genetic memory’.” (Basu, 2004: 166)

²⁷ Tradução própria. No original: “[...] the journey provides the cure through reconnecting the roots-tourists with the ‘bloodlines’ of their ancestry and cultural heritage [...]” (Basu, 2004: 164)

²⁸ Tradução própria. No original: “[...] loss of ‘memories and traditions’, ‘a hunger for identity and belonging’, a sense of being ‘severed’ from one’s roots.” (Basu, 2014: 164)

Higginbotham (2012) baseia-se em Clifford (2007) para afirmar que o turismo de raízes apresenta “ [...] a viagem como uma *rota* (isto é, o inverso das rotas diaspóricas) em direção às *raízes* [...] de uma terra natal ancestral.”²⁹ (2012: 196) Rota e raízes adquirem um significado muito próprio. Por isso, como Paul Basu (2004) explica, os participantes nestas viagens não se identificam com o termo ‘turista’, considerando a viagem uma “peregrinação”, um “regresso a casa” ou uma “busca”.³⁰ Também Lev Ari e Mittelberg (2008: 100) caracterizam estas viagens como peregrinações, mais do que turismo de lazer. Basu (2004: 154) defende o uso dessas expressões para qualificar estas viagens pois, estas impregnam-nas de uma capacidade de mudar a vida dos que nelas participam.

Esta busca pela sua identidade insere os turistas de raízes no grupo dos turistas existenciais de Erik Cohen (1979) que, como foi referido no capítulo anterior, encaram a viagem como uma peregrinação que os ajuda a suportar o exílio. (Basu, 2004; 2005; Clifford, 1994) No entanto, a autenticidade procurada não se encontra necessariamente nos monumentos visitados, pode encontrar-se, também, na ausência de vestígios materiais da existência da população em diáspora. (Basu, 2005; Leite, 2007) Deriva, também, da perspectiva do visitante. Diferentes grupos de turistas atingem diferentes graus de autenticidade, dependendo da cultura em que estão inseridos e da forma como encaram a sua terra natal, (Lev Ari & Mittelberg, 2008: 84), ou seja, do seu conhecimento, expectativas, desejos e crenças em relação ao local visitado. (Leite, 2007: 2)

Assim, ao entrar na esfera extraordinária da terra natal ancestral, o turista de raízes entra numa espécie de mundo paralelo, relatando experiências sobrenaturais, como o sentimento da presença dos antepassados. (Basu, 2004; Leite, 2005) Estas experiências sobrenaturais fazem parte dos rituais de passagem que caracterizam este tipo de turismo e têm o poder de transformar os turistas tão profundamente que estes podem sentir dificuldades em retomar as suas rotinas, incutindo-lhes, por vezes, a necessidade de resolverem problemas pendentes. (Basu, 2004: 168)

Os turistas de raízes têm por hábito visitar casas e locais onde eles ou os seus antepassados viveram, de modo a “ver, cheirar, tocar”, sentir esses locais que os ligam à

²⁹ Tradução própria. No original: “[...] travel as a *route* (i.e. a reversal of diasporic routes) towards the *roots* (Clifford, 1997) of an original ancestral homeland.” (Higginbotham, 2012: 196)

³⁰ Tradução própria. No original: “pilgrimage”, “homecoming” e “quest”. (Basu, 2004)

identidade das suas famílias. (Iorio & Corsale, 2013: 215; Leite, 2005) Ao partir, levam consigo recordações (pedras, pedaços de cerâmica, água de nascentes ou poços, etc.), que expõem em estantes dedicadas à terra natal, e deixam objetos pessoais, como forma de deixar uma parte de si no local, de pertencer, realmente, à terra natal. (Basu, 2004)

Normalmente, estas visitas às casas ou túmulos dos seus antepassados, ou até às ruas por onde passaram, evocam sentimentos de pertença e identidade. (Iorio & Corsale, 2013) Além disso, por se tratar de uma lembrança, não do seu próprio passado, mas do passado dos antepassados do visitante, estes locais de memória são vistos como pontos de contacto com gerações anteriores, sendo que a presença do turista lhe dá a sensação de relembrar experiências ancestrais. (Leite, 2005) No entanto, a visita pode, também, evocar sentimentos negativos de desilusão e desapontamento, nos casos de os locais terem sofrido alterações, sendo diferentes daquilo que os turistas se lembravam ou tinham imaginado pelas narrativas de familiares. (Iorio & Corsale, 2013; Basu, 2005) Nestes casos, para aqueles que, apesar da desilusão, mantêm ligações emocionais com a terra natal, o único regresso alcançável é o das visitas repetidas, uma vez que o mítico regresso à terra natal original não é possível. (Iorio & Corsale, 2013: 220)

Por outro lado, Naomi Leite (2007) conclui, no seu estudo sobre turismo judaico em Portugal, que “[...], no caso do Portugal Judaico, a ausência de vestígios materiais é uma parte fundamental da atração turística.”³¹ (2007: 3) Segundo a autora, estas visitas obrigam a um grande esforço de imaginação e sentido de descoberta por parte dos turistas, que, instigados pelos guias turísticos e imbuídos de um conhecimento prévio, imaginam e encenam partes da vida dos judeus medievais de Portugal. (2005; 2007) Um exemplo disso é a passagem da ponte em Portagem, no centro do país, onde grupos de turistas são instigados a imaginar a árdua viagem que os imigrantes espanhóis realizaram, aquando da expulsão de 1492. São levados a uma torre antiga, próxima de Espanha, onde são relembrados da portagem que tinham de pagar para entrarem em Portugal, com todas as suas posses às costas. Passam, depois, lentamente, pela ponte onde são levados a imaginar, olhando para a vila medieval que se avista num monte próximo, como se sentiram esses refugiados. Apesar de tanto a torre como a ponte serem de épocas mais recentes, este exercício ajuda os turistas a entrar no mundo que pretendem visitar. (Leite, 2007: 9)

³¹ Tradução própria. No original: “[...] in the case of Jewish Portugal, the absence of material remains is a fundamental part of the tourist attraction.” (Leite, 2007: 3)

Além deste exemplo, a autora dá outros em que os turistas demonstram a necessidade de tocar nos raros vestígios da presença judaica que encontram, de modo a sentirem uma ligação física com o passado. (2007: 11) Dá, ainda, a conhecer aquilo a que chama “*práticas de substituição*”³², levadas a cabo por turistas judeus, em que, na falta de vestígios materiais, o turista substitui, de alguma forma, os judeus medievais portugueses. (2007: 13) Estas práticas são exemplificadas por momentos de silêncio em memória das vítimas da Inquisição, em locais onde se realizaram autos-de-fé, fotografias de grupo onde se crê ter existido uma sinagoga ou, até, fotografias individuais no alpendre de uma casa que se diz ter pertencido ao rabino. Com estas práticas, os turistas relembram de forma ativa, os judeus medievais, “[...] reanimam, conscientemente, aquele pedaço do Portugal Judaico, oferecendo uma presença substituta para, fugazmente, o tornarem judaico uma vez mais.”³³ (Leite, 2007: 14)

Assim, pode concluir-se que o turismo de raízes promove o reforço da identidade coletiva das populações diaspóricas, reforçando o sentimento de pertença do indivíduo a essa população, sobretudo ativando memórias, materializando-as. Nas palavras de Lev Ari e Mittelberg (2008: 100), referindo-se a turistas judeus de visita a Israel, “no final da viagem, a identidade judaica em geral e o grau de ligação emocional a Israel foram reforçados, sendo a mudança mais dramática, um maior apego emocional a Israel, após a viagem.”³⁴

³² Tradução própria. No original: “*practices of surrogacy*”. (Leite, 2007: 13)

³³ Tradução própria. No original: “[...] they consciously reanimate that small piece of Jewish Portugal, offering a surrogate presence to fleetingly make it Jewish once again.” (Leite, 2007: 14)

³⁴ Tradução própria. No original: “At the conclusion of the trip, overall Jewish identity and the degree of emotional attachment to Israel were strengthened, with the most dramatic change being higher post-trip emotional attachment to Israel.” (Lev Ari & Mittelberg, 2008: 100)

2.3. Rotas Patrimoniais

A evolução das necessidades dos turistas, do turismo de massas para a descoberta de novas experiências e culturas, tornou necessária a oferta de sensações diferentes, com os interesses dos visitantes a abranger a participação em eventos de vários tipos, a visita a locais classificados como património mundial da UNESCO, entre outros. (Martins, 2006) De acordo com Fernanda Cravidão (2006: 273), o património, seja material ou imaterial, é o produto que encorpora o turismo cultural, ou seja, os museus e os monumentos, os edifícios típicos, as manifestações populares, “ [...] tudo permite dar, ou parecer dar, sentido ao lugar.” Dá, então, o exemplo do caso português, em que “ [...] a rede das aldeias de xisto, das aldeias históricas, o percurso dos judeus, a rota do contrabando por onde “viajam” memórias de vidas clandestinas, são exemplos, entre muitos outros, marcados por lugares que o turismo (cultural) pretende requalificar.”

Os circuitos turísticos, ou itinerários, fazem parte da história do turismo e são, segundo Fernanda Cravidão, “ [...] a fórmula tradicional e inicial do turismo cultural [...]”. (2006: 272) Inserem-se no papel que o turismo adquiriu “ [...] no processo de desenvolvimento, no ordenamento do território [...] na definição de imagem nacional ou internacional das áreas de acolhimento.” (Martins, 2006: 281)

Os autores Antonio Russo e Francesc Romagosa (2010: 142) defendem, no seu estudo sobre a Rede de Judiarias de Espanha, que, para que os objetos e sítios patrimoniais se tornem num produto turístico, é necessário que sejam reconhecidos como tal e que haja a possibilidade de seguir um itinerário temático que promova o acesso a esses elementos. Também Patrick Fraysse, Sabine Roux e Caroline Courbieres (2009: 95) chamam a atenção para a necessidade de inventariar os lugares e criar itinerários e rotas, que pressupõem a existência de documentos, como guias de viagem, por exemplo, que demarquem os itinerários, incentivando turistas a percorrê-los, e que, complementando o património material, transportem o turista para o mundo imaginário da rota.

Estes itinerários requerem, ainda, coordenação aos níveis de planeamento, serviços complementares e sinalética. Assim, quando a rota atinge níveis regionais, nacionais ou internacionais é necessário que existam “ [...] *redes organizacionais*, que integrem ou

coordenem esforços de gestão e conservação.”³⁵ (Russo & Romagosa, 2010: 142) Também Claude Moulin e Priscilla Boniface (2001) apontam a comunicação entre regiões como um objetivo das rotas e redes dedicadas ao património, a nível europeu, sendo que as redes pressupõem uma relação de suporte mútuo entre os envolvidos, objetivos e poderes comuns.

A criação de rotas patrimoniais tem como objetivo promover a conservação e preservação do património, a par do desenvolvimento socioeconómico das regiões que as constituem. (Moulin & Boniface, 2001) As parcerias geradas pela sua criação permitem a dinamização das áreas turisticamente menos procuradas, como as áreas rurais (Russo & Romagosa, 2010; Lourens, 2007), diversificando-se, assim, o produto turístico. (Russo & Romagosa, 2010; Moulin & Boniface, 2001) Além disso, as rotas impulsionam o desenvolvimento de manifestações culturais, a recriação de ambientes passados e a compreensão da diversidade de modos de vida dos habitantes locais, envolvendo o turista em cada etapa. (Cravidão, 2006)

Michael Murray e Brian Graham (1997: 514) defendem que “o turismo baseado em rotas opera numa variedade de escalas espaciais e em diversos contextos culturais”³⁶, incluindo rotas pedestres pelos centros históricos das cidades até rotas nacionais ou mundiais. Afirmam, no entanto, que, qualquer que seja a escala, a essência deste produto turístico é a “ [...] combinação do consumo cultural com pontos de venda [...]” e a sua ligação “[...]a uma re-imaginação contínua do local e da sua cultura, inspirada na nostalgia, na memória e na tradição.”³⁷

De facto, as rotas contam histórias e encorajam à participação ativa dos visitantes, através da imaginação, curiosidade e esforço físico, levando-os a experimentar outras culturas, proporcionando-lhes outras perspetivas. Assim, os visitantes partem numa “viagem de descoberta”³⁸, na qual encontram as diferenças e semelhanças dos locais que a constituem, identificando os elementos que os ligam, e “[...] partilham, até certo

³⁵ Tradução própria. No original: “[...] *organizational networks*, integrating or coordinating management and conservation efforts.” (Russo & Romagosa, 2010: 142)

³⁶ Tradução própria. No original: “Route-based tourism operates at a variety of spatial scales and in diverse cultural contexts.” (Murray & Graham, 1997: 514)

³⁷ Tradução própria. No original: “Whatever the scale, the essence of itineraries is that they combine cultural consumption with point of sale and are inextricably linked – as with all heritage tourism – to a continuous re-imagining of place and culture that draws inspiration from nostalgia, memory and tradition.” (Murray & Graham, 1997: 514)

³⁸ Tradução própria. No original: “discovery journey”. (Russo & Romagosa, 2010: 152)

ponto, a trajetória física e afetiva, daqueles que ‘possuem’ esta identidade cultural.”³⁹
(Russo & Romagosa, 2010: 152)

De um modo geral, as rotas patrimoniais proporcionam a difusão nacional e internacional dos seus constituintes, principalmente, de regiões menos visíveis, transmitindo uma imagem de qualidade, contribuindo para a preservação e interpretação do património e para a dinamização do território, ao desenvolver um produto cultural diversificado, impulsionando o comércio e a hotelaria, gerando mais emprego especializado e mobilizando recursos locais. Em suma, impulsionam a multiplicação de recursos disponíveis para a preservação do património e realçam o espaço público, num ciclo de desenvolvimento baseado na cultura. (Russo & Romagosa, 2010; Moulin & Boniface, 2001; Lourens, 2007; Martins, 2006; Tilson, 2005)

Por outro lado, existe o risco de se produzir ícones turísticos, ao simplificar a experiência, reduzindo-a a imagens facilmente reconhecíveis, com a comercialização em série de todo o tipo de produtos (como as miniaturas de monumentos), o que tornará a experiência turística menos profunda. (Russo & Romagosa, 2010)

2.3.1. Rotas existentes

Apresentam-se, agora, as principais rotas judaicas europeias promovidas por entidades públicas e que têm como objetivo principal a preservação e promoção do património e cultura judaicos, presentes no território europeu. Faz-se, ainda, uma pequena menção a uma rota brasileira, por incluir a primeira sinagoga construída no continente americano, por emigrantes ibéricos.

Europa



Imagem 6 Logótipo da Rota Europeia de Património Judaico
Fonte: Council of Europe, s. d.

“O património judaico é uma parte integrante da história e cultura europeias. Muito dele está enraizado na Europa, com uma história de migrações, perseguições e precariedade; mas também de trocas, humanismo e uma profusão de enriquecimento mútuo.”⁴⁰

³⁹ Tradução própria. No original: “[...] share to a certain extent the physical and affective trajectory of those who ‘own’ this cultural identity.” (Russo & Romagosa, 2010: 152)

(Council of Europe, s. d.) É assim que o Conselho da Europa introduz a “Rota Europeia de Património Judaico”⁴¹, que inclui nas suas 24 rotas culturais. (Council of Europe, 2012) Esta rota foca-se em locais de interesse arquitetónico, antigas sinagogas e cemitérios judaicos, *mikvés*, judiarias e monumentos comemorativos da presença judaica, e tem como principais objetivos “preservar, promover e manter vivo o património judaico”⁴², promover o turismo em torno desses locais e enfatizar a importância da cultura judaica para a Europa. (Council of Europe, s. d.)

A Rota Europeia de Património Judaico estende-se pelos seguintes países: Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Croácia, República Checa, Dinamarca, França, Grécia, Hungria, Itália, Lituânia, Holanda, Noruega, Polónia, Roménia, Sérvia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Ucrânia, Reino Unido (Council of Europe, s. d.) e, desde dezembro de 2013, Portugal (AEPJ, s. d. a), estando a cargo da AEPJ e respetivos membros. (Council of Europe, s. d.)

A Associação Europeia para a Preservação e Promoção do Património Judaico (AEPJ, s. d. b) promove, de momento, três rotas europeias:

- “Rota 1: Modernismo Arquitetónico nas Sinagogas Europeias”⁴³ – tem como objetivo promover o legado arquitetónico das sinagogas europeias do início do século XX e inclui sinagogas de França, Suíça, Reino Unido, Holanda, República Checa, Hungria, Bélgica, Sérvia e Eslováquia. (Wright, s. d. a)
- “Rota 2: Sinagogas em Madeira da Europa Central e de Leste”⁴⁴ – tem como objetivo promover a conservação das sinagogas construídas em madeira da Europa de Leste, peças únicas, outrora comuns, de conceção totalmente judaica. Inclui sinagogas da Lituânia, Roménia e Letónia. Além disso, dá a conhecer réplicas deste tipo de sinagogas, presentes no Museu de Arte e História do Judaísmo, em França, e no Museu da História dos Judeus Polacos, na Polónia. (Wright, s. d. b) A par desta, está a ser preparada uma rota, com componentes

⁴⁰ Tradução própria. No original: “Jewish heritage is an integral part of European history and culture. Much of it is rooted in Europe, with a story of migrations, persecutions and precariousness; but also of exchanges, humanism and a profusion of mutual enrichment.” (Council of Europe, s. d.)

⁴¹ Tradução própria. No original: “The European Route of Jewish Heritage”. (Council of Europe, 2012)

⁴² Tradução própria. No original: “to preserve, to promote and to keep alive Jewish heritage”. (Council of Europe, s. d.)

⁴³ Tradução própria. No original: “Route 1: Architectural Modernism in European Synagogues”. (Wright, s. d. a)

⁴⁴ Tradução própria. No original: “Route 2: The Wooden Synagogues of Central and Eastern Europe”. (Wright, s. d. b)

físicas e virtuais, em 60 antigas cidades e vilas judaicas da Polónia, Bielorrússia e Ucrânia, que incluirá modelos 3D de sinagogas em madeira, destruídas durante a segunda Guerra Mundial. (Scislowska, 2014)

- “Rota 3: Mulheres no Judaísmo”⁴⁵ – itinerário criado no seguimento do Dia Europeu da Cultura Judaica de 2014, que se debruça sobre o papel das mulheres na cultura judaica, tem, então, como objetivo chamar a atenção para o seu contributo não só para a cultura judaica em geral, como para a cultura dos países onde se encontravam. Inclui personalidades de Roménia, Holanda, Lituânia, Portugal, Noruega, Itália, França, Alemanha, Hungria, Bélgica, Eslováquia, Reino Unido, Ucrânia, Polónia, Suécia, Rússia, Turquia, Suíça, República Checa e Áustria. (Wright, s. d. c)

Espanha

A *Red de Juderías de España* está a cargo da “ [...] defesa do património urbanístico, arquitetónico, histórico, artístico e cultural do legado sefardita em Espanha.”⁴⁶ (Red de Juderías de España, s. d. a) Além de informações sobre eventos realizados nas diversas cidades que a constituem, a rede providencia o serviço *RASGO*, no qual indica os restaurantes, alojamentos, sinalética, guias e oferta cultural das judiarias de todas as cidades da rede. (Red de Juderías de España, s. d. b) Criou, ainda, um cartão de fidelização, o *Sefarad Card*, que oferece descontos e promoções em estabelecimentos aderentes, por toda a rede. (Red de Juderías de España, s. d. c)

Por fim, criou uma rota virtual, a par da rota física – *Caminos de Sefarad*, que permite explorar as 24 cidades presentes na rede, dando informação detalhada sobre os locais de interesse judaico de cada uma delas, bem como apresentando uma cronologia com os acontecimentos relevantes da história da população judaica espanhola e que inclui um acontecimento português – o Édito de Expulsão de 1496. (Red de Juderías de España, s. d. d)

Portugal

Em Portugal, a associação encarregue de, em conjunto com os municípios aderentes, defender o “ [...] património urbanístico, arquitectónico, ambiental, histórico e cultural,

⁴⁵ Tradução própria. No original: “Route 3: Women in Judaism”. (Wright, s. d. c)

⁴⁶ Tradução própria. No original: “[...] defensa del patrimonio urbanístico, arquitectónico, histórico, artístico y cultural del legado sefardí en España.” (Red de Juderías de España, s. d. a)

relacionado com a herança judaica [...]”(RJP, s. d. a), é a *Rede de Judiarias de Portugal – Rotas de Sefarad*. Dela fazem parte os seguintes municípios: Alenquer, Almeida, Belmonte, Castelo Branco, Castelo de Vide, Covilhã, Elvas, Évora, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Freixo de Espada à Cinta, Fundão, Guarda, Idanha-a-Nova, Lamego, Leiria, Lisboa, Mêda, Penamacor, Penedono, Porto, Sabugal, Seia, Tomar, Torre de Moncorvo, Torres Vedras, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa. (RJP, s. d. a)

Esta associação tem como objetivo valorizar a história e o património, através da atividade turística, de modo a “ [...] descobrir uma forte componente da identidade portuguesa e peninsular.” (RJP, s. d. a) De momento, está em marcha a criação de uma “Rota das Judiarias”, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura (Lusa, 2013), para a qual se está a realizar um levantamento, a nível municipal, do património relacionado com a temática, existente em cada município. (Lusa, 2013; Osório & Félix, 2014)

Brasil

Relativamente ao Brasil, é importante referir a existência de uma rota judaica em Pernambuco, onde foi construída a “primeira sinagoga das Américas”, na cidade de Recife, por judeus e cristãos-novos provenientes de Portugal, fugindo da intolerância religiosa que se fazia sentir. Esta rota passa pelas cidades de Recife, Olinda e Camaragibe, incluindo monumentos como a Sinagoga *Kahar Zur Israel*, a Ponte Maurício de Nassau (que substitui a primeira ponte de Recife, construída por um engenheiro judeu) e a Casa de Guarda de Olinda (onde a população judaica lutou ao lado dos holandeses na defesa de Pernambuco), entre outros. (Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, s. d.)

2.4. Marketing Turístico

2.4.1. Conceito de Marketing

Como se escreveu atrás, a rota pressupõe uma materialização, uma divulgação, uma construção narrativa que dê sentido às sensações materiais e imateriais. Assim, é imprescindível perceber o conceito de marketing, a sua evolução e funcionamento, de modo a criar-se um produto atrativo, que vá ao encontro das necessidades dos turistas.

A evolução da economia, como se verificará em seguida, gerou novas necessidades nos consumidores, e, principalmente, alterou a forma como as empresas produzem e divulgam os seus produtos e serviços. Aquela a que Philip Kotler (2003) se refere como “antiga economia”⁴⁷, baseada na Revolução Industrial (que trouxe a produção massificada de bens) e na gestão de indústrias de transformação, que tinham como objetivos a standardização dos produtos de modo a reduzir custos e atingir economias de escala⁴⁸, foi substituída por uma “nova economia”⁴⁹, baseada na Revolução Digital e na gestão da informação (que pode, agora, ser diferenciada e personalizada, acedida por um maior número de pessoas a grandes velocidades).

Esta evolução proporcionou ao consumidor um acesso ao produto, eventualmente, mesmo, um maior poder de compra (ao facilitar a comparação dos produtos e serviços de diversas empresas), o acesso a uma maior variedade de bens e serviços, bem como às apreciações de outros consumidores de determinado bem ou serviço, uma maior facilidade de interagir com as empresas e o acesso a informação sobre, praticamente, todos os assuntos. (Kotler, 2003) Por seu lado, as empresas operam, agora, em canais de informação e vendas com maior abrangência geográfica, acedendo, assim, a um maior número de potenciais consumidores. Além disso, têm acesso a informações sobre o mercado, consumidores e concorrentes e a um meio de comunicação mais rápido e personalizado com os clientes (o que possibilita o envio de publicidade, cupões, amostras, etc. e a disponibilização de uma oferta mais personalizada). (Kotler, 2003)

⁴⁷ Tradução própria. No original: “old economy” (Kotler, 2003).

⁴⁸ Economias de escala: Atingem-se economias de escala quando, ao aumentar a quantidade produzida, o custo de produção de cada unidade de produto diminui.

⁴⁹ Tradução própria. No original: “new economy” (Kotler, 2003)

Com a evolução da economia, também o conceito de marketing sofreu mudanças. Visto, anteriormente, como uma forma de venda e promoção de produtos standardizados

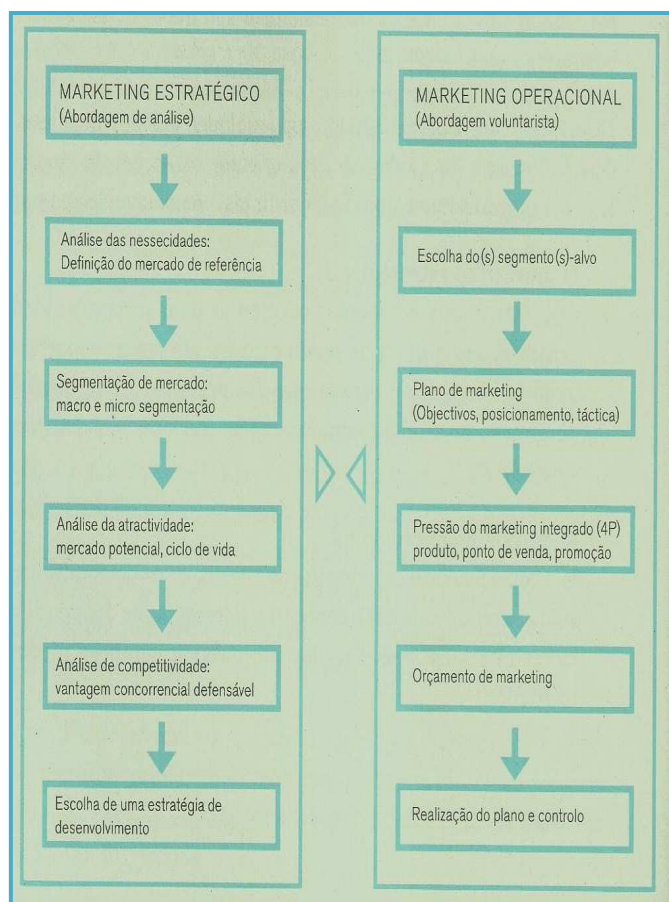


Imagem 7 Marketing Estratégico e Marketing Operacional
Fonte: Couto, Faias & Faias (2009: 22; adaptado de Kotler, 2003)

(Gilbert, 2008a; Serra Cantallops, 2002; Couto, Faias & Faias, 2009), emergiu na década de 1950 como um processo de identificação e satisfação das necessidades dos consumidores potenciais, transformando-as em oportunidades de negócio (Kotler, 2003: 3 – 4).

Sobre a evolução do marketing, Couto, Faias e Faias (2009) afirmam que de um “marketing passivo”, no início do século XX, em que a procura excedia a oferta, evoluiu para um “marketing operacional”, no qual se destaca a orientação para as vendas e cuja “ [...] missão [é] organizar e gerir o processo de comercialização dos

produtos.” (Couto, Faias & Faias, 2009: 23) Por fim, o “marketing operacional” foi complementado pelo “marketing estratégico”, que aparece em meados dos anos 50 de século XX, aquando da desaceleração do crescimento das empresas, devido ao aumento da concorrência e à diversificação das necessidades dos consumidores, e que consiste na análise do mercado, orientada para a satisfação das necessidades dos clientes. (Couto, Faias & Faias, 2009; Kotler, 2003; Serra Cantallops, 2002; Gilbert, 2008a)

Antoni Serra Cantallops (2002: 36) afirma que o marketing se traduz em saber o que produzir e vender, mais do que saber vender aquilo que se produz. Ou seja, “é a arte de

identificar e entender as necessidades dos clientes e encontrar soluções [...] que os satisfaçam e produzam benefícios para a empresa ou organização.”⁵⁰

Philip Kotler (2003: 9) defende que o marketing pode ser visto por duas perspetivas: a social e a de gestão. Numa perspetiva social, é o processo pelo qual as pessoas obtêm aquilo de que necessitam ou desejam, através da criação e oferta de produtos e serviços. Numa perspetiva de gestão, o objetivo do marketing é a criação de um produto ou serviço que se adapte ao consumidor tão plenamente, que as suas características o vendem por si. (Kotler, 2003; Gilbert, 2008a) Então, uma gestão de marketing traduz-se em saber escolher os mercados-alvo e ganhar, manter e aumentar o número de compradores, através da criação, distribuição e comunicação de valor acrescentado. (Kotler, 2003: 9)

Em relação ao turismo, aspeto que aqui interessa, Antoni Serra Cantallops (2002) defende que a aplicação da filosofia de marketing na gestão de uma empresa turística, ou de um destino turístico, é um imperativo competitivo. De facto, focando-se no consumidor e nas suas necessidades, a empresa, ou destino, pode adaptar-se, de modo a se especializar num produto ou serviço de qualidade para um determinado segmento de mercado.

David Gilbert (2008a: 511) afirma que “o marketing turístico moderno emergiu como uma reação empresarial a mudanças no ambiente socioeconómico, com as empresas ou entidades turísticas de maior sucesso a proporcionarem a estrutura organizacional e a oferta de produtos correta para o consumidor ou visitante.”⁵¹ Ao referir-se a uma estrutura organizacional correta, Gilbert (2008a) alude ao facto de, para ser bem-sucedida, toda a empresa deve estar envolvida no planeamento de marketing, ou seja, o marketing – centrado na satisfação dos consumidores – deve ser a atividade principal da empresa. (Couto, Faias e Faias, 2009; Kotler, 2003) Assim, o principal fator de sucesso traduz-se, não só na identificação das necessidades dos consumidores, mas, principalmente, na oferta de um produto ou serviço que seja preferível ao dos concorrentes, ao menor custo possível. (Gilbert, 2008a: 514)

⁵⁰ Tradução própria. No original: “Es el arte de identificar y entender las necesidades de los clientes y encontrar soluciones [...] que satisfagan a los clientes y produzcan beneficios a la empresa u organización.” (Serra Cantallops, 2002: 36)

⁵¹ Tradução própria. No original: “Modern tourism marketing has emerged as a business reaction to changes in the social and economic environment, with the most successful companies or tourist bodies having provided the right organisational structure and product offering for the consumer or visitor.” (Gilbert, 2008a: 511)

2.4.2. Análise SWOT, Segmentação e Marketing-mix

Como foi visto acima, o marketing estratégico não substituiu o marketing operacional. De facto, são complementares, sendo que o marketing estratégico se encarrega da análise do mercado e consequente estratégia da empresa face ao mercado-alvo, e o marketing operacional da comercialização do produto.

A elaboração da estratégia de marketing de uma empresa pressupõe uma análise das variáveis externas à empresa, que condicionam o mercado (oportunidades e ameaças) e das variáveis internas (forças e fraquezas) que a empresa pode controlar. Esta análise dá pelo nome de análise *SWOT*⁵². (Couto, Faias & Faias, 2009; Kotler, 2003; Gilbert, 2008b) A par dessa análise, deve fazer-se uma segmentação de mercado, o que “ [...] obriga a empresa a concentrar-se no consumidor.” (Couto, Faias & Faias, 2009: 111) Aqui, a empresa analisa o mercado⁵³ e divide-o em segmentos, consoante as diferenças demográficas, psicológicas, socioeconómicas ou comportamentais, entre outras, dos consumidores e escolhe o(s) mercado(s)-alvo em que vai atuar. Ou seja, escolhe os segmentos que apresentam uma melhor oportunidade para si e desenvolve uma oferta específica para cada um deles. (Kotler, 2003; Serra Cantallops, 2002) Nas palavras de David Gilbert, “a segmentação de mercado é o processo de dividir o mercado total percebido em subconjuntos, em cada um dos quais os consumidores potenciais têm características em comum, que levam a necessidades de procura semelhantes de um produto ou serviço.”⁵⁴ (Gilbert, 2008b: 565)

De acordo com este autor (2008c), a segmentação do mercado apresenta três principais vantagens:

- Uma compreensão mais abrangente das características e necessidades específicas do grupo a satisfazer;

⁵² *SWOT* é a sigla utilizada para representar as palavras *Strenghts*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*, respetivamente, Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

⁵³ Kotler (2003) nota as diferenças na definição de mercado no campo da economia e do marketing. Os economistas descrevem o mercado como o conjunto de compradores e vendedores de um determinado produto. Na perspetiva do marketing, os vendedores constituem a indústria e os compradores o mercado.

⁵⁴ Tradução própria. No original: “Market segmentation is the process of dividing the total perceived market into subsets, in each of which the potential customers have characteristics in common, which lead to similar demand needs for a product or service.” (Gilbert, 2008b: 565)

- Um melhor conhecimento dos concorrentes e sua oferta;
- E a possibilidade de melhoria, perante a evolução de mercado.

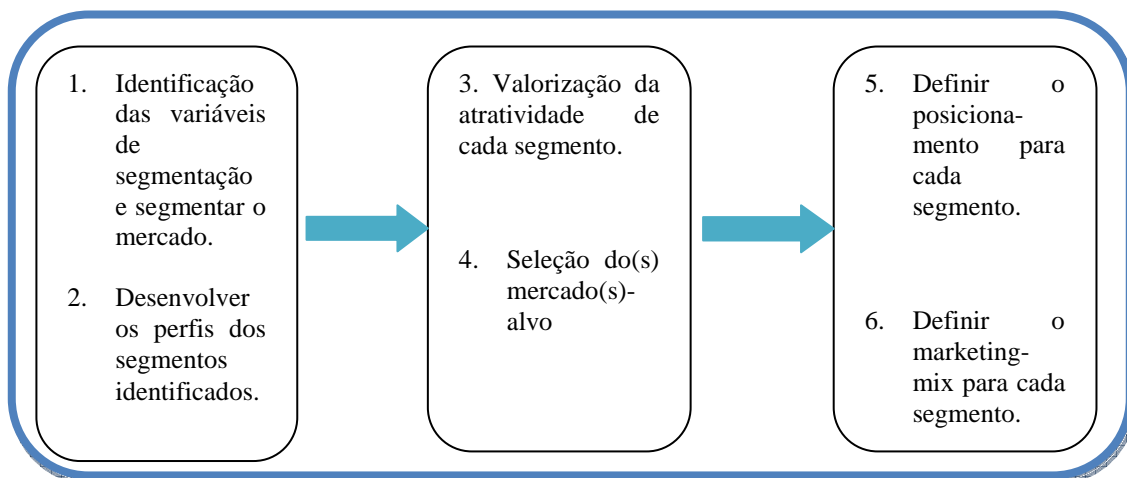


Imagem 8 Fases do Marketing Estratégico

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de Serra Cantallops (2002: 168).

Tendo em conta o tema desta dissertação, o segmento de mercado principal do produto a propor seriam os turistas existenciais, de Cohen (1979) [vide ponto 2.1.1], devendo o plano de marketing focar-se nas necessidades desse tipo de turistas.

Após a análise e segmentação do mercado passa-se, então, para a parte operacional do marketing, que se traduz na função comercial da empresa, encarregue de atingir os objetivos de venda ou de quota de mercado. Estes objetivos são atingidos através da implementação de políticas de produto, preço, distribuição e comunicação, ou seja, o marketing-mix. (Couto, Faias & Faias, 2009; Serra Cantallops, 2002; Gilbert, 2008c)

Produto

Lembrando que o objetivo é a satisfação do consumidor, a empresa tem de focar-se, não nas características do produto, mas nos benefícios que o consumo do seu bem ou serviço trará ao cliente. Deve, depois, se for o caso, escolher o leque de produtos que vai oferecer, ou seja, que quantidade vai oferecer, se são homogêneos, complementares ou substitutos, etc. (Serra Cantallops, 2002; Gilbert, 2008c)

Couto, Faias e Faias (2009) e Gilbert (2008a) lembram que o produto turístico tem características que o diferenciam dos restantes bens e serviços:

- Intangibilidade – a maior parte das experiências turísticas não podem ser vistas ou tocadas, mas apenas sentidas, ficando, depois, apenas como memórias;

- Semelhança – alguns aspetos do produto turístico são semelhantes, qualquer que seja a empresa que os fornece, o que pode tornar a diferenciação difícil;
- Unicidade – por outro lado, existem produtos que “ [...] pela sua diferenciação, pelo seu exotismo, pela sua raridade ou pela sua componente humana, cultural ou ambiental, são considerados únicos [...]” (Couto, Faias & Faias, 2009: 123)
- Simultaneidade de produção e consumo – apesar de serem comercializados previamente, o consumo é realizado no momento da produção;
- Perecibilidade – o serviço, turístico ou não, não pode ser armazenado (por exemplo, um hotel com 50 quartos, terá sempre 50 quartos, mesmo que não tenha atingido a taxa de ocupação total no dia anterior, não pode acumular os quartos que não vendeu à sua capacidade diária);
- Sazonalidade – a maior parte dos bens e serviços turísticos estão sujeitos a flutuações na procura, consoante a época do ano;
- Complementaridade – a aquisição de um produto turístico envolve, quase sempre, a aquisição de produtos ou serviços complementares.

O produto deve diferenciar-se dos demais, ou seja, deve ter características diferentes dos produtos concorrentes, sejam elas a qualidade, a imagem, a marca, etc. Estas são as características a realçar aquando da comunicação do mesmo. (Serra Cantallops, 2002)

No entanto, no caso das rotas patrimoniais, a semelhança e unicidade dos destinos turísticos são vantajosos, uma vez que a semelhança entre destinos se traduz no elo de ligação da rota, enquanto que as especificidades de cada um lhe conferem uma diversidade de oferta. Assim, a comunicação de rotas patrimoniais deve explorar estas duas características, realçando a temática que une os vários pontos de interesse, mas apontando os fatores diferenciadores de cada um.

Além disso, Alan Fyall e Stephen Wanhill (2008: 335) defendem que as atrações turísticas (naturais, culturais, tradições e eventos) devem ser, tanto quanto possível, autênticas. Em alguns casos, como acontece, por exemplo, com as atrações culturais relacionadas com o passado, não é possível oferecer uma experiência autêntica. Por um lado, a melhor opção será que “o visitante saiba que [as experiências] são encenadas, mas, ao mesmo tempo, sejam feitos todos os esforços, pelo fornecedor, para oferecer a

representação mais autêntica possível [...]”⁵⁵. Por outro lado, a autenticidade é posta em causa quando se tenta encobrir a encenação (Fyall & Wanhill, 2008), como acontece com os bosquímanos da Namíbia, que representam, perante os visitantes dos parques naturais e reservas de caça, aspetos de uma cultura que já não é a sua, “ [...] vestindo tangas de pele, fazendo flechas, colhendo bagas e tubérculos, cantando canções em línguas que já não conhecem e dançando danças descritas nos manuais etnográficos sobre bosquímanos.” (Ramos, 2003: 48)

Como foi referido nos capítulos anteriores, a autenticidade é uma das características mais importantes para o turista de raízes, pelo que é necessário extremo cuidado na comunicação e materialização do património judaico português, para fins turísticos.

Preço

O preço de um bem ou serviço é um dos fatores que mais influencia a decisão do consumidor na aquisição de um bem ou produto. Nele estão incluídos os custos de produção e comercialização, as margens de lucro e os eventuais descontos que possam vir a ser feitos. (Serra Cantallops, 2002) Além disso, o preço do produto turístico deve ter em conta a qualidade do serviço, a quantidade de produtos complementares, a estação do ano e a distância entre o local de origem e de destino. (Couto, Faias e Faias, 2009; Gilbert, 2008c) Por fim, diferentes segmentos de mercado são mais ou menos sensíveis ao preço. Por exemplo, o segmento de turismo de negócios é menos sensível a variações no preço do produto do que o segmento de turismo de lazer, ou seja, o turista de lazer terá uma maior tendência a alterar o seu destino de férias (ou o tipo de alojamento, a companhia de viagens, etc) como consequência de uma alteração no preço do pacote turístico, do que o turista de negócios. (Gilbert, 2008c)

No que diz respeito a uma rota ou itinerário turístico, é praticamente impossível não existirem produtos ou serviços complementares. Do alojamento à restauração, dos transportes aos guias-interpretas, todos estes serviços vão influenciar a qualidade e o preço do produto principal – a rota, e consequentemente, a decisão final do turista potencial.

⁵⁵ Tradução própria. No original: “The visitor knows that they are staged, yet at the same time every effort is made by the provider to give the most authentic representation possible [...]” (Fyall & Wanhill, 2008: 335)

Comunicação

A comunicação consiste em levar ao consumidor potencial informação sobre a existência e os benefícios do bem ou serviço a comercializar. (Serra Cantallops, 2002) De facto, de acordo com Gilbert (2008c: 577), “qualquer pessoa que compra um produto turístico foi, provavelmente, influenciada por uma campanha de comunicação [...]”⁵⁶. No entanto, não são só os consumidores potenciais que têm de ser influenciados, também os fornecedores, retalhistas, jornalistas e escritores sobre viagens o devem ser, visto que todos eles podem facilitar a passagem de informação ao consumidor final.

A comunicação do produto pode ser realizada *above the line* (através dos media) ou *below the line* (relações públicas, marketing direto, eventos, etc) e, principalmente, quando o produto está relacionado com turismo religioso e de raízes, deve ser concertada, envolvendo todos os intervenientes no processo de criação e distribuição do mesmo (administração local, entidades de turismo, operadores turísticos, comunidades religiosas locais, etc.).

Distribuição



Imagem 9 Os componentes dos 4 Ps do Marketing-mix
Fonte: Couto, Faias & Faias (2009: 71). Adaptado de Kotler (2003)

Aqui a empresa tem de decidir quais os canais de distribuição para a venda do produto: venda direta, através de intermediários (operadores turísticos, agências de viagens, etc), ou ambos. (Couto, Faias & Faias, 2009; Gilbert, 2008c)

Antoni Serra Cantallops (2002: 47) explica, ainda, que o produto e a distribuição são elementos estratégicos de longo prazo, não

sendo passíveis de alterar de forma imediata, pelo que devem ser bem planeados. Já o

⁵⁶ Tradução própria. No original: “Anyone who purchases a tourism product has probably been influenced by a promotional campaign [...]”. (Gilbert, 2008c: 577)

preço e a comunicação são elementos táticos, que podem ser modificados fácil e rapidamente.

Assim, segundo o mesmo, a oferta comercial da empresa é constituída pelos quatro elementos do marketing-mix, que são interdependentes, pois uma alteração a um elemento afeta, positiva ou negativamente, toda a oferta da empresa.

2.4.3. A Importância das Tecnologias de Informação e Comunicação no Marketing Turístico

“As tecnologias de comunicação e informação permitem aproximar a produção e o consumo turísticos, num mercado em que a imagem do produto é fundamental para o sucesso da sua comercialização.” (Couto, Faias & Faias, 2009: 138) De facto, sendo o produto turístico intangível, não podendo, conseqüentemente, ser exposto ou inspecionado no ponto de venda, a sua comercialização depende, maioritariamente, da capacidade de comunicação da empresa turística ou seus intermediários para atrair clientes. Daqui depreende-se que “a informação é a essência do turismo e, assim, a tecnologia é fundamental para o funcionamento da indústria.”⁵⁷ (Buhalis, 2008: 627)

De acordo com Serra Cantallops (2002), a internet provocou uma revolução na promoção e distribuição turística. Tendo em conta que um dos principais objetivos das empresas turísticas é a venda direta ao cliente, de modo a evitar custos com intermediários, a internet transformou-se num “instrumento básico” na estratégia de comunicação e distribuição dessas empresas, uma vez que, além de permitir a combinação de elementos audiovisuais e de texto na comunicação do produto ou destino, permite ao consumidor realizar a compra imediatamente após ter recebido a comunicação. (Serra Cantallops, 2002: 334; Couto, Faias & Faias, 2009)

Segundo Dimitrios Buhalis (2008), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a Internet permitiram às organizações turísticas tirar partido das ferramentas digitais para:

⁵⁷ Tradução própria. No original: “Information is the *lifeblood* of tourism and so technology is fundamental for the ability of the industry to operate.” (Buhalis, 2008: 627)

- Melhorar a sua gestão interna, tanto a nível de capacidade como de rendimentos, através, por exemplo, de um sistema de reservas online;
- Personalizar o produto de acordo com as necessidades do cliente, através de uma interação mais eficaz e rápida com o cliente;
- Aumentar os pontos de venda, através do próprio website ou de intermediários online;
- Aumentar a publicidade boca-a-boca, através de websites de opiniões dos consumidores;
- Aumentar o nível de exposição ao cliente, inserindo os seus serviços em plataformas como o Google Maps;
- Facilitar a cooperação entre parceiros de negócio;
- E aumentar a sua abrangência geográfica.

Em suma, as TIC facilitam a comparação dos produtos ao consumidor potencial e permitem-lhe tomar decisões em menos tempo, enquanto possibilitam, principalmente a pequenas e médias empresas, uma maior e mais abrangente exposição da organização, tanto a potenciais clientes como a eventuais parceiros de negócio. (Buhalis, 2008; Serra Cantallops, 2008; Couto, Faias & Faias, 2009)

Relativamente ao turismo de rotas, e, principalmente, ao turismo judaico, também se utilizam as TIC na sua comunicação e distribuição. Como foi visto no subcapítulo anterior, a *Red de Juderías de España* fornece, no seu website, informações úteis sobre os serviços complementares à rota, além de oferecer uma experiência virtual da mesma. Mais, utiliza as redes sociais para publicar fotografias e vídeos e promover eventos associados ao património judaico, em todas as cidades que constituem a rede. (Facebook, s. d.) Em Portugal, o património judaico é, maioritariamente, promovido através dos websites das câmaras municipais e da RJP, existindo, na Serra da Estrela, uma tentativa de coordenação de marketing do turismo de património judaico, através dos websites municipais. (Krakover, 2012)

3. Contextualização Histórica

3.1. Judaísmo

De modo a compreender o significado das motivações e especificidades dos turistas judeus, e compor os conteúdos dos roteiros em estudo, será importante perceber, ainda que brevemente, o que é o Judaísmo.

Primeira religião a substituir a crença politeísta que caracterizava o mundo antigo, o judaísmo é a base de duas outras religiões monoteístas: o cristianismo e o islamismo. (Mucznik, 2009a; Ling, 1994) Tem-se como uma religião universal, na medida em se aplica a toda a humanidade. No entanto, existe uma distinção entre judeus e não judeus: os judeus têm de seguir 613 mandamentos, enquanto os não judeus têm, apenas, de cumprir as 7 leis de Noé. (Mucznik, 2009a; Smith, 2014; Hayoun, 2007) [vide anexo V]

Surge com Abraão, o primeiro monoteísta (Mucznik, 2009a), que é incitado por Deus a partir da cidade de Ur, no sul do Iraque, por volta de 1800 a. C., em busca de Israel (Gaarder, Hellern & Notaker, 2002; Luzzati & Rocca, 2011), através da seguinte ordem: “Deixa a tua terra e a tua pátria [...], a casa de teu pai, e vai para o país que eu te indicarei. Farei de ti uma grande nação, abençoar-te-ei, tornarei o teu nome célebre”. (Gênesis, XII, 1 – 2. Citado por Luzzati e Rocca, 2011: 12)

Segundo Luzzati & Rocca (2011), Abraão, Isaac e Jacob são os Patriarcas fundadores do povo judeu. Abraão, tido como o israelita ideal – inteiramente obediente a Deus, homem de rectidão moral e fé devota (Ling, 1994), com o seu comentário rabínico, transmite uma compreensão da inutilidade da idolatria, intuindo um “[...] Deus criador, onnipotente, infinito e justo.” Por seu lado, Isaac, traumatizado pelo seu sacrifício, difunde “ [...] o sentimento de «temor a Deus» (*yirat Élohim*).” (Luzzati & Rocca, 2011: 14) Por fim, Jacob é o antepassado da nação, aquele cujo nome – Israel – é dado ao povo hebreu. (Luzzati & Rocca, 2011; Ling, 1994) É dos doze filhos de Jacob que descendem as tribos de Israel, algumas das quais acabam no Egipto, onde são escravizadas. (Gaarder, Hellern & Notaker, 2002; Luzzati & Rocca, 2011)

Durante o período de escravidão no Egito, nasce Moisés. Escondido durante três meses pela mãe e pela irmã, numa altura em que os recém-nascidos judeus eram mortos, é colocado, por elas, numa cesta de vime a flutuar no rio. É, depois, encontrado pela filha do faraó que, reconhecendo-o como hebreu, decide que ele seja criado por uma ama judia (a mãe) e o apelida de Moisés “[...] aquele que foi «retirado da água».” (Luzzati & Rocca, 2011: 20)

É Moisés quem conduz as tribos escravizadas para fora do Egito, através do deserto de Sinai até Canaã, numa viagem que dura quarenta anos. Durante a sua estadia no deserto, no cimo do Monte Sinai, Moisés recebeu, de Deus, os dez mandamentos, bem como, os preceitos que serão a base da vida judaica. Conclui-se, assim, a aliança entre Deus e os israelitas, pela qual os israelitas se comprometiam a reconhecer um só deus e se tornavam o povo eleito, recebendo auxílio e apoio divino. (Gaarder, Hellern & Notaker, 2002; Luzzati & Rocca, 2011; Mucznik, 2009a; Ling, 1994; Hayoun, 2007) Por volta de 1200 a. C., conquistam algumas terras em Canaã, onde passam a viver lado a lado com habitantes de outras crenças religiosas. (Luzzati & Rocca, 2011; Gaarder, Hellern & Notaker, 2002)

A invasão do território pelos Filisteus e os constantes conflitos com os povos vizinhos iniciam uma transformação política que substituirá a liderança, política e religiosa, dos juízes pela realeza. (Luzzati & Rocca, 2011; Gaarder, Hellern & Notaker, 2002) Saul foi o primeiro rei judaico, conseguindo unificar as tribos e vencer os inimigos. É sucedido por David “[...] que, constava-se, tinha vencido com a ajuda de uma físga o gigante filisteu Golias [...]”, e que consegue trazer paz ao reino. David faz de Jerusalém a nova capital do reino, declarando-a de todo o povo judaico. (Luzzati & Rocca, 2011: 26)

Em 965 a. C., sobe ao trono Salomão que fortifica a cidade de Jerusalém, onde ordena a construção do Templo. (Luzzati & Rocca, 2011; Gaarder, Hellern & Notaker, 2002) Aquando da morte de Salomão, o reino entra em declínio, perdendo poder e acabando por se dividir em dois: Israel, a norte, constituído pela Samaria, Galileia e costa mediterrânea; e Judá, a sul, constituída por Jerusalém (capital) e pela Judeia. (Luzzati & Rocca, 2011; Gaarder, Hellern & Notaker, 2002; Ling, 1994)

Em 587 a. C., dá-se a queda do reino de Judá, e a consequente destruição de Israel e do seu Templo, sendo a sua população exilada na Babilónia. (Ling, 1994) Segundo Trevor

Ling (1994), a queda de Judá representa uma mensagem profética: Deus protege o seu povo escolhido, mas também permite que caia (ou fá-lo cair).

O império babilónico cai em 538 a. C., sendo substituído pelo persa, cujo governador se demonstra mais benevolente e permite o regresso do povo hebreu a Judá e a reconstrução do Templo de Jerusalém. Entre 333 a. C. e 63 a. C., a Judeia fica sob o domínio grego, passando em 63 a. C. a fazer parte do império romano. (Ling, 1994)

No ano 70 d. C., o Templo volta a ser destruído, levando a população judaica a dispersar por todo o império romano. (Luzzati & Rocca, 2011)

Ao debruçar-se sobre o significado da história no judaísmo, Huston Smith (2014: 37) afirma que “para os judeus, a história tinha uma importância avassaladora.” Esta importância devia-se, em parte, à percepção de que o contexto em que se vive condiciona a própria vida, causando problemas, propiciando oportunidades e impactando resultados. Da mesma forma, também a ação coletiva tinha impactes na vida dos povos, uma vez que, para haver mudanças é necessário haver uma ação concertada, planeada e organizada, envolvendo toda a população. Além disso, o povo judeu considerava a história importante, pois esta era governada por Deus que, além de tornar cada acontecimento em possibilidades de aprendizagem, criava oportunidades para o seu povo. No entanto, a história está, também, sujeita a críticas. “ [...] no judaísmo há uma tensão entre as possibilidades divinas e as manifestas frustrações da história. Existe uma tensão aguda entre o deve ser e o ser.” (Smith, 2014: 40) Assim, além de conhecê-la, é necessário aprender com ela, com os relatos bíblicos.

Para José Tolentino Mendonça (2014: 7), o “princípio fundador” do judaísmo é o ato de escutar. “ O judaísmo pode ser definido como uma intemporal auscultação. Do meio da sarça Deus chamou Moisés e continua, até ao presente, a chamar o seu povo. Deus revela-se e pede para ser escutado.” O autor continua explicando que muito antes de ter sido traduzida pela primeira vez, em Alexandria, a bíblia era referida como “*Miqra*”, que em hebraico significa leitura ou relato comunitário. Por outro lado, Sonia Luzzati & Roberto Della Rocca (2011: 10) apontam a importância da memória coletiva e das recordações na cultura judaica. Afirmam, então, que a Bíblia hebraica traduz “[...] uma «história da memória» ou *flash-back* onde as associações livres dominam e onde a

aproximação temática é privilegiada em relação à aproximação cronológica.” Mais, afirmam que os acontecimentos são interpretados de acordo com o tempo e as circunstâncias em que o povo judeu se encontra, o que promove o desenvolvimento de uma consciência histórica, uma memória coletiva. Assim, defendem que a maior parte da narrativa bíblica ilustra, mais do que os factos ocorridos, a visão hebraica que determina a identidade religiosa e histórica judaica.

Relativamente às narrações bíblicas, Trevor Ling (1994: 114) afirma que foram formadas no período anterior ao exílio para a Babilónia, primeiramente sob a forma oral e, depois, por escrito. Defende, ainda, que, mais do que uma função de relato histórico, esta narrativa tinha o fim religioso de estimular e fortalecer a fé em Deus, sendo a narrativa do Antigo Testamento potenciadora de emoções intensas, de horror, orgulho e gratidão. De acordo com Jostein Gaarder, Viktor Hellern & Henry Notaker (2002: 110 – 111), os relatos bíblicos baseiam-se na crença da existência de uma pacto, ou aliança, entre Deus e o povo judaico, interpretando-se, assim, cada acontecimento como a expressão da vontade de Deus. Já Huston Smith (2014: 34) considera que os textos hebraicos foram criados de forma realista, afirmando: “mesmo os seus maiores heróis, como David, são apresentados de forma tão pouco sofisticada, tão terra-a-terra, que o Livro de Samuel já foi qualificado o texto de história mais honesto do mundo antigo.” De qualquer forma, Trevor Ling (1994) assegura que o facto de os judeus deportados para a Babilónia terem sido autorizados a levar consigo os seus escritos sagrados transformou a religião hebraica, do culto sacrificial e sacerdotal para um judaísmo rabínico, que enfatiza a leitura da Torah. Com a destruição do Templo, em 586 a. C., a Torah passou a ser o único elo de ligação dos judeus. Assim, surgiu o *shabat*, como o dia mais importante das ocasiões especiais de leitura, e as sinagogas, como as casas de assembleia onde se liam e discutiam as narrações bíblicas. (Ling, 1994; Hayoun, 2007)

Ainda relativamente à Bíblia hebraica, José Tolentino Mendonça compara-a às obras literária de Homero, exaltando a atenção ao pormenor do referido autor, as suas exaustivas descrições cartográficas e o cuidado na articulação espaço-temporal de modo a não deixar “pontas soltas”. Relembra, no entanto, a pré-determinação das intrigas e do destino das personagens, criticando a previsibilidade do enredo, exemplificando com a prevalência dos protagonistas aristocratas. Pelo contrário, na bíblia, o quadro é mais diversificado: existem heróis de todas as classes sociais e a trama não é condicionada pelo poder económico e social da personagem. Não sendo a

sua caracterização pormenorizada, têm uma personalidade e destinos mais profundos: são eleitos por Deus, mas permanecem falíveis. (Mendonça, 2014: 8 – 9) Pode concluir-se, então, que é esta variedade de personagens que torna o texto bíblico verosímil e compreensível ao seu público-alvo. A variedade de contextos e situações torna possível o surgimento de empatia do leitor para com a personagem, podendo, até, permitir que este se reveja nas personagens e acontecimentos relatados.

José Tolentino Mendonça (2014: 7) acredita que o judaísmo se define, não só pela leitura da Bíblia, mas, também, pela interpretação que cada um lhe dá. Também Huston Smith (2014: 33), na sua obra *A Essência das Religiões*, refere a liberdade de pensamento e a recusa da supressão das dúvidas, quando discorre sobre a busca judaica pelo significado da existência humana. Daqui, pode retirar-se a importância dada ao pensamento e interpretação dos documentos religiosos. Esta propensão do povo judeu para o estudo revelar-se-á, aliás, problemática, aquando da conversão forçada de 1497. Sobre isto, Elvira Mea (2003), no seu estudo intitulado *Judeus e Cristãos-novos em Portugal*, afirma: “ [...] quaisquer tipos de interrogações relativos ao cristianismo são vistos com desconfiança e desagrado, perspectivando intenções inexistentes [...]” (Mea, 2003: 127) e, ainda, “o prestígio advindo do estudo e conhecimento religioso, por exemplo, era impensável, pois o cristianismo era inflexível quanto à possibilidade de interpretação dos textos sagrados e muito menos à sua discussão.” (Mea, 2003: 127 – 128)

Esther Mucznick (2009a), judia de nascimento, afirma que a unidade de Deus é um dos principais pilares do judaísmo, corroborando esta afirmação com a citação do primeiro mandamento judaico e da principal oração judaica, a *Shemá Israel*: “Eu sou o Senhor, teu Deus, que te fez sair do Egipto, da casa de escravidão. Não terás outro deus para além de Mim.” (Êxodo, 20, 2 – 3. Citado por Mucznick, 2009a: 297) e “Ouve Israel, o Senhor é o nosso Deus, o Senhor é Um.” (Shemá Israel. Citado por Mucznick, 2009a: 297) Também Huston Smith (2014: 24 – 25) descreve sobre o significado de Deus. Começa por classificá-lo como o «Outro» por duas razões: ninguém se cria a si próprio e todos acabam por descobrir os limites do seu poder, ou seja, o «Outro» é aquele de quem se provém e que aponta as limitações de cada um. Deus foi, então, personificado num único ser, justo e amigável. (Smith, 2014; Ling, 1994) O monoteísmo representa,

então, para os judeus, a necessidade de uma vida plena. “Se Deus é aquilo a quem nos entregamos sem reservas, ter mais do que um Deus é viver uma vida de lealdades repartidas. Se a vida deve ser plena, [...] no caso de pretendermos avançar em direcção a essa plenitude, esse caminho que pode ser procurado e percorrido, tem de existir uma unidade no Outro que apoie este percurso.” (Smith, 2014: 27)

Relativamente à criação, e ao contrário de outras correntes de pensamento (como a grega e a indiana), os judeus recusam-se a encarar os aspetos físicos do mundo como algo ilusório ou insignificante; o mundo foi criado por Deus, logo é bom. Assim, quando algo corre mal, o povo judeu tende a procurar as repostas em si mesmo, nas suas ações, procurando alterar as que levaram a esse desfecho: “ [...] era sempre possível reagir de forma criativa, pois o mundo tinha sido concebido por Deus que não só pusera ordem na abóbada dos céus, como era eternamente bom.” (Smith, 2014: 31)

Pode, então, afirmar-se que o pensamento judaico influenciou o desenvolvimento da cultura ocidental, introduzindo conceitos como a moralidade e ética, e fornecendo as bases da regulação da vida em sociedade (através dos dez mandamentos). (Smith, 2014; Hayoun, 2007; Ling, 1994)

3.2. Presença judaica em Portugal e na cidade do Porto

Crê-se que a presença judaica na Península Ibérica remonte a um período anterior ao do domínio romano, talvez correspondente à expansão marítima dos fenícios, que tinham uma cultura semelhante e um território contíguo ao de Israel. (Mateus & Pinto, 2007: 13) De facto, existem evidências da presença judaica na península no início do século IV, tendo sido elaboradas medidas contra a proximidade de cristãos e judeus, no Concílio cristão de Elvira, por volta de 305/306. (Mateus & Pinto, 2007; Dias, 2003; Soyer, 2013) Em Portugal, foi encontrada em Mértola, uma lápide funerária, datada de 482, que incluía uma representação da *Menorah*. (Mateus & Pinto, 2007; Soyer, 2013; Martins, 2006a)

A população judaica encontrou na Península Ibérica uma liberdade de ação e religiosa, apesar das perseguições de que foram alvo. “Foi este o fundo que resultou na ideia quase mítica de *Sefarad*, ao longo dos séculos sempre associada a um espaço de profunda identificação e significativa felicidade.” (Mateus & Pinto, 2007: 12)

O domínio visigodo foi um período difícil para os judeus sefarditas, que viram a implantação de medidas de segregação dos judeus, com o primeiro código visigótico, a *Lex Romana Visigothorum*, de 506, que excluía os judeus de cargos públicos e proibia casamentos entre pessoas de religiões diferentes, entre outras medidas (Mateus & Pinto, 2007), tendo-se dado continuidade a essas medidas no 3º Concílio de Toledo, em 589, no qual se outorgou a conjugação do poder civil e do poder eclesiástico. (Dias, 2003)

Em 711, dá-se a conquista árabe, à qual a comunidade judaica se aliou e com a qual floresceu. (Benbassa & Rodrigue, 2000; Dias, 2003; Soyer, 2013) Apesar de terem sido pesadamente taxados, devido à necessidade de financiamento da invasão, começa “uma idade de ouro” para a civilização judaica, vivendo sob um “pacto de protecção, a *dihmma*”, que lhes proporciona o direito de viver livremente, de acordo com as suas leis e costumes, mediante o pagamento de vários impostos. (Benbassa & Rodrigue, 2000: 22) Sobre este assunto, Soyer (2013) afirma: “Sob o domínio muçulmano, os judeus da região que mais tarde seria Portugal ter-se-iam juntado à população cristã local como

dhimmís [...]: «povos do Livro» protegidos que beneficiavam da tolerância oficial em troca de um imposto individual especial: a *jizya* [...].” (Soyer, 2013: 50)

Segundo Benbassa & Rodrigue (2000), o centro cultural judaico desloca-se da Babilónia para a Espanha, com a chegada de talmudistas de renome, e o comércio internacional ganha importância, sendo desenvolvido por muçulmanos, judeus e cristãos, e no qual os judeus ocupam um lugar de destaque, devido ao seu conhecimento de várias línguas. Esta interatividade entre judeus e muçulmanos fez com que várias componentes da cultura árabe tenham sido interiorizadas na comunidade judaica.

Em 1085, inicia-se, com a tomada de Toledo, a Reconquista Cristã. Este desenvolvimento leva “[...] os dirigentes muçulmanos de Sevilha a recorrer à ajuda dos Almorávides da África do Norte, que por causa do seu zelo religioso, fazem a vida dura aos judeus.” No entanto, os judeus conseguem transitar para o domínio cristão de forma suave, revelando-se uma mais-valia no comércio e no artesanato, além de que “a classe dos cortesãos judeus trazia consigo numerosas competências essenciais ao bom funcionamento das novas administrações, ainda incipientes.” (Benbassa & Rodrigue, 2000: 28)

Assim, a comunidade judaica já se encontrava no território português quando o reino se fundou. (Dias, 2003; Tavares, 1995; Benbassa & Rodrigue, 2000; Mateus & Pinto, 2007; Soyer, 2013) Tendo sabido adaptar-se às políticas dos primeiros reis, a população judaica mostrou-se importante para o desenvolvimento do reino, revelando competências artesanais, económicas e financeiras, bem como na área da medicina. De resto, a comunidade judaica era das mais desenvolvidas, visto que existia o incentivo ao estudo e à discussão por parte dos líderes espirituais. (Dias, 2003; Tavares, 1995; Benbassa & Rodrigue, 2000; Mateus & Pinto, 2007)

Artur Barros Basto (1929) exalta, no seu estudo sobre os judeus no Porto, no sentido de lhe conferir um peso histórico, o poder e autonomia da população judaica, com jurisdição própria, mesmo em assuntos criminais. Relembra, ainda, que retinham a maioria das indústrias, comércio e capitais, exerciam, quase exclusivamente, a medicina e incentivavam o estudo da literatura e das ciências. (Basto, 1929) Esta importância leva, ao longo dos anos, ao surgimento de medidas de segregação da comunidade judaica por todo o mundo cristão.

Na cidade do Porto, a presença judaica é notória intra-muros já no século XII, como afirma Armindo de Sousa: “Dentro da cerca havia de tudo: moradas de gente, cortes de animais, oficinas infectas, estrumeiras, sepulturas, o açougue, as enxercas, os cortidoiros, a Sé mais a sinagoga, a masmorra, a casa da tortura, os excrementos e os lodos perpétuos.” (Sousa, 2000: 129)

De facto, a comunidade judaica do Porto instalou-se no burgo antes de 1113, ou seja antes da chegada do bispo D. Hugo, que tinha a jurisdição do burgo. Estes habitavam ao lado de cristãos, dentro da cerca velha. A sinagoga situava-se perto da porta de Sant’Ana, onde existia uma judiaria (um local sócio-religiosamente conotado, a Rua da Sinagoga, mas não um bairro fechado, como sucederá mais tarde). Com a expansão citadina, os judeus ocuparam, também, a Rua Escura e as adjacências da Ribeira. (Sousa, 2000; Mea, 2009a) Dias (2003: 431), afirma, ainda, que “ [...] a Judiaria Velha estava entre a Rua Escura e a Rua Chã, onde, aliás, funcionava a albergaria dos judeus”. Existia, ainda, segundo Artur Barros Basto (1929) uma outra judiaria, situada na (atual) Praça Infante D. Henrique, Rua de Belmonte e (atual) Rua do Comércio do Porto. De acordo com o autor, após a construção da judiaria do Olival, esta judiaria ficou conhecida como “*Judiaria de Baixo*”. Haveria, ainda, lojas hebraicas na referida praça. (Basto, 1929) Esta judiaria teria uma sinagoga, mais pequena, “ [...] entre os conventos de S. Domingos e de S. Francisco”, na atual Rua do Comércio do Porto, que serviria os judeus habitantes na baixa da ribeira. (Dias, 2003: 431)

Marcaram, ainda, forte presença em Miragaia, mais concretamente em Monchique, que continua a ser conhecido como o “Monte dos Judeus”. (Sousa, 2000: 215) Em 1929, Artur Barros Basto escrevia: “Ainda hoje este local conserva os nomes de *Monte dos Judeus* e *Escadas do Monte dos Judeus*; esta ultima designação é atribuída a uma rua, em escaleiras, cortada por pequenas ruelas nos patamares, que segue a linha de maior declive do referido monte.” (Basto, 1929: 43) Adriano Vasco Rodrigues (2013 in Andrade & Pinto, 2013) defende que a designação “Monte dos Judeus” se deve à presença do cemitério judaico, que teria o mesmo nome.

De acordo com Dias (1983; 2003), existe um documento [vide anexo VI], de 11 de abril de 1380, no qual o Cabido do Porto afora uns terrenos em Monchique a alguns judeus. Analisando este documento, Geraldo Dias (1983: 331), no seu trabalho intitulado *O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus*, defende que o facto de o cabido ceder o

terreno a judeus por um valor de “ [...] 10 libras de dinheiros portugueses alfonsins, a pagar todos os anos pelo S. Miguel que se celebra a 29 de Setembro e com a condição de os judeus lá construírem casas no prazo dum ano”, se deve à necessidade de gerar receitas (que terão sido diminuídas pela peste negra de 1348 e pelas guerras com Castela). Afirma, ainda, que este documento deixa transparecer a falta de outros interessados pelo terreno e a presença judaica nesse local, referindo a existência das casas de dois judeus. Nestes terrenos foram construídas habitações, uma sinagoga e um cemitério, no lugar ainda hoje chamado de “Monte dos Judeus”. (Dias, 2003: 432)

Na sinagoga de Monchique foi colocada uma lápide com a seguinte inscrição, em hebraico:

“Aquele que disser porque não se guardou esta casa com muralhas.
Que saiba que ha para mim protector que priva com os ilustres da nobreza.
Comigo uma guarda? dirá, eu sou toda e importante muralha.
Grande dos judeus, denominador dos grandes, e no estrado dos nobres está assentado;
Braço bom para o seu povo, servo de Deus, fez construir uma casa para o seu nome de pedras talhadas;
Do rei o segundo, na proeminencia ele se conta, na sua grandeza e com os reis faz conselho.
Ele é o Rabbi Don Judah Ben-Maner, luz de Judah e dele suprema autoridade.
Por ordem do Rabbi, que viva, Don Joseph Ben-Arieh foi intendente principal da obra.”
(Traduzida por Basto, 1929: 44 – 47)

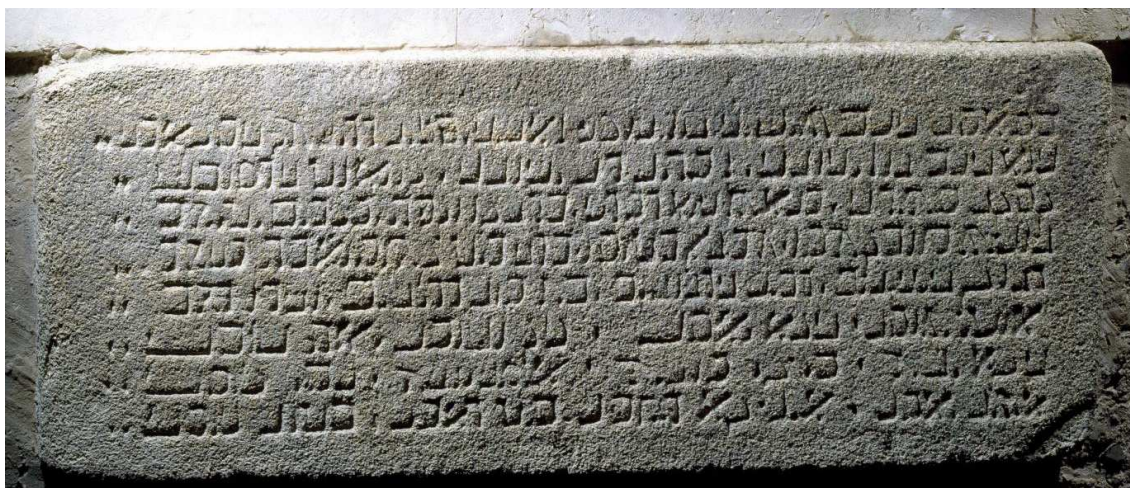


Imagem 10 Lápide comemorativa da inauguração da sinagoga de Monchique (Miragaia)
Fonte: José Pessoa *in* Comunidade Israelita do Porto (s. d. a)

Segundo Geraldo Dias (1984; 2003), seria a maior inscrição conhecida dos judeus em Portugal e encontra-se no Museu de Arqueologia do Carmo, em Lisboa. (Dias, 2003: 431) “Descoberta em 1826 no muro da igreja do antigo convento das franciscanas

clarissas da Madre de Deus de Monchique [...]” (Dias, 1984: 51), esta lápide, além de situar a sinagoga no local onde foi construída a dita igreja, homenageia o então Rabino-mor de Portugal, D. Judá ben Maneyr, protetor dos judeus junto ao rei, e aponta o “[...] possivelmente rabino local do Porto D. José ben Arie” como o responsável pela obra. (Dias, 1984: 52)

A lápide gera alguma controvérsia, relativamente à data da construção da sinagoga. Segundo o documento, previamente referido, de aforamento dos terrenos de Monchique, a sinagoga terá sido construída entre 1380 e 1386 (ano em que D. João I ordena que a comunidade judaica se concentre no Olival). Assim sendo, teria sido construída no final do reinado de D. Fernando. Ora, segundo Geraldo Dias (1984), “[...] no tempo de D. Fernando era Rabino-mor D. Judá ben Moise Navarro [...] e o rabino do Porto era D. José ben Abasis.” (Dias, 1984: 53) O referido autor aponta, como possível solução, a possibilidade de a inscrição se referir aos ditos rabinos, dando-lhes sobrenomes significativos (uma vez que os nomes próprios coincidem). Assim, D. Judá é apelidado de *Ben Maneyr*, que significa “filho do iluminador”, ou seja “brilhante”. Já D. José é classificado como *Ben Arie*, “filho de leão”, evocativo da sua coragem pelo empenho na obra. (Dias, 1984: 53)

Sobre a sinagoga de Monchique, Barros Basto (1929) afirma que, examinando as suas ruínas, se depreende que a comunidade judaica dava mais importância às aptidões intelectuais do que às materiais, tendo em conta a orientação SO-NE da sinagoga e que vai de encontro ao previsto no Talmude. Refere, ainda, que, ao lado da sinagoga, existiria outro edifício, o *Beth Ha-Midrash*. (Basto, 1929)

Por seu lado, Soyer (2013) afirma que existiram, no Porto, quatro judiarias: a judiaria velha, a do Olival, a de Monchique e a de Gaia. Esta afirmação é corroborada por Elvira Mea (2009a) que ressalva a importância da comuna judaica, por incluir três judiarias, a mais antiga, no morro da Pena Ventosa e por se ter desenvolvido com a cidade, deslocando, em direção ao rio, por este ser o principal ponto de comércio, atividade da qual subsistia a população judaica portuense, “[...] de modo que no fim do século XIV já existem habitações judaicas junto da muralha ocidental na Munhata e até fora dela, onde se situam as judiarias de Monchique e Gaia.” (Mea, 2009a: 425) Também Barros Basto (1929) confirma a existência da judiaria de Gaia, no seu trabalho intitulado *Os Judeus no Velho Porto*: “A judiaria de Gaia era situada entre ésta vila e a *Vila nova a par de Gaia*, no local que ainda hoje é conhecido por *Alto dos Judeus*. Pela sua situação

geográfica e regalias, natural é que ela fosse habitada principalmente pelos israelitas armadores de barcos que faziam comercio com a França e outros paizes.” (Basto, 1929: 41)

A cidade do Porto era um local de importância para os judeus do noroeste de Portugal, uma vez que nela estava sediado o ouvidor de Entre Douro e Minho. (Sousa, 2000; Mea, 2009a; Dias, 2003; Martins, 2006a) Além disso, a comuna judaica portuense tinha todas as entidades de administração local que a sua etnia comportava, além de açougues e carneiros próprios, devido às especificidades no abate dos animais e a tabus alimentares, divergentes das tradições cristãs. (Sousa, 2000) Assim, pode afirmar-se que existiu uma grande independência da comunidade judaica face à autarquia portuense, não só religiosa, como também administrativa, fiscal e económica, entre outras.

No entanto, e apesar de as culturas serem bastante diferentes e de as sinagogas, voltadas para o estudo e símbolo da independência religiosa e jurídica da população judaica, incomodarem o clero e a burguesia, a convivência entre cristãos e judeus era pacífica. (Sousa, 2000)

A segregação da comunidade judaica começou, ou pelo menos, tornou-se mais visível, com a legislação de D. Pedro I, que obrigou ao afastamento físico de judeus e cristãos, ordenando a restrição dos judeus a bairros fechados (as judiarias) e impondo o seu recolher obrigatório após o toque das Avé Marias, impedindo-os de circular pela cidade, à noite. (Tavares, 1995; Mateus & Pinto, 2007; Soyer, 2013; Martins, 2006a) Eram considerados exceção, os médicos, os viajantes, os artesãos e os cobradores de impostos (Tavares, 1995; Soyer, 2013), “ [...] desde que andassem acompanhados por cristãos e não fossem apanhados com cristãos.” (Tavares, 1995: 63) Porém, de acordo com Tavares (1995), só as judiarias mais populosas se encontravam fechadas por portas, no início do século XV. “Tal sucedia em Lisboa, legalmente desde D. Pedro I, em Évora e no Porto, desde D. João I.” (Tavares, 1995: 64)

Com a subida ao trono de D. João I, em 1385, surge uma outra medida de segregação do povo judeu português: a da distinção física da minoria. Assim, passam a ser obrigados a identificarem-se como tal, envergando, em local visível das suas vestes, uma estrela de seis pontas em tecido vermelho, do tamanho do selo régio. (Tavares, 1995; Mateus & Pinto, 2007) De acordo com Geraldo Dias (2003) e François Soyer (2013), estas

medidas já seriam anteriores, tendo surgido, primeiramente, no IV Concílio de Latrão, em 1215, tendo os primeiros reis de Portugal optado por não as implementar.

Na cidade do Porto, de acordo com Sousa (2000), a judiaria, no seu sentido fechado, foi criada em 1386, por ordem de D. João I. Esta judiaria, apelidada de judiaria do Olival, como já se referiu atrás, tinha cerca de dois hectares, constituindo, aproximadamente, 4% da área da cidade, e situava-se no Monte do Olival (atualmente, Cordoaria), junto à Porta do Olival, ainda dentro da muralha fernandina, mas afastada do centro comercial da cidade (Sousa, 2000), onde, no final do século XVII, se iniciará a construção do Mosteiro de São Bento da Vitória. (Silva, 2000) A judiaria era fechada por duas portas de ferro, altas, embelezadas por símbolos hebraicos, uma à entrada da atual rua de São Bento da Vitória e outra ao fundo das (atuais) Escadas da Vitória, abrindo para a rua de Belmonte. Era delimitada pelas casas que não tinham saída para as ruas cristãs, por muros altos e pelas duas portas. (Pereira, [s. d.]. Citado por Basto, 1929: 54)

Segundo Basto (1929), foi eleito para tratar com a câmara sobre o aforamento do Campo do Olival o judeu Ananias, a quem foi dada uma procuração autenticada por um tabelião para esse efeito e que cuidou para que as edificações e arruamentos comessem logo que o terreno foi demarcado. Aliás, sobre este assunto Geraldo Dias (1983) escreve que existia uma sinagoga, na rua da Minhata (atual rua do Comércio do Porto), instalada na casa do marinheiro Lourenço Peres, onde se reuniu a comuna, a 9 de outubro de 1386, para escolher o seu representante na questão do aforamento dos terrenos do Olival, tendo, então, escolhido o judeu Ananias. (Dias, 1983: 332)

Assim, após a demarcação do terreno, foi celebrado o aforamento do mesmo entre Ananias e os juízes da cidade. De acordo com Humberto Moreno (1993: 57 – 58), o aforamento era de 200 maravedis velhos anuais, iniciando-se o seu pagamento no “dia de São Miguel de Setembro” de 1390, quatro anos após o contrato e servindo os bens pertencentes à judiaria de garantia de pagamento.

Dias (2003: 432) afirma que a localização da judiaria “[...] dentro de muros no espaço actual do quarteirão da Vitória entre a Rua da Vitória, das Taipas, pegada à muralha e ligada à Rua de S. Bento da Vitória pela transversal Rua de S. Miguel” se deveu à necessidade, sentida por D. João I, de proteger a população judaica, devido à possibilidade do prolongamento das guerras com Castela. Também Tavares (1982) corrobora que “a razão, alegada pelo soberano, reside em manter aqueles apartados e

defesos, em virtude da guerra com Castela, provavelmente com receio de possíveis levantamentos antijudaicos ou de um ataque marítimo.” (Tavares, 1982: 62), fundamentando a sua opinião com a carta régia inserida no contrato de aforamento entre a comuna e o cabido. [vide anexo VII]

Este desenvolvimento não foi muito do agrado dos judeus, uma vez que, como já foi dito anteriormente, e além de ser uma inegável medida de segregação, a judiaria encontrava-se longe das ruas comerciais da cidade e, apesar de terem autorização para aí circular e fazer comércio, estavam sujeitos ao toque das Avé Marias ou Trindades, que os obrigava a recolher à judiaria e os cristãos a sair dela. (Tavares, 1995; Mateus & Pinto, 2007; Dias, 2003)

Dentro da judiaria, a comunidade construiu uma sinagoga e um açougue *Kocher*, garantia da pureza legal dos alimentos, pelos quais pagavam variados impostos. (Dias, 2003) Junto à judiaria, criou-se uma zona de comércio, onde os judeus vendiam os mais variados produtos. (Mea, 2009a: 425)

Relativamente ao açougue, Humberto Moreno afirma que os judeus estavam autorizados a ter um açougue próprio, mediante o pagamento anual de 500 libras, ou uma dobra castelhana, além do pagamento por cada cabeça de gado abatido. (Moreno, 1993: 59) Existe, ainda, um documento, que dá conta de uma tentativa de fuga ao pagamento do imposto relativo à carne do açougue pelo que foram condenados pelo bispo, em 1478, a pagar “ [...] uma dobra cruzada de ouro.” (Moreno, 1993: 59)

Geraldo Dias (1983) debruça-se sobre a questão do açougue na sua obra *O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus – Por uma dobra e um açougue*, por esta contenda ter durado várias décadas.

DATA	1412, Julho, 17 – Porto	1424, Outubro, 6 – Porto	1479, Dezembro, 7 – Porto
JUIZ	João Martins, mestre escola do Cabido	Afonso Martins, abade de Miragaia	João Esteves, Chantre de Cedofeita
AUTO-RES	Deão, Chantre e Cabido, sendo procurador João Martins	João Afonso, Chantre e Cabido, sendo procurador João Martins	Cabido, sendo procurador Vasco de Avelar
RÉUS	Afonso Perez de Alfena, marchante na judiaria, sendo procurador da Comuna João Rodiga, judeu	Comuna dos judeus, sendo procurador Abraão de Vitória, judeu	Comuna dos judeus, sendo procurador Gomes Eanes Aranha
AFORA-MENTO	Açougue	Açougue	Açougue
RENDA	500 libras de 3 libras e meia o real ou 1 Dobra castelhana de ouro	1 Dobra castelhana de ouro ou valor dela	1 Dobra castelhana de ouro ou o valor dela
PRAZO	S. Miguel de Setembro	S. Miguel de Setembro	S. Miguel de Setembro
NOTÁRIO	Acenço Martins	Fernando Eanes	Pero Afonso

Tabela 1 Contenda entre o Cabido e a Comuna dos judeus sobre o açougue

Fonte: Dias, 1983: 333

Assim, começa por dar conta da existência de três documentos [vide anexos VIII, IX e X] relativos à divergência entre os judeus e o cabido, uma vez que os primeiros queriam abrir um açougue dentro da judiaria, sem pagar os respetivos impostos ao cabido.

Como já foi mencionado, a existência de um açougue *kosher* era fundamental para a comuna judaica, devido às especificações dietéticas a que a sua religião obriga. Assim, não é de estranhar que os judeus se sujeitassem a elevados impostos para garantirem a pureza dos alimentos que consumiam.

Relativamente a este caso em particular, Geraldo Dias (1983) explica que, quando o cabido se apercebeu da existência de um açougue na judiaria, sob a alçada de Afonso Perez de Alfena, que não pagava o imposto, levou a questão ao tribunal do bispo. Aí, foi sentenciado que a comuna pagaria “ [...] 500 libras de três libras e meia o real ou de uma dobra castelhana [...]” por ano, ao qual se acrescentaria o imposto sobre cada cabeça de gado abatido. (Dias, 1983: 334) Apesar das motivações religiosas que os movem, os judeus alegam, apenas, questões económicas na sua demanda pelo açougue, de modo a evitar conflitos de ordem religiosa. Quanto ao cabido, move-se por razões puramente económicas, não querendo perder os seus direitos senhoriais. Assim, os judeus cedem, em 1412, às determinações do cabido.

No entanto, devido à desvalorização da moeda portuguesa, o cabido do Porto passa a querer receber em dobra castelhana, moeda sobrevalorizada pela sua grande procura. A

comuna portuense recusa a atualização da renda e, assim, emprega “toda a sua astúcia económica”, na tentativa de impedir a dita atualização. Em 1424, o caso é julgado e os judeus são condenados ao pagamento do montante pedido pelo cabido. (Dias, 1983: 339 – 340)

A questão é reaberta em 1479, “ [...] ano da reforma monetária castelhana, e desta vez os judeus até quiseram apelar para Roma, encontrando assim uma moratória para a causa e talvez até um pretexto para fazer desanimar o cabido.” Porém, o juiz João Esteves voltou a condenar a comuna ao pagamento devido, juntamente com as custas do processo, considerando inválidas as alegações de dificuldades económicas dos judeus, justificando-se com a solidariedade verificada entre eles. (Dias, 1983: 340)

Um outro assunto que causa alguma controvérsia é a localização da sinagoga da judiaria do Olival. De acordo com Dias (2003), a sinagoga da judiaria do Olival foi construída perto da atual Igreja Paroquial da Vitória, “entre a Rua de S. Miguel e a de S. Roque, actual da Vitória” (Aboab, 1629. Citado por Dias, 2003: 434), e não, como é costume afirmar-se, no local onde hoje se encontra o Mosteiro de São Bento da Vitória, “o que se pode confirmar pelo costume antigo de se chamarem “Escadas da Esnoga” aquelas que descem da Vitória para a Rua de Belmonte.” (Dias, 2003: 435) Dias continua, citando o então bispo D. Rodrigo da Cunha: “Por baixo logo da dita Igreja de N. Senhora da Vitória estivera situada a synagoga em hua rua, ou travessa, que em memória disso ainda conserva o nome de Viella da Esnoga, corrupto de Synagoga, que ficou convertida em huma Capella de S. Roque há longos annos incorporada em humas casas da mesma Viella.” (Cunha, 1742. Citado por Dias, 2003: 435) Também Elvira Mea (1979) parece corroborar esta ideia aludindo, no seu trabalho intitulado *A Inquisição do Porto*, a uma pendência que o bispo D. Baltazar Limpo teve com os cristãos-novos “ [...] a propósito duma sua contribuição para a transformação da antiga sinagoga em igreja e do repovoamento da rua de S. Miguel [...]”. (Mea, 1979: 215)

O Monte do Olival passa, assim, a ser conotado com os judeus, no século XV, sendo tido como uma área de segregados, onde residem apenas os cristãos que não possuem capacidade económica para viver noutra local da cidade. (Sousa, 2000) Por outro lado, Elvira Mea (2009a: 425) e Artur Barros Basto (1929: 49) afirmam que a judiaria do Olival, com ruas largas e arejadas e edifícios novos, era o local preferencial de alojamento dos funcionários régios. Esta procura de alojamento na judiaria revelou-se

um encargo tão elevado para esta comunidade, que a mesma se viu obrigada a escrever ao rei, dando conta deste fenómeno. Em resposta, D. João I enviou uma carta aos juizes da cidade, ordenando que não fossem alojados funcionários na judiaria, exceto aquando das suas visitas, durante as quais ele próprio se alojaria nesse espaço. (Basto, 1929)

Basto refere, ainda, que a comuna portuense pediu à câmara da cidade que a cedência do terreno do Olival ficasse lavrada em “ [...] escriptura pública, selada com sêlo do concelho” de modo a prevenir dúvidas futuras. Essa escritura foi lavrada a 2 de junho de 1388 no edifício dos Paços do Concelho, sito na rua de Belmonte. (Basto, 1929: 50)

As medidas de segregação já mencionadas, a rivalidade económica, as pregações religiosas, que retratavam o judeu como infiel, e os acontecimentos antijudaicos ocorridos nos reinos vizinhos (Tavares, 1995), levaram a um crescente desconforto na convivência, outrora pacífica, entre judeus e cristãos portugueses. Surge, assim, “a noção de que o judeu era um ser impuro que conspurcava os alimentos que os cristãos compravam ou que praticava sujeidades nos adros das igrejas.” (Tavares, 1995: 66)

No início do século XV, assiste-se a um agravamento do antijudaísmo nos reinos vizinhos, dando-se uma conversão de várias famílias judaicas, em 1414, que serão, mais tarde acusadas de falsos cristãos por manterem as tradições judaicas, e que culmina na instauração da Inquisição em Sevilha, em 1481. (Mateus & Pinto, 2007; Benbassa & Rodrigue, 2000; Soyer, 2013)

O endurecer das práticas antijudaicas, o estabelecimento da Inquisição em Sevilha e, mais tarde, o édito de expulsão dos judeus de Espanha, em 1492, levou à emigração dos judeus espanhóis para Portugal. (Benbassa & Rodrigue, 2000; Mateus & Pinto, 2007; Tavares, 1995; Soyer, 2013) Segundo Humberto Moreno (1978), o “ [...] conjunto de provocações contra os conversos [em Espanha] teria de desencadear fatalmente o seu êxodo em direcção a Portugal, país em que não se verificavam semelhantes movimentos populares contra os cristãos novos, até porque os mesmos não tinham uma expressão significativa entre nós antes de 1492.” (Moreno, 1978: 13 – 14) De facto, os judeus portugueses eram uma excepção na Península Ibérica, tendo, de forma geral, uma relação pacífica com a população cristã. Eram, aliás, uma força produtiva indispensável à economia do reino, uma vez que, além dos avultados impostos que eram obrigados a

pagar, tinham forte preponderância no comércio, no artesanato, na gestão das rendas, tanto particulares como régias, e na medicina. (Martins, 2006a: 131)

No entanto, a população portuguesa não se mostrou muito agradada com a imigração dos conversos castelhanos para Portugal. Este desagrado devia-se, não só à dúvida da sua verdadeira crença religiosa, mas também, à sua nacionalidade, tendo em conta que os conflitos passados com Castela estavam, ainda, muito vivos na memória dos portugueses. (Soyer, 2013)

Por seu lado, Humberto Moreno considera que a vinda de conversos espanhóis ricos era vista com maus olhos pela burguesia portuguesa, por ameaçar os seus interesses económicos. “De notar ainda que a burguesia portuguesa, associada aos interesses mercantis da nobreza emburguesada e ainda possivelmente ao próprio clero, actuava de modo a criar na mentalidade popular, onde imperava a ignorância e a superstição, a ideia de que os cristãos novos vindos de Espanha eram portadores do vírus epidémico que afectava toda a Península Ibérica.” (Moreno, 1978: 11)

As autoridades municipais do Porto mostraram-se, como várias outras, contra a instalação de famílias de conversos castelhanos na cidade. A vereação da cidade reuniu-se, em 1485 e em 1487, para debater esta questão, tendo ficado decidido, nas duas reuniões, que não se acolheriam estas famílias e que as já se encontrassem na cidade seriam expulsas. (Soyer, 2013; Moreno, 1978; Martins, 2006a) Na vereação de 1487, foi confirmado que a expulsão dos conversos se tinha realizado, em 1485, mas que, entretanto, a cidade se voltava a achar cheia de espanhóis, que, segundo os vereadores, tinham sido expulsos de várias cidades e vilas portuguesas, pelo que também não deveriam permanecer no Porto. Assim, estabeleceu-se uma nova expulsão, “ [...] dando-se o prazo máximo de três dias para a retirada de todos os conversos, sob pena em caso de não acatamento duma multa de cinquenta cruzados.” (Moreno, 1978: 20) No seguimento desta ordem de expulsão, o rei escreveu aos vereadores do Porto, repreendendo-os e ordenando que não procedessem a mais expulsões antes de ser realizado um inquérito no qual se apurassem as infrações dos conversos. (Soyer, 2013; Moreno, 1978; Martins, 2006a) D. João II tentava, assim, minimizar a imagem de país de “ [...] abrigo para fugitivos conversos” adquirida nos reinos vizinhos. (Soyer, 2013: 124)

Em 1492, o rei D. João II concede direito de residência permanente a famílias judias espanholas ricas, a troco de uma soma em dinheiro, e a alguns artesãos economicamente interessantes, permitindo aos outros, também mediante pagamento, que passassem por Portugal, rumo a outras terras. (Benbassa & Rodrigue, 2000; Tavares, 1995; Mateus & Pinto, 2007; Soyer, 2013; Moreno, 1978; Basto, 1929)

Concedeu, ainda, autorização de estadia no reino, durante oito meses, aos judeus que quisessem viajar, por mar, para qualquer outra parte do mundo. (Benbassa & Rodrigue, 2000; Mateus & Pinto, 2007; Soyer, 2013; Moreno, 1978; Basto, 1929) Segundo Humberto Moreno, “[...] um dos portos em que se verificou o embarque dos judeus foi na cidade do Porto.” (Moreno, 1978: 29 – 30)

Muitos dos que entraram clandestinamente, bem como dos que permanecerem em Portugal após os oito meses concedidos para a preparação das viagens, foram escravizados (Mateus & Pinto, 2007; Benbassa & Rodrigue, 2000; Martins, 2006a; Soyer, 2013; Basto, 1929), sendo que, em 1493, D. João II ordena o batismo das crianças judias clandestinas e o seu envio para S. Tomé, onde era necessária população para a colonização. (Mea, 2003; Mateus & Pinto, 2007; Soyer, 2013; Martins, 2006a)

Por ordem de D. João II, em 1492, 30 famílias judaicas, expulsas de Espanha, instalaram-se na judiaria do Olival. (Dias, 2003; Moreno, 1978; Mea, 2009a; Martins, 2006a) Entre estas pessoas, encontra-se o Rabi Isaac Aboab, Rabino mor de Castela. (Dias, 2003; Martins, 2006a). Sobre este assunto, Mea (2009a: 425) declara: “A contragosto acolhem em 1492, aquando da expulsão dos judeus de Espanha, cerca de 30 famílias, encabeçadas pelo rabi Isaac Aboab (avô de Imanuel Aboab), que se alojaram na Rua de São Miguel, que mandam calcetar.” (Mea, 2009a: 425) Segundo Barros Basto (1929: 91), estas 30 famílias eram as mesmas cujos membros negociaram com D. João II a entrada dos judeus espanhóis e sua fixação em Portugal, aquando do édito de expulsão espanhol. Sobre este assunto, cita Imanuel Aboab, que explica que as trinta famílias se alojaram na rua de São Miguel, “na parte que hoje se chama rua de S. Bento da Vitória”, onde se encontrava a sinagoga. As casas que lhes foram cedidas tinham um P., representativo do nome da cidade.

Ao que parece, a cidade acolheu bem os judeus espanhóis tendo, inclusive, mostrado alguma resistência ao seu embarque, na hora da partida. Existiu, com consequência dessa resistência, uma troca de correspondência entre a Câmara portuense e o rei, na

qual o monarca aceita as desculpas da cidade, aconselhando-a a seguir as suas ordens com mais zelo daí em diante. (Basto, 1929)

A situação da população judaica espanhola residente em Portugal melhora, de alguma forma, com a subida ao trono de D. Manuel I, em 1495, que concede a liberdade aos judeus, acabando, assim, com a sua escravidão. (Benbassa & Rodrigue, 2000; Tavares, 1995; Mateus & Pinto, 2007; Martins, 2006a; Soyer, 2013; Basto, 1929)

Mas, D. Manuel I tem o intuito de casar com D. Isabel, filha dos reis católicos e herdeira de Espanha, de modo, não só a unir os reinos peninsulares, mas também a assegurar a paz entre os reinos, para poder concentrar-se na expansão marítima, para a Índia, e das cruzadas contra os muçulmanos, em Marrocos. (Tavares, 1995; Soyer, 2013) Os reis de Espanha colocam, como condição para a realização deste casamento, a expulsão dos judeus do reino de Portugal. Assim, o rei D. Manuel I ordena-a, em dezembro de 1496, dando-lhes apenas alguns meses para saírem do reino. (Soyer, 2013; Benbassa & Rodrigue, 2000; Martins, 2006a; Dias, 2003; 2009a; Basto, 1929) [vide anexo XI] Segundo Soyer (2013), após a publicação da expulsão, o rei enviou alvarás às autoridades municipais do reino, “ [...] ordenando-lhes que garantissem que ninguém se aproveitasse do édito para atacar ou roubar os judeus.” (Soyer, 2013: 221)

Humberto Moreno (1978: 30) considera que as trinta famílias que se fixaram no Porto, aquando da expulsão de Espanha, foram afetadas pela ordem de expulsão de D. Manuel I, “ [...] na medida em que a determinação do Venturoso representou um corte brusco na possibilidade de enraizamento dessas comunidades no solo português.” Considera, ainda, que a ordem de saída dever ter provocado uma forte frustração na população judaica, cuja única culpa era a sua religião.

D. Manuel I, por seu lado, não estava muito contente com a expulsão da população judaica. “Portugal não dispunha de uma classe média e as capacidades trazidas pelos judeus revelavam-se muito benéficas.” (Benbassa & Rodrigue, 2000: 45) Além de que o reino perderia cerca de 10% da sua população, na qual se incluíam os “melhores artesãos, médicos, astrónomos e matemáticos”, e cujas capacidades e riquezas favoreceriam os regentes das terras onde se instalassem. (Martins, 2006a: 136) Assim, a 15 de dezembro de 1496, o rei promulgou um decreto que concedia, aos judeus que se convertessem, o direito de comprarem de novo, ao preço de venda, todos os bens que tivessem vendido, independentemente das cláusulas do contrato. No mesmo documento

proibia a realização de orações coletivas nas sinagogas ou em qualquer outro lugar. “Quem desobedecesse a esta ordem perderia os seus bens e seria açoitado em público.” (Soyer, 2013: 223 – 224) Ao que parece este decreto é o primeiro passo para a conversão dos judeus. Por um lado, incentiva à conversão oferecendo boas condições de negócio aos conversos. Por outro, torna a prática do judaísmo muito mais difícil para aqueles que pretendiam abandonar o país.

Além disso, os bens comunitários judaicos, bem como os livros hebraicos, foram confiscados, uma vez que “ [...] a Coroa considerava-se legítima proprietária de todos os bens comunitários, incluindo prédios e objetos religiosos. Dom Manuel, como os Reis Católicos em 1492, decretou a confiscação de todas as sinagogas, escolas religiosas e qualquer outro edifício ou bem comunitário dos judeus em Portugal.” (Soyer, 2013: 229)

Outro passo que levou à forçada permanência dos judeus em Portugal foi a restrição dos portos pelos quais podiam partir. A princípio seriam três, tendo sido, mais tarde, restritos ao de Lisboa. Soyer, baseando-se no *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D.Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto*, de Magalhães Basto, afirma: “ [...] em 31 de dezembro de 1496 o rei enviou um alvará à câmara municipal do Porto ordenando que nenhum judeu fosse autorizado a sair de Portugal em navios sem uma licença régia especial.” (2013: 226)

Em março de 1497, por ordem real, as crianças judias menores de 14 anos, foram tiradas aos pais, para serem batizadas e criadas como cristãs. (Soyer, 2013, Dias, 2009a; Martins, 2006a) Além da coação emocional, este rapto baseava-se numa lei antiga que previa a conversão de crianças judias ao cristianismo. De acordo com esta lei, os pais não poderiam deserdar os filhos conversos, sendo obrigados a entregar-lhes, a partir do momento do batismo, dois terços dos seus bens. “Assim, para os pais cujos filhos eram tomados e convertidos, esta medida significava também a ruína financeira, uma vez que dois terços dos seus bens lhes eram retirados e entregues às crianças (ou supostamente aos guardiães).” (Soyer, 2013: 248) Mais tarde, este rapto e conversão forçada foi alargado a todos os judeus com idades até 20 ou 25 anos. (Soyer, 2013)

Os que pretendiam sair do país dirigiram-se, então, para Lisboa, acampando, a princípio, fora das muralhas da cidade sendo, depois, “ [...] amontoados na área confinada do Palácio dos Estaus [que acabou por tornar-se sede da Inquisição em

Lisboa].” (Soyer, 2013: 251) Aí, foram ordenados a mudar de religião, sendo levados, após alguns dias, diretamente para a Igreja de Santa Justa para serem batizados e lhes ser atribuído um nome cristão. Soyer (2013) afirma, ainda, baseando-se em relatos de cristãos-novos em processos da Inquisição, que esta conversão forçada se realizou, por todo o país, após o término do prazo dado pelo rei para a saída dos judeus do reino.

Termina, então, pela conversão forçada, o judaísmo em Portugal. Os judeus portuenses deixaram a judiaria e voltaram a fixar-se noutros pontos da cidade, como a Ribeira, voltando, no fim do século XVI, à zona do Olival. (Basto, 1929; Mea, 2009a) As sinagogas abandonadas degradaram-se com o tempo e as orações e salmos passaram a ser murmurados em casas de falsos cristãos “ [...] dando assim origem ao cripto-judaísmo praticado por aqueles que não puderam fugir ou que um amor intenso os prendia à bela terra portuguesa, onde repousavam desde há séculos os seus antepassados.” (Basto, 1929: 106)

Surgem, então, os criptojudeus, ou marranos, pois, apesar de, formalmente, serem cristãos-novos, não abraçaram a nova religião. Sobre este assunto, Benbassa e Rodrigue (2000) relembram que se trata, também, dos judeus vindos de Espanha, que, tão convicta era a sua fé, preferiram aventurar-se na incerteza do exílio da sua terra natal a converter-se ao cristianismo. Deste modo, a conversão forçada em nada mudou a sua maneira de ser. “Não é portanto nada surpreendente que o criptojudaísmo se tivesse mostrado particularmente activo em Portugal. “ (Benbassa & Rodrigue, 2000: 45) Por seu lado, Elvira Mea declara: “Dum momento para o outro, o judeu viu-se converso, irremediavelmente cristão-novo, ou seja, não só inserido numa nova religião, como com toda uma identidade a refazer e uma cultura e referências para deitar fora, segundo uma conjuntura em que não teve alternativas.” (Mea, 2003: 125)

Assim, a forte convicção na sua fé aliou-se à indiferença da Igreja, que nunca os tentou catequizar (Mea, 2002; 2003), e ao facto de o rei ter decretado a inexistência de inquirições sobre o comportamento dos novos conversos durante os 20 anos consequentes à conversão (prolongados por mais 16, em 1512), prevenindo a assimilação e integração destes conversos na religião cristã. (Mea, 2003)

A solução encontrada pela maioria dos cristãos-novos foi a representação pública do cristianismo, enquanto mantinham as suas verdadeiras crenças em secretismo, dentro das suas casas e dos seus corações. Esta prática era, ainda, justificada e encorajada “

[...] por eminentes autoridades rabínicas que consideravam não ter valor uma conversão forçada, desde que no interior tudo permanecesse imutável.” (Mea, 2003: 128)

Consequentemente, muitos dos conversos saíram de Portugal logo que puderam (Mea, 2002; 2003; 2009a; Basto, 1929; Martins, 2006a), apesar das tentativas de persuasão do monarca, “ [...] reintegrando-os na posse dos seus antigos bens, promovendo a nobilitação de alguns (físicos, cirurgiões) ou dando-lhes cargos nos concelhos.” (Dias, 2009a: 231) Aliás, de acordo com Elvira Mea, “a conversão forçada impele os portuenses para a diáspora, com o tempo em número crescente, sobretudo para a Antuérpia, Amesterdão, Brasil e «Índias de Castela», dominando o comércio do açúcar.” (Mea, 2009a: 425)

Em 1541, é constituído, em seguimento de uma carta de D. João III, um Tribunal do Santo Ofício no Porto, sob as ordens do bispo D. Baltazar Limpo. (Mea, 1979; Dias, 2003) De acordo com Elvira Mea (1979), a Inquisição em Portugal foi, nos primeiros anos, algo desorganizada, pois não existia um regimento pelo qual os inquisidores se pudessem guiar, sendo as suas leis tão gerais que permitiam várias interpretações. Assim, os processos desenrolavam-se da seguinte forma:

- Eram considerados suspeitos, todos os descendentes de judeus ou cristãos-novos, bem como os cônjuges de cristãos-novos que estivessem presos;
- Era pedida pena capital para todos os réus, sem se considerar o grau de culpa;
- Perguntava-se, depois, sobre o nome, a proveniência, a genealogia e os padrinhos, para aferir se tinha, de facto, havido batismo;
- Faziam-se perguntas sobre a doutrina cristã, às quais se dava grande importância;
- E os inquisidores questionavam, por fim, se o réu tinha praticado delitos específicos, o que não era muito eficaz, devido à sua falta de conhecimentos dos rituais judaicos. (Mea, 1979)

A autora, no seu estudo intitulado *A Inquisição do Porto*, dá conta da existência de 111 processos, alguns com mais que um acusado, no período entre 1541 e 1546, com maior incidência nos anos de 1542 a 1544. Destes, estudou 54, referentes a 93 pessoas. (Mea, 1979)

Durante a vigência do tribunal do Santo Ofício no Porto, bem como depois do seu estabelecimento efetivo em Portugal, registaram-se abusos por parte do tribunal e dos seus oficiais, na medida em que, muitas vezes, o tribunal não aceitava contraditas ou testemunhas de abonação, faziam-se prisões por inimizade pessoal e extorquiam-se e violentavam-se os presos vindos de longe, durante a viagem. Como forma de contornarem o tribunal, os réus apelavam ao inquisidor geral, muitas vezes, fugindo para se apresentarem diretamente a ele, e subornavam testemunhas de abonação. Além disso, desenhavam estratégias, como o mutismo absoluto ou a apresentação voluntária da família com confissões mínimas e concertadas, de modo a lhes serem aplicadas penas mais leves e prevenir o confisco dos bens. (Mea, 1979; 2002; 2003; 2009a)

Elvira Mea (2002) defende que a população do litoral não adere tanto aos propósitos inquisitoriais como a do interior, talvez por a atividade comercial pressupor relações de trabalho e convivência que exigiam que se ultrapassasse a barreira religiosa. A autora dá o exemplo da população cristã-nova do Porto, cujas relações com a maioria não são significativamente afectadas pela repressão do Santo Ofício, uma vez que a população se apercebia de um “ [...] certo senso impeditivo do empenho laborioso na repressão inquisitorial, possível factor de risco para o progresso citadino.” (Mea, 2002: 266; Mea, 2009a)

A Inquisição do Porto teve o seu fim em 1547, quando, por bula papal, se instalou definitivamente em Portugal o tribunal, não sem antes se terem realizado dois autos-de-fé no campo da Porta do Olival. (Mea, 1979; 2002; 2009a; Dias, 2003) Ao referir-se-lhes, Mea (2002: 266) afirma que, apesar de a maioria dos casos ser de judaizantes, ainda com fortes ligações à religião de origem, não existe provocação ou marginalização por parte da maioria, nem exaltações judaicas derivadas do desespero.

O tribunal do Santo Ofício português teve quatro sedes (Lisboa, Évora, Coimbra e Goa) e atuava com o intuito de reprimir pelo medo (Mea, 2002; 2003; Martins, 2006a), fazendo visitas regulares por todo o país, de modo a punir o maior número de judaizantes possível, instigando a confissão e a denúncia, mesmo sem certezas, e punindo exemplarmente os transgressores. (Mea, 2002; 2003) Em 1574, é criado o estatuto de pureza do sangue, que proíbe o acesso de cristãos-novos a cargos públicos. (Mea, 2002; 2009b) No entanto, este não vigora de imediato no Porto, “ [...] pois como acontece em 1610 com a Misericórdia quando o rei determina a ilegitimidade de

cristãos-novos, tem de recuar perante a posição dos irmãos, possibilitando então aos cristãos-novos que já tivessem ocupado cargos pudessem ser reeleitos.” (Mea, 2002: 269)

Entretanto, os cristãos-novos iam desenvolvendo estratégias de defesa, casando as filhas com vereadores da câmara, enviando os filhos para a vida religiosa ou, simplesmente, emigrando para o Brasil, apostando no comércio do açúcar e criando laços com Amsterdão e Antuérpia. (Mea, 2002; Silva, 2000) Ainda assim, as prisões efetuadas em Bragança permitem apanhar gente do Porto, cerca de 160 cristãos-novos com ligações aos detidos. (Mea, 2002; 2009a)

Após o Perdão Geral de 1605, é criado, em 1613, um novo Regimento que concede vários poderes aos inquisidores, incluindo o de prender o réu no caso de existir perigo de fuga. Esta novidade, em conjunto com visitas concertadas por todo o país, leva a grandes prisões no Porto e em Coimbra, com uma elevada quantidade de detidos, pessoas de relevo na sociedade. (Mea, 2002; 2003; 2009a) No caso do Porto, existiram alguns problemas, uma vez que o presidente do tribunal da Relação se recusou a receber presos da Inquisição sem um pedido por escrito. Assim, o inquisidor viu a sua estratégia de prender, em simultâneo, várias figuras importantes da cidade ruir, uma vez que só poderia utilizar os cárceres eclesiásticos. Assim, o juiz dos órfãos (intermediário do inquisidor) viu-se envolvido em várias periécias, como a de andar pela cidade com um preso notável, devido à recusa do presidente do Tribunal da Relação, o que causou escândalo, além de criar problemas com a Inquisição ao carcereiro e ao juiz dos órfãos. (Mea, 2002: 270) Apesar destas peripécias, foram detidas mais de 150 pessoas, a maioria notáveis da cidade, como se verificou pela queda nas receitas fiscais da Câmara do Porto. (Mea, 2002; Silva, 2000)

A Inquisição portuguesa entra em declínio na segunda metade do século XVII, com a dinastia de Bragança, que se distancia do Santo Ofício, pela sua ligação à dinastia filipina. (Mea, 2003: 137) A partir de 1629, passa a ser permitido emigrar legalmente, o que leva a uma saída em massa de cristãos-novos do país. (Mea, 2003; Martins, 2006a) Muito devido à forte emigração, começa a diminuir o número de judaizantes, sendo que, os que ficam migram para o interior do país, para locais como Belmonte e Vila Nova de Foz Côa. (Mea, 2003)

A legislação pombalina, anos mais tarde, abriu as portas para o regresso de judeus descendentes de portugueses emigrados, sendo que a primeira comunidade judaica a estabelecer-se foi a de Lisboa, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. (Martins, 2006b)

A Inquisição foi extinta em 1821, como culminar de uma série de ações levadas a cabo pelo Marquês de Pombal. (Mea, 2003; Martins, 2006a; Martins, 2008)

Apesar de o catolicismo continuar a ser a religião oficial do reino, é permitido aos estrangeiros praticarem a sua religião em casas de culto, desde que não exibissem sinais exteriores de templo. Assim, a CIL foi tratada por “colónia inglesa” e a Sinagoga *Shaaré Tikvá* erigida num quintal da rua Alexandre Herculano, escondida do público. (Martins, 2008: 79)

Em 1911, é aprovada a Lei da Separação das Igrejas e do Estado, pela qual se reconhece e garante a plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e ainda aos estrangeiros que habitassem o território. Ainda nesse ano, é consagrado, na Constituição, o direito ao culto público de qualquer religião. (Martins, 2008; Mea, 2009a) Deste modo, é reconhecida, finalmente, a existência do judaísmo em Portugal, na Constituição de 1911. Além da prosperidade das comunidades judaicas, este reconhecimento impulsiona o ressurgimento das comunidades marranas, apesar da forte oposição clerical, principalmente no interior do país. (Martins, 2008: 80 – 81) Assiste-se, então, à legalização da Comunidade Israelita de Lisboa, em 1912, e da Comunidade Israelita do Porto, em 1923, bem como de outras nas Beiras e Trás-os-Montes, durante os anos 20 do século XX. (Martins, 2008)

Relativamente à Comunidade Israelita do Porto, é impossível falar dela sem referir a figura do seu fundador, o Capitão Barros Basto. Artur Carlos de Barros Basto nasceu em Amarante, a 18 de dezembro de 1887, filho de mãe cristã e pai criptojudeu. (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c; Fight Hatred, 2011) É o avô paterno que o informa, ainda criança, da sua descendência judaica. (Mea & Steinhardt, 1997; Silva, 2014; Fight Hatred, 2011)

Em 1906, vai para Lisboa, com o intuito de iniciar o seu percurso militar. Aproveita a oportunidade para visitar a sinagoga de Lisboa e tentar a admissão na comunidade israelita da capital. A ignorância do culto, a descendência judaica por via paterna e o

receio de acusações de proselitismo são os motivos que mais pesaram na resposta negativa da comunidade. (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c) Frequenta, depois, a Escola da Guerra, onde adere aos ideais revolucionários republicanos e é ele quem hasteia a bandeira da república na cidade do Porto, a 5 de outubro de 1910. (Martins, 2006c; Joel Cleto *in* Andrade & Pinto, 2013; Silva, 2014; Fight Hatred, 2011)

Tenente na primeira Guerra Mundial, onde participou voluntariamente como comandante de uma companhia de infantaria na Flandres, recebeu várias condecorações e honrarias. Em 1918, é promovido a capitão e, a 17 de julho de 1919, regressa da guerra. A experiência militar permite-lhe contactar com a realidade judaica, por exemplo em Paris, onde visitou várias sinagogas. (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c; Fight Hatred, 2011) Após a morte da mãe, em 1920, Barros Basto decide converter-se, submetendo-se à circuncisão e adotando o nome hebraico de Abraão Israel Ben-Rosh. Dirige-se, então, a Tânger, onde foi aceite no seio da comunidade judaica em 24 de dezembro de 1920. (Martins, 2006c; Joel Cleto *in* Andrade & Pinto, 2013; Fight Hatred, 2011)

A 9 de março de 1921, casa com Lea Montero Azancot, da Comunidade Israelita de Lisboa, e regressa ao Porto onde, em 1923, cria a Comunidade Israelita do Porto, com a religião, a cultura e a assistência como temas prioritários. (Martins, 2006c; Joel Cleto *in* Andrade & Pinto, 2013; Fight Hatred, 2011; Mea, 2009a) Era constituída, maioritariamente, por judeus comerciantes *asquenazitas*, vindos de países do leste da Europa, como a Polónia, Ucrânia, Lituânia e Rússia. (Silva, 2014: 78; Martins, 2006c) De acordo com Elvira Mea e Inácio Steinhardt (1997: 56), o empenho demonstrado na organização da comunidade portuense pressupunha um objetivo de longo prazo: retornar ao judaísmo oficial os milhares de cristãos-novos portugueses, que viviam nas cidades e aldeias do norte do país e praticavam a religião judaica em segredo.

No entanto, Barros Basto não sabia quem eram nem onde se encontravam os marranos. (Mea & Steinhardt, 1997) Foi Samuel Schwartz, judeu polaco, engenheiro de minas a trabalhar em Belmonte, que os encontrou, por acaso, em 1915. Schwartz foi abordado por um comerciante que, na tentativa de o cativar como cliente, o advertiu contra um concorrente, dizendo-lhe que este era judeu. Schwartz foi ao encontro desse comerciante apresentando-se como israelita, mas o comerciante negou peremptoriamente, apontando a inveja do seu concorrente como razão da acusação.

Voltam a encontrar-se em Lisboa, também por acaso, onde Schwartz convida o comerciante a acompanhá-lo à sinagoga. Este fica extasiado ao descobrir a existência da comunidade de Lisboa, que pratica o culto livremente. De regresso a Belmonte, conta a novidade ao “seu povo”, afirmando-lhe que o engenheiro é, de facto, judeu. Ainda desconfiadas, as mulheres mais velhas, que eram quem ministrava as cerimónias nas comunidades cripto-judaicas, pedem-lhe que recite uma oração. Schwartz aceita, apesar de duvidar da eficácia de tal ato, uma vez que ele sabia as orações em hebraico, enquanto que as mulheres as proferiam em português. Escolhe a oração *Shemah Israel*⁵⁸, murmurada em muitos autos-de-fé, e, qual não é o seu espanto, os cripto-judeus reconhecem a palavra Adonai, referente a Deus. A partir daqui, Schwartz dá a conhecer às comunidades internacionais a existência de cripto-judeus em Portugal, publicando, aliás, um livro sobre eles, intitulado *Cristãos-novos em Portugal no Século XX*. (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c)

Deste modo, a par das funções de presidente da comunidade acima referida, Barros Basto empreende a Obra de Resgate dos Marranos, com o apoio financeiro de três entidades internacionais: a *Anglo Jewish Association*, a *Alliance Israelite Universelle* e a *Spanish and Portuguese Jews' Congregation of London*, sendo, em 1926, criado o *Portuguese Marranos Committee*. (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c; Joel Cleto in Andrade & Pinto, 2013; Fight Hatred, 2011; Mea, 2009a) O capitão passa a fazer incursões regulares ao interior do país, nomeadamente a Amarante, Armamar, Belmonte, Bragança, Chaves, Covilhã, Guarda, Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Mêda, Valpaços, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Pinhel, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, de modo a convencer as populações cripto-judaicas a regressarem ao judaísmo oficial. (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c; Fight Hatred, 2011) Sobre este assunto, Jorge Martins afirma: “Barros Basto assumiu a obra de resgate dos cripto-judeus do interior do país e teve sucesso inicial, que se concretizou na criação de comunidades israelitas, sinagogas e todos os serviços inerentes à vida judaica.” (Martins, 2006c: 49)

Ainda em 1923, Barros Basto consegue a abertura do único curso de língua hebraica do país, o qual leciona, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Mea & Steinhardt, 1997; Guichard, 2000; Fight Hatred, 2011) Em 1927, como apoio à sua Obra

⁵⁸ “«Shemah Ysrael, Adonai Elohenu, Adonai Ehad», «Ouve, Israel, o Senhor é o nosso Deus, o Senhor é Uno».” (Mea & Steinhardt, 1997: 58)

de Resgate, funda o jornal *Ha-Lapid* (O Facho). É, também, nesse ano que cria a primeira comunidade israelita em Bragança. Em 1929, funda o Instituto Israelita do Porto – *Yeshivah Rosh Pinah* – para a preparação dos israelitas para as funções religiosas (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c; Fight Hatred, 2011) e, em 1932, a Ordem da Mensagem Israelita do Resgate, para o ensino do judaísmo oficial. (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c)

Mergulhado Portugal na ditadura, e com a Obra de Resgate a incomodar as autoridades religiosas católicas, que viam cada vez mais jovens, previamente batizados, a enveredar pelo judaísmo, Barros Basto (republicano assumido) começa a ser alvo de pressões no meio militar, sendo exonerado do comando da Direção da Casa da Reclusão e colocado cada vez mais longe do Porto. (Mea & Steinhardt, 1997; Silva, 2014; Joel Cleto in Andrade & Pinto, 2013)

Em janeiro de 1935, o capitão é acusado, na PSP do Porto, de práticas homossexuais com estudantes do instituto *Yeshivah Rosh Pinah*, sendo suspenso da atividade militar, em 1936, até à conclusão do inquérito, a decorrer ao abrigo do Regulamento de Disciplina Militar, a cargo do comandante do Quartel-General do Porto. (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c; Silva, 2014) A 12 de janeiro de 1937, o Conselho Superior de Disciplina do Exército declara-o moralmente incapaz (por assistir a cerimónias de circuncisão) de exercer as funções de oficial, apesar de não terem sido provadas as acusações de que era alvo, e expulsa-o, por unanimidade, do exército (sentença que é confirmada pelo ministro do Exército). A 29 de julho de 1937, o Tribunal Militar Territorial do Porto absolve Barros Basto. No entanto, a pena não é revogada pelo ministro. (Martins, 2006c; Mea & Steinhardt, 1997; Silva, 2014; Joel Cleto in Andrade & Pinto, 2013; Fight Hatred, 2011; Francisco, 2011; Zdiara, 2012)

Em 1938, numa altura em que se vivia um clima de anti-semitismo por toda a Europa, destruindo-se sinagogas (Martins, 2006b), ano, aliás, em que se dá a ‘Noite dos Cristais’ (Fight Hatred, 2011; Vieira, 2013; USHMM, s. d.), é inaugurada a Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*, ou Sinagoga *Mekor Haim*, em português “Fonte de Vida”, na rua de Guerra Junqueiro, no Porto (Mea & Steinhardt, 1997; Martins, 2006c; Silva, 2014; Fight Hatred, 2011; Mea, 2009a), sendo, ainda hoje, a maior sinagoga da Península Ibérica e uma das maiores da Europa. Foi construída ao lado do Colégio Alemão, o que não agradou a muitos dos membros da comunidade alemã do Porto. (Silva, 2014)

Assim, e de modo a que os alunos do colégio não fossem obrigados a ver a sinagoga, foram plantados pinheiros entre o terreno da sinagoga e o do colégio. (Silva, 2014) A construção da sinagoga foi possível graças a contribuições monetárias de várias proveniências, sendo a mais importante, provavelmente, a da família Kadoorie, mais propriamente dos filhos de Sir Elly Kadoorie, que, numa homenagem à mãe, Laura Matos Moncada (sefardita de origem portuguesa), doaram 5000 libras, na condição de que a sinagoga ostentasse o nome da família. (Mea & Steinhardt, 1997; Silva, 2014; Joel Cleto *in* Andrade & Pinto, 2013)

Durante o período da segunda Guerra Mundial, assistiu-se a ações filo-semitas de vários diplomatas portugueses, sendo o mais notório Aristides de Sousa Mendes. (Martins, 2006c) Nomeado para o consulado de Bordéus, em 1938, e face às medidas cada vez mais restritivas a entradas no território português, o cônsul emitiu milhares de vistos sem autorização superior (entre 10 000 e 30 000 vistos), em junho de 1940 (Martins, 2006c), tendo, ainda, instigado outros diplomatas a seguirem-lhe o exemplo. De regresso forçado a Portugal, passa por Baiona, onde ainda emite vistos e de onde escolta os refugiados até um posto de fronteira espanhol. (Martins, 2006c; Yad Vashem, s. d.; Silver, 2011; Fundação Aristides de Sousa Mendes, s. d.) Sofre um afastamento compulsivo da carreira diplomática e é colocado em situação de espera pela reforma, o que o deixa, durante 14 anos, em situação de dificuldades financeiras, chegando a recorrer às senhas de refeição da Cozinha Económica da Comunidade Israelita de Lisboa (destinada a ajudar os refugiados). (Martins, 2006c; Yad Vashem, s. d.; Fundação Aristides de Sousa Mendes, s. d.) Morre, na miséria em 1954. A 18 de Outubro de 1966, é reconhecido pelo instituto Yad Vashem como *Justo entre as Nações*. Só em 1988, graças aos esforços dos filhos e a pressão internacional, Sousa Mendes é totalmente reabilitado. (Yad Vashem, s. d.; Silver, 2011)

A sinagoga *Mekor Haim* receberá centenas de refugiados judeus, a quem a Comunidade Israelita do Porto prestará auxílio, com a criação da Secção de Amparo aos Desterrados, de modo a poderem emigrar para países da América do Norte e da América do Sul. (Silva, 2014; Joel Cleto *in* Andrade & Pinto, 2013; Fight Hatred, 2011; Pereira, 2013; Mea & Steinhardt, 1997)

Como consequência do regime ditatorial que regia o país e dos ataques à personalidade do capitão, a Obra de Resgate esmorece, sendo que, das 27 comunidades encontradas

por Barros Basto (Martins, 2006c), apenas Belmonte se mantém. (Martins, 2006c; Silva, 2014) Barros Basto morre em 1961, sendo, a seu pedido, sepultado em Amarante, envergando a farda de oficial, com a bandeira nacional a cobrir o caixão. (Mea & Steinhardt, 1997; Silva, 2014; Joel Cleto *in* Andrade & Pinto, 2013; Fight Hatred, 2011; Francisco, 2011)

Em 1978, já após o fim da ditadura, o exército português insiste, perante o processo de reabilitação do capitão iniciado pela família, na não reabilitação, alegando que teria sido condenado por atos homossexuais. (Silva, 2014; Isabel Ferreira Lopes *in* Andrade & Pinto, 2013)

A 31 de outubro de 2011, Isabel Ferreira Lopes (neta de Barros Basto e vice-presidente da CIP) dá entrada, no parlamento português, com o apoio do bastonário da Ordem dos Advogados, de uma petição para reabilitar a memória do capitão. (Silva, 2014; Joel Cleto *in* Andrade & Pinto, 2013; Isabel Ferreira Lopes *in* Andrade & Pinto, 2013; Fight Hatred, 2011) Só a 29 de fevereiro de 2012, foi votada, por unanimidade, a sua reabilitação. (Silva, 2014; Joel Cleto *in* Andrade & Pinto, 2013; Isabel Ferreira Lopes *in* Andrade & Pinto, 2013; Zdiara, 2012)

4. Estudo de caso: a cidade do Porto nas rotas do turismo judaico

O património judaico da cidade do Porto não existe por si só, inclui-se num contexto histórico mais abrangente, nacional, ibérico e europeu. Assim, é inevitável, ao analisar as potencialidades da cidade, em termos de turismo judaico, enquadrá-la nesse contexto, após a análise das marcas da presença judaica na cidade, através de várias gerações – os homens, os lugares e as pedras que resistem são as âncoras deste estudo.

4.1. Análise das potencialidades da cidade do Porto na promoção do património judaico

Como já foi mencionado no subcapítulo referente às rotas patrimoniais, Portugal está inserido nas rotas promovidas pela Associação Europeia para a Preservação e Promoção do Património Judaico. Além disso, a *Rede de Judiarias de Portugal* e a *Red de Juderías de España* trabalham em parceria na preservação e promoção do património judaico ibérico. (RJP, s. d. b) Aliás, outra coisa não era de esperar, não fosse a Península Ibérica conhecida como *Sefarad*.

Da RJP fazem parte 28 localidades, das quais vale a pena enfatizar, brevemente, Belmonte, pela antiguidade da sua comunidade judaica, e Lisboa, por ser a capital do país. Belmonte alberga a comunidade judaica mais antiga do país, a única comunidade ibérica descendente dos judeus sefarditas. (RJP, s. d. c) Relativamente à promoção e comunicação do seu património judaico, a câmara municipal de Belmonte realiza-a através do seu website oficial, mencionando a presença judaica na região ao longo dos tempos, nas secções de história (Câmara Municipal de Belmonte, s. d. a; s. d. b), fornecendo uma versão resumida da história da comunidade judaica, onde é mencionada a existência de um museu judaico (Câmara Municipal de Belmonte, s. d. c) e apresentando o Museu Judaico de Belmonte, o primeiro museu judaico do país, na secção de Museus, prestando informações úteis, como a localização e o horário de funcionamento do mesmo (Câmara Municipal de Belmonte, s. d. d). Além disso, inclui eventos de interesse judaico na sua agenda cultural (Câmara Municipal de Belmonte, s. d. e) e promoveu o *IV Mercado Kosher*, do passado dia 14 de Setembro de 2014. (Câmara Municipal de Belmonte, s. d. f).

Quanto à Comunidade Israelita de Lisboa, data do início do século XIX e foi constituída por judeus sefarditas, maioritariamente, provenientes de Marrocos e Gibraltar. Desempenhou um papel fundamental no apoio aos refugiados da segunda Guerra Mundial, principalmente, através do Hospital Israelita e da Cozinha Económica. (Mucznik, s. d.) No entanto, e apesar da forte evidência histórica da presença judaica na cidade, o património judaico não é muito promovido pela administração local, estando, apenas, a Sinagoga *Shaaré Tikvah* representada no website oficial de turismo da capital, na categoria de monumentos, onde é feita uma breve descrição do monumento, não sendo fornecidas mais informações. (Visit Lisboa, s. d.)

Escolhida como *Melhor Destino Europeu* em 2012 e 2014, pela *European Consumers Choice* (Jornal de Notícias, 2014), e com o seu centro histórico considerado Património Mundial, pela UNESCO, desde 1996 (UNESCO, s. d.), a cidade do Porto é, cada vez mais, uma cidade voltada para o turismo.

Consequentemente, todos os anos, o departamento de turismo da Câmara do Porto aplica, em dezembro, Páscoa, S. João e verão, inquéritos nos seus postos de turismo a fim de aferir o perfil do visitante da cidade. (Cardona, 2014) Assim, o visitante da cidade do Porto é, maioritariamente, feminino, com mais de 30 anos, e tem uma estadia média de 2 a 3 dias, em *hostels* ou hotéis de 4 estrelas. Aponta Férias/Lazer como principal motivo da visita e a fonte mais utilizada para obter informação sobre o destino é a internet, tendo os acessos ao Portal de Turismo da cidade aumentado 51% entre 2010 e 2013. Viaja em grupo, normalmente de 2 pessoas, e de avião, utilizando, maioritariamente, as companhias *low cost*. (Departamento de Turismo da Câmara Municipal do Porto, 2014)

Apontam como principais atrativos da cidade o selo de Património Mundial da UNESCO, o Vinho do Porto e os Museus e Património. No momento de escolha no destino, os turistas dão prioridade à visita ao centro histórico, seguindo-se experimentar a gastronomia e visitar as caves de Vinho do Porto e, em quarto lugar, a visita a museus. Espanha e Portugal são os países emissores de mais turistas, contabilizados pelo número de dormidas, seguindo-se França, Brasil, Itália, Alemanha e Holanda. (Departamento de Turismo da Câmara Municipal do Porto, 2014) Deste estudo conclui-se, então, que o turista que visita o Porto é um turista cultural, interessado pelo património e história da cidade.

No dia 29 de março de 2014, no âmbito da comemoração do Dia Nacional dos Centros Históricos, o departamento turístico da câmara municipal, em parceria com a Comunidade Israelita do Porto, realizou uma visita guiada intitulada *Porto e os Judeus*, onde foi dado a conhecer o recém-criado roteiro com o mesmo nome. A elaboração deste roteiro esteve a cargo do departamento de turismo da comunidade israelita, com o apoio da câmara municipal, (Vaz, 2014; Cardona, 2014) e encontra-se disponível nos postos de turismo e no portal de turismo da Câmara Municipal do Porto, na Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim* e no Hotel da Música. (Vaz, 2014; Cardona, 2014; Filho, 2014)

Ainda, relativamente ao património judaico da cidade, o departamento de turismo da câmara municipal promove-o através de uma comunicação concertada, envolvendo todas as dinâmicas culturais e religiosas da cidade. (Cardona, 2014) Assim, dá a conhecer a história da população judaica portuense ao longo dos tempos, e disponibiliza o roteiro intitulado *Porto e os Judeus*, na secção de *Comunidades Religiosas no Porto*, do canal *Mais Porto*, do seu portal de turismo. (Visit Porto, s. d. a) Além disso, promove a Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*, na categoria de *Templos Religiosos*, do referido portal. (Visit Porto, s. d. b) No entanto, não existe uma ligação entre as duas páginas do referido site. Deste modo, o turista que procurar por “sinagoga” será enviado para a página da sinagoga, mas não terá indicações de onde encontrar a história da comunidade, enquanto quem explorar o canal *Mais Porto* e a história da cidade, encontrará a história da comunidade israelita (e o roteiro turístico mencionado acima), mas não terá informações sobre a sinagoga (horário de visitas, etc.). O website de turismo de Amesterdão, por exemplo, providencia, em parte, esse tipo de ligações. Quando se explora a secção *Historia e Sociedade*, encontra-se uma subsecção com a história de Anne Frank, onde são fornecidas ligações a outras páginas do website relativas a monumentos mencionados no texto. (I amesterdam, s. d. a) No entanto, também não fornece ligações entre a página relativa à Sinagoga Portuguesa e a página relativa à comunidade judaica. (I amesterdam, s. d. b)

Assim, considera-se que seria útil a inclusão de ligações entre a página referente à sinagoga do Porto e a página relativa à história da comunidade, pois, além de providenciar um enquadramento histórico para aqueles que procuram a sinagoga, dá a conhecer, a pessoas que já estariam predispostas a visitá-la, a existência de um roteiro sobre a presença judaica na cidade. Por outro lado, facilita informação útil, sobre as

condições de visitação da sinagoga, àqueles que se interessaram pela história da cidade e encontraram o roteiro antes de encontrarem o monumento religioso.

4.1.1. Análise das entrevistas

Na tentativa de perceber melhor como é realizada a promoção e preservação do património judaico existente na cidade do Porto, foram realizadas entrevistas com as seguintes entidades: Departamento Municipal de Turismo e Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, Delegação de Turismo Religioso da entidade regional Turismo do Porto e Norte de Portugal e o Departamento de Turismo da Comunidade Israelita do Porto. [vide anexo II] Além disso, no seguimento da adaptação da cozinha do Hotel da Música para oferecer refeições *kosher* (Neto, 2014) foi realizada uma entrevista com o director de operações da região norte do grupo hoteleiro Hoti Hotéis, do qual o Hotel da Música faz parte. [vide anexo III]

Entrevista com Marco Sousa, administrador da Delegação de Turismo Religioso da entidade regional Turismo do Porto e Norte de Portugal

No que diz respeito à comunicação e promoção do património judaico da região Norte do país, Marco Sousa explicou que esta começou a ser feita há dois anos, em parceria com o Consulado de Israel e a UNISLA (Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia). Está a ser realizado um inventário de todo o património existente (que, nesta primeira fase, se foca no distrito de Bragança, onde se está a construir um Museu da História Judaica), e cujo objetivo final é a criação de uma rota judaica no norte do país.

Quanto à cidade do Porto, fez-se um acordo com a CIP, vários operadores turísticos especializados neste nicho de mercado e com o Hotel da Música para a promoção da sinagoga. Além disso, foi realizada uma *press trip* à sinagoga, quando esta abriu ao público, e inclui-se o monumento nas lojas interativas da entidade regional. Quanto às redes sociais, nomeadamente o *facebook*, são utilizadas para divulgar eventos específicos realizados na sinagoga.

Relativamente à duração e caracterização dos roteiros judaicos existentes no país, o administrador afirma que os operadores turísticos realizam visitas, de, aproximadamente, 10 dias, a várias cidades do país, como Viana do Castelo, Lamego, Bragança, Belmonte, Porto e Lisboa, bem como a algumas cidades espanholas.

Por fim, respondendo à questão sobre o equilíbrio entre o uso turístico dos locais religiosos e a preservação das funções religiosas dos locais de culto, Marco Sousa enfatizou a necessidade de se respeitar a principal função do local de culto, que é a religiosa, utilizando o turismo como atividade complementar geradora de movimento e receita, o que ajuda na sua conservação e poderá facilitar o acesso a fundos para a realização de obras (por exemplo, em comparação com locais de culto que não tenham volume de visitantes).

Entrevista com Paula Cardona, Técnica Superior do Departamento Municipal de Turismo da Câmara Municipal do Porto

Como foi mencionado anteriormente, o DMT faz uma promoção integrada das dinâmicas culturais e religiosas da cidade, sendo a sua principal função recolher, analisar, estruturar e divulgar a informação existente sobre cada comunidade. Essa promoção é realizada através do website *visitporto.travel*, onde se encontra o Canal *Mais Porto*, com informações sobre as várias comunidades religiosas residentes na cidade. Assim, realizou, em parceria com a CIP, o roteiro judaico já mencionado, que se traduz em dois trajectos pela Baixa do Porto, que enfatizam os locais onde habitaram os judeus até à sua expulsão e que menciona a atual sinagoga, convidando à sua visita. Quanto aos media utilizados na comunicação do roteiro, é utilizado o website oficial e as redes sociais, nomeadamente o *facebook* da câmara municipal, na divulgação de eventos realizados na sinagoga.

Relativamente à questão sobre a consciencialização da população local para a importância do património judaico da cidade, Paula Cardona defende que esta se dá através da divulgação turística deste património e de ações como a inclusão do roteiro *Porto e os Judeus*, nas comemorações do Dia Nacional dos Centros Históricos.

Por fim, no que diz respeito ao equilíbrio entre turismo e religião, Paula Cardona enfatiza, como, aliás, o fez ao longo de toda a entrevista, que este só é possível trabalhando em parceria com a CIP, para não desrespeitar as crenças e hábitos da

comunidade, e não perdendo de vista que o turismo é a atividade secundária da sinagoga, não podendo sobrepor-se à função de culto.

Entrevista com Hugo Vaz, responsável pelo Departamento de Turismo da Comunidade Israelita do Porto

A promoção da sinagoga *Kadoorie Mekor Haim* é realizada através de websites de turismo, como a ATC Porto Tours. Produziram-se, também, folhetos sobre a sinagoga, que foram distribuídos pelos hotéis da cidade [vide anexo XII]. A CIP tem uma parceria com os STCP, mais propriamente, o *Yellowbus* (autocarro turístico), estando a sinagoga presente no seu livro de descontos, e outra com o PortoCard. Em ambos os casos, a visita à sinagoga tem um desconto de 30% do seu valor. Tendo em conta que os seus principais públicos-alvo são os judeus e grupos de escolas, efetua contactos com operadores turísticos especializados em grupos judaicos, guias israelitas, escolas e a Direcção Regional de Educação. Em parceria com o DMT, foi elaborado o roteiro *Porto e os Judeus*, que disponibilizam aos visitantes da sinagoga.

Quanto aos media e redes sociais, a CIP possui um website⁵⁹, um blog⁶⁰ e uma conta de *facebook* (departamento turístico)⁶¹. No entanto, e por ser uma sinagoga ortodoxa, o website não possui informações de interesse turístico. O blog disponibiliza informação, em inglês, sobre a história do Capitão Barros Basto, bem como alguma informação sobre eventos que se realizem na sinagoga. O facebook é utilizado na divulgação de eventos, como por exemplo, o lançamento de livros ou celebrações de carácter não-religioso a ter lugar na sinagoga. Além disso, fazem *press releases* sobre os eventos mencionados acima e foram alvo de artigos em revistas como a *Time Out* e a *Visão*.

Relativamente às características do roteiro realizado, é composto por dois trajectos, um com início no Terreiro da Sé e termino na Cordoaria (2 km), e o outro com início na Cordoaria e término na Praça da Ribeira (1,5 km). Apesar de seguir a ordem cronológica inversa, o trajeto mais curto foi pensado para pessoas com uma mobilidade mais reduzida, tendo em conta que todo o percurso é realizado a descer. É feito a pé, e tem uma duração média de 2 horas, podendo variar dependendo do número de turistas, sendo que o número ideal seria entre 10 e 12 pessoas.

⁵⁹Website: www.comunidade-israelita-porto.org.

⁶⁰ Blog: <http://jewishcommunityofporto.blogspot.pt/>.

⁶¹ Facebook: <https://www.facebook.com/tourism.synagogue.porto?fref=ts>.

No que diz respeito à preservação da sinagoga, Hugo Vaz menciona que esta é feita com fundos da comunidade, e traduz-se nas medidas de preservação de qualquer imóvel: impermeabilização e pintura das paredes, conservação dos azulejos, etc. Quanto à consciencialização da sociedade em geral, é feita através da receção de grupos de escuteiros, escoteiros, paróquias, escolas e universidades seniores. A comunidade considera estas visitas muito importantes, pois, além do conhecimento da religião judaica e de uma parte da história da cidade, fomentam a tolerância entre religiões.

Respondendo à questão do equilíbrio entre o uso turístico e a função religiosa da sinagoga, Hugo Vaz afirma que o equilíbrio se atinge obedecendo a regras, dando prioridade às actividades religiosas. Existem dias em que a sinagoga não abre para visitas, por motivos religiosos, como o *shabat* (pôr-do-sol de sexta-feira ao pôr-do-sol de sábado). No entanto, a função turística é considerada, social e religiosamente, importante. Além da consciencialização da população para o património judaico, as visitas têm a função de informação religiosa, com a entrega do panfleto das Leis de Noé [vide anexo V], a visitantes não judeus.

Quanto ao perfil do visitante da sinagoga, Hugo Vaz informa que o departamento de turismo da CIP divide os visitantes em 3 grupos: judeus, não judeus e escolas. Os visitantes judeus são, maioritariamente, israelitas, norte-americanos, franceses e ingleses. Já os não judeus são, na sua maioria, portugueses, norte-americanos, ingleses e alemães. Todos os grupos escolares são portugueses. No ano de 2013, receberam 4100 visitantes, enquanto que, em 2014, até ao fim do mês de junho, o número de visitantes chegou aos 3822. As épocas em que recebem mais turistas são os meses de janeiro e fevereiro, com a afluência dos grupos escolares, e os meses de verão. Na tabela seguinte, pode ver-se a distribuição dos visitantes da sinagoga, nos anos de 2013 e 2014 (sendo que os dados de 2014 só contabilizam os visitantes até ao mês de junho) pelos três grupos acima mencionados.

	2013	2014
Escolas	2958	2584
Judeus	930	821
Não judeus	212	417

Tabela 2 Número de visitantes da sinagoga, por grupos, em 2013 e 2014
Fonte: Elaboração Própria, baseada nos dados fornecidos pela CIP

Com base nos valores apresentados acima, e tendo em conta que os dados de 2014 se referem a metade do ano, nota-se uma tendência de crescimento, mais acentuada nos visitantes não judeus, fator que poderá traduzir os efeitos dos artigos das revistas mencionadas acima, bem como da inserção da sinagoga nas lojas interativas da entidade Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Entrevista com Isabel Osório e Orquídea Félix, da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da CMP

De forma a perceber que medidas são implementadas pela administração local para a preservação do património e a para a consciencialização da população local, realizou-se uma entrevista com a divisão acima mencionada, focada nesses dois temas.

Deste modo, relativamente à preservação do património judaico existente, é realizada em conjunto com o património do centro histórico e área histórica da cidade, por ser nessas áreas que ele se encontra. Assim, sempre que se realizam obras nesses locais, são elaborados inventários do património existente, podendo conservar-se algum. Além disso, o Arquivo Histórico da cidade está a elaborar um inventário de todos os vestígios da presença judaica na cidade, a pedido da Rede de Judiarias de Portugal.

Quanto à consciencialização da população, não são elaboradas ações específicas. No entanto, em casos pontuais, essa consciencialização acontece através do contacto das funcionárias deste departamento com a população, nos momentos em que fazem visitas ao terreno e conversam com os donos das casas cujas fachadas apresentem marcas relevantes, por exemplo.

Entrevista com Delfim Filho, Diretor de Operações da região norte do grupo hoteleiro Hoti Hotéis

Questionado sobre o surgimento do novo serviço providenciado pelo Hotel da Música, Delfim Filho contou que a ideia surgiu após uma conversa com um membro do stand de turismo da Guarda, na FITUR (Feira Internacional de Turismo, Madrid), que mencionou a falta de um hotel que providenciasse refeições *kosher* em Portugal. De regresso ao país, e após a realização de uma pesquisa inicial sobre o tema, Delfim Filho contactou a Comunidade Israelita do Porto, pedindo a sua colaboração para a conversão da cozinha do Hotel da Música, que, além de ser o mais novo do grupo, tinha duas cozinhas, o que facilitou o processo. No entanto, todos os hotéis do grupo (na zona

Norte) disponibilizam este serviço, mediante pedido prévio. Neste caso, as refeições são confeccionadas na cozinha do Hotel da Música e transportadas para o hotel em questão.

Relativamente aos impactes que esse processo teve no funcionamento do hotel, o diretor de operações revelou que uma das cozinhas foi fechada para a confeção exclusiva de refeições *kosher*, foi realizado um investimento em equipamentos exclusivos para a mesma, além de uma formação interna de todos os colaboradores, não só em termos de alimentação *kosher*, mas relativa a todo o atendimento, devido a especificidades como o *shabat*. Além disso, foram contactados operadores turísticos especializados neste mercado específico, de modo a ser feita a divulgação deste novo serviço. O serviço é, também, publicitado no website e *facebook* do hotel, onde exibem o selo *kosher*, e no próprio restaurante do hotel, que tem um espaço reservado para essas refeições, com o selo *kosher* e a respetiva ementa. Mais, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, que também investiu neste projecto, enviou uma comitiva a Tel Aviv para aí fazer essa divulgação.

À pergunta sobre em que países, além de Israel, apostaram na divulgação deste serviço, respondeu que, maioritariamente, a divulgação estava a cargo de operadores turísticos especializados em turismo judaico. No entanto, mencionou que hóspedes brasileiros, norte-americanos e ingleses já usufruíram deste serviço. Por fim, sobre a promoção do património judaico da cidade, assegura que o roteiro elaborado pela CIP e pelo DMT é disponibilizado nos quartos do Hotel da Música.

Em suma, a promoção do património judaico portuense é realizada de forma concertada, com a participação ativa de todos os intervenientes. A internet é o instrumento mais utilizado nessa comunicação. No entanto, as redes sociais não são muito exploradas, sendo utilizadas pontualmente, para a comunicação de eventos específicos. A inclusão da sinagoga nas lojas interativas da entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal e nos descontos da *Yellowbus* e do *Porto Card* são fatores positivos, que impulsionam o crescimento do número de visitantes ao monumento, aumentando a difusão da história da comunidade judaica portuense.

Relativamente à preservação do património e à consciencialização da população para a sua existência, constata-se que não existe um plano de conservação, nem de

consciencialização. No entanto, existe um certo grau de consciencialização, traduzido nas visitas das escolas e grupos de paróquias à sinagoga e na preservação das marcas existentes nas ombreiras das portas, na zona da antiga judiaria, levada a cabo pelos proprietários das casas.

Os dados fornecidos pela CIP revelam um aumento significativo do número de visitantes, principalmente não judeus, o que revela um interesse crescente pela cultura e património judaico da cidade. Por outro lado, espera-se que a existência de um estabelecimento hoteleiro com uma oferta direcionada para uma franja mais específica de judeus, e com colaboradores com formação para os receber, aumente o interesse internacional por este património.

4.1.2. Inserção da cidade do Porto numa rota internacional de turismo judaico

Com base na análise elaborada acima e na sua riqueza histórica, pode depreender-se que a cidade do Porto tem potencial para ser inserida numa rota internacional de turismo judaico. No entanto, analisando as rotas promovidas pelo Conselho da Europa e pela AEPJ [vide capítulo 2.3.1], conclui-se que o Porto, pelas suas características, não se enquadraria em nenhuma delas. Deste modo, seria interessante criar-se uma rota que promovesse a história dos judeus sefarditas, desde a sua fixação na Península Ibérica, até aos dias de hoje, recordando a diáspora sefardita, e passando pelos países para onde emigraram, culminando na Terra Prometida – Israel.

A Rota Internacional da Diáspora Sefardita deverá ter em conta, como é óbvio, a *Red de Juderías de España* e a *Rede de Judiarias de Portugal*, abrangendo, além destes, países como Brasil, Holanda, Bélgica, Itália, Marrocos, Alemanha, Turquia e Israel.

No Brasil destaca-se, como foi visto no ponto 2.3.1, o estado de Pernambuco, onde a presença de cristãos-novos e criptojudeus foi mais significativa, principalmente durante o domínio holandês, pela liberdade de crença e de comércio e pelas relações com os correlegionários em Amesterdão, com quem faziam comércio de açúcar. (Siqueira, 2009) Em Recife, existe a primeira sinagoga americana, construída por portugueses, e que faz parte de uma rota turística judaica. (Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, s. d.)

Quanto à Holanda, enfatiza-se a cidade de Amesterdão, cujos primeiros judeus foram cristãos-novos portugueses, os quais fundaram a Comunidade Judaico-Portuguesa de Amesterdão. A comunidade obteve a primeira autorização para a prática de culto em casa particular, em 1603, tendo crescido em número ao longo do tempo, dividindo-se em três comunidades por discordâncias de rituais e fundando um cemitério em 1614. No século XVII, era a comunidade mais importante da diáspora sefardita ocidental, ocupando-se, maioritariamente, da importação de produtos das colónias, da destilação do açúcar proveniente do Brasil, da preparação de tabaco e da manipulação de pedras preciosas. Ainda no século XVII, a cidade passa a ser considerada o centro de impressão de livros judaicos, tendo sido em Amesterdão que Uriel da Costa, nascido no Porto, como cristão-novo, tendo-se circuncidado em Amesterdão, imprimiu as suas obras. (Kaplan, 2009c; Salomon, 2009b) Em 1675, é construída a Esnoga, a primeira sinagoga sefardita de Amesterdão, também conhecida como Sinagoga Portuguesa. (Kaplan, 2009c; I amsterdam, s. d. b) A comunidade sefardita de Amesterdão entra em declínio com a diminuição da imigração de criptojudeus portugueses e espanhóis, sendo, praticamente, exterminada durante a segunda Guerra Mundial, durante a qual os seus membros, como os da comunidade asquenazita, são enviados para campos de extermínio. (Kaplan, 2009c)

Na Bélgica, destaca-se a cidade de Antuérpia, que, na primeira metade do século XVI, foi um importante centro de comércio e financeiro da diáspora dos conversos portugueses e espanhóis. Era vista, principalmente, como um refúgio intermédio para os marranos que queriam emigrar para a Itália e o Império Otomano, onde podiam praticar o judaísmo livremente. A comunidade portuguesa começou a diminuir, devido ao édito de expulsão de 1550 e à crise política e religiosa de 1556, agudizando-se essa queda em 1585, com a tomada de Antuérpia pelas forças espanholas. Assim, os comerciantes sefarditas emigram para novos centros de diáspora, como Amesterdão e Hamburgo. (Kaplan, 2009d)

Já em Itália, o destino primordial dos cristãos-novos portugueses e espanhóis era Veneza, onde, já em 1464, se encontravam cristãos-novos de Valença. Fizeram-se dois éditos de expulsão de marranos, em 1497 e 1550, e os processos da Inquisição romana de Veneza denotam a prevalência de judaizantes portugueses. (Zorattini, 2009) Imanuel Aboab, nascido no Porto, em 1555, e autor da obra *Nomologia*, foi rabi da Comunidade Sefardita de Veneza (Orfali, 2009). Esta comunidade constituiu-se em 1589, após um

judeu de origem portuguesa ter conseguido permissão para os marranos viverem como judeus na cidade, desde que se apresentassem como tal. Ainda hoje, prevalece a comunidade sefardita em Veneza, sendo a *Scuola Spagnola* a principal sinagoga da cidade.

Quanto ao Norte de África, mais propriamente Marrocos, o grande centro de atração dos judeus sefarditas era Fez. Tinha um grande *mellah* (bairro judaico), que albergava, aproximadamente, 3000 pessoas, e dispunha de autonomia jurídica, possuindo uma cadeia e um cemitério. Em 1651, a comunidade sefardita era tão numerosa que possuía 8 sinagogas na cidade, o que não era de estranhar, visto que ir para Fez era sinónimo de liberdade religiosa e reencontro de família e amigos. Foi no *mellah* de Fez, que passou a residir uma grande parte dos cativos (cristãos) da batalha de Alcacér-Quibir. (Tavim, 2009b)

Relativamente à Turquia, os cristãos-novos ibéricos fugidos da Inquisição, instalaram-se em Istambul, em 1550, tendo sido bem recebidos pelo sultão, não só devido à sua riqueza, como também ao seu conhecimento e contactos com a cultura ocidental. Assim, das 17 congregações judaicas existentes no século XVI, 8 eram sefarditas, o que revela o peso desta população. Em 1547, faz-se a primeira impressão da Tora em castelhano, em Istambul. É, também, nessa cidade, que se fixa, em 1702, o médico Daniel da Fonseca, nascido no Porto em 1668, tornando-se médico e dignitário do sultão Ahmed III, até à queda deste, altura em que regressa a França. (Couto, 2009)

Na Alemanha, a presença de judeus portugueses destacou-se em Hamburgo, conhecida como “Jerusalém do Norte”, onde a comunidade portuguesa era próspera, fazendo comércio com vários países, como Portugal e Espanha, e praticando outras atividades, como a medicina. (Studemund-Halévy, 2009: 254) Entre as personalidades que se fixaram nesta cidade encontram-se os portuenses Samuel da Silva, um dos diretores da comunidade luso-judaica e autor da tradução para o espanhol do “Tratado da Contradição”, de Maimónides, e do “Tratado da Imortalidade da Alma”, e Uriel da Costa, que foi escumungado em 1618, por diferenças de ideais, regressando, depois, a Amesterdão. (Studemund-Halévy, 2009; Salomon, 2009b; Salomon, 2009c) No final do século XVII, a situação económica da comunidade deteriora-se, devido à emigração das famílias mais ricas para Amesterdão, sendo que se assiste a um declínio da comunidade luso-judaica durante todo o século XVIII. Após o fim da segunda Guerra Mundial,

4.2. Análise SWOT e Marketing-mix do roteiro a propor

Analizadas as potencialidades da cidade, as ligações possíveis com a diáspora de judeus no Porto, em centros como Amesterdão, passa-se, agora, para a análise do produto a propor – o roteiro de turismo de memória da população judaica da cidade do Porto. Assim, fez-se uma análise *SWOT*, de modo a perceber os pontos positivos e negativos do produto e os impactes, também positivos e negativos, que o ambiente económico envolvente pode ter no mesmo.

Forças

- Enfoque na dimensão pessoal do roteiro, mencionando pessoas que, de alguma forma, foram relevantes na história dos judeus na cidade.
- Roteiro relembra uma parte esquecida da história da cidade.
- Roteiro revela um pouco de uma população minoritária, mas relevante, da cidade e promove a tolerância religiosa.
- Inclusão da zona de Miragaia no itinerário é fator diferenciador, visto que o roteiro *Porto e os Judeus*, apenas a indica.

Respostas

- Mais do que contar, de forma abstrata, uma parte da história da cidade, é objetivo do roteiro aproximar o turista da cidade medieval, promovendo empatia e ligações com o passado.
- Roteiro tem função social e educativa.
- O Monte dos Judeus (Miragaia), além de uma vista lindíssima para o rio, preserva dois dos poucos vestígios da presença judaica na cidade – duas placas toponímicas da rua e escadas do Monte dos Judeus [vide imagens 18 e 19]. Mais, existe uma placa informativa, em frente ao Palácio das Sereias, evocativa da judiaria de Monchique [vide anexo XIII].

Oportunidades

- Existência de uma oferta complementar, nomeadamente um estabelecimento hoteleiro com cozinha *kosher*.
- Sinagoga do Porto é a maior da Península Ibérica e inclui, no seu edifício, o Museu do Capitão Barros Basto.
- Cooperação entre as entidades competentes, como o Departamento de Turismo da Câmara Municipal do Porto, o Turismo do Porto e Norte de Portugal e a Comunidade Israelita do Porto.
- Inserção da cidade do Porto na Rede de Judiarias de Portugal.
- Inserção de Portugal na AEPJ.
- A cooperação entre as redes de judiarias portuguesa e espanhola permite realizar uma comunicação mais abrangente.

Respostas

- A oferta de alimentação *kosher* é um fator de atração de turistas de uma franja mais rígida da população judaica.
- O tamanho da sinagoga suscita curiosidade natural no turista informado.
- O Museu serve de complemento ao roteiro.
- A cooperação entre as entidades permite que se criem ações de comunicação concertadas, que não se sobreponham às especificidades da cultura judaica, nem à principal

	função da sinagoga.
<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de vestígios materiais da presença judaica na cidade. • Aspeto degradado de algumas zonas do centro histórico da cidade e da Rua do Monte dos Judeus. • Placa hebraica, encontrada na zona de Miragaia, encontra-se no Museu do Carmo, em Lisboa. • Elevada dimensão do roteiro. • Dificuldade de acesso a alguns pontos de interesse, para pessoas com mobilidade reduzida. <p>Respostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à imaginação ao longo do percurso. A existência de placas informativas (como existe na zona de Miragaia [vide anexo XIII]), com informações sobre a localização das judiarias, as personalidades que nasceram na cidade e se destacaram pelo mundo, e os antigos nomes das ruas (como na imagem 23) ajudaria a colmatar essa escassez de vestígios. • Devem ser planeadas ações de restauro dos edifícios e ruas antigas da cidade. • Produção de uma réplica da placa, a colocar no Museu do Capitão Barros Basto (uma vez que não existe um museu dedicado à cidade). • Existência de serviços complementares, como sejam estabelecimentos de restauração e bebidas e transportes públicos, poderá facilitar a prática do roteiro. • A criação de uma parceria com uma empresa como a <i>TukTour</i>, por exemplo, seria uma mais-valia, pois esta oferece visitas turísticas em meios de transporte motorizados, mas pequenos, que se deslocam facilmente pelas ruas estreitas do centro histórico da cidade. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de um roteiro recente, com características semelhantes ao proposto. • A insegurança que se faz sentir em Israel, com o conflito Israelo-Palestino, pode inibir a prática turística do segmento de mercado israelita. • A promoção turística de um património relacionado com a religião pode causar desconforto nos indivíduos mais crentes. • A representação, para fins turísticos, de aspetos históricos corre o risco de ser vista como algo não autêntico, podendo causar uma sensação de traição das expectativas dos turistas. <p>Respostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • O enfoque nas pessoas é um elemento diferenciador, assim como a inserção da zona de Monchique no itinerário. • A aposta noutros mercados-alvo, como o brasileiro, o norte-americano e o holandês, pode ajudar a diminuir o impacto negativo do conflito Israelo-Palestino na procura deste produto. • A utilização turística de monumentos religiosos deve ser vista como uma função secundária do monumento. O respeito pela sua função principal (a religiosa) minimiza o desconforto causado nos crentes. • Tendo em conta que, no presente caso, existem poucos vestígios físicos daquilo que se está a representar, a autenticidade da experiência turística passa por realçar essa ausência, explicando o seu contexto – a expulsão.

Tabela 3 Análise SWOT
Fonte: Elaboração Própria

Após a análise do produto e da sua envolvente, apresenta-se, agora, o seu marketing-mix, onde se analisarão o produto, o preço, a comunicação e a distribuição.

Marketing-mix

Produto

O produto apresentado abaixo constitui um roteiro de memória da presença judaica na cidade do Porto. Foca-se nos locais onde a população judaica foi mais preponderante e destina-se, maioritariamente, a judeus que procurem conhecer o passado dos seus correligionários portugueses ou, até, dos seus antepassados. Por outro lado, a conservação do património existente requer o envolvimento da população local, pelo que seria interessante disponibilizar-lhes este produto.

O produto turístico pressupõe, quase sempre, a existência de produtos e serviços complementares à sua utilização. Neste caso, os serviços complementares seriam os transportes públicos, nomeadamente, os autocarros e eléctricos do centro da cidade, bem como o metro para a zona da Boavista; os autocarros turísticos; os pontos de turismo, sendo o mais próximo da área abrangida pelo roteiro, o da Sé; os estabelecimentos de restauração e bebidas da área abrangida pelo roteiro; as unidades hoteleiras da cidade, com especial relevo para o Hotel da Música (que disponibiliza refeições *kosher*) e restantes hotéis da cadeia Hoti Hotéis (que disponibilizam as mesmas refeições, mediante pedido prévio); e a Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*, com o Museu Barros Basto.

Preço

O preço deste produto variará consoante vários fatores, como por exemplo, a sua inclusão num pacote turístico de um operador turístico, ou uso de serviços complementares.

A visita à sinagoga, por exemplo, pressupõe o pagamento da entrada. Aqui, o preço normal para um adulto é de 5€, sendo de 2€ para criança. Fazem descontos para escolas e ainda, 30% de desconto com a apresentação do *Porto Card* ou do *voucher* presente no livro de descontos dos autocarros turísticos *Yellow Bus*. (Vaz, 2014)

Comunicação

Além da comunicação realizada para o roteiro existente, a comunicação deste produto deverá ser feita através de:

- Promoção junto a operadores turísticos especializados em turismo judaico;
- Reforço da comunicação nos países emissores de mais visitantes à cidade e à sinagoga: Israel, França, Estados Unidos da América, Inglaterra, Brasil, Itália, Alemanha e Holanda;
- Aposta na comunicação em países recetores de refugiados da segunda Grande Guerra e de imigrantes portugueses da época dos Descobrimentos como, por exemplo, Bélgica e Canadá;
- Publicidade ao roteiro no aeroporto Francisco Sá Carneiro;
- Promoção de eventos, como, por exemplo, concertos de música sefardita e recriações históricas, nas antigas judiarias e na sinagoga do Porto;
- Publicidade ao roteiro em cidades da *Red de Juderías de España*, como Barcelona, Ribadavia (Galiza), Monforte de Lemos (Galiza) e Oviedo (Astúrias), entre outras.
- *Press trips*, com jornalistas de revistas de turismo, como a *Publituris* e a *Time Out*, e escritores sobre viagens;
- Criação de um website, um *blog* e uma página de *Facebook* que promova o roteiro, com ligações aos websites e redes sociais da Câmara Municipal do Porto, Comunidade Israelita do Porto, Rede de Judiarias de Portugal e Turismo do Porto e Norte de Portugal;
- Produção de um vídeo promocional sobre Portugal, focado na presença judaica, que inclua a cidade do Porto, através de uma parceria entre o Turismo de Portugal e a Rede de Judiarias de Portugal;
- Criação de um cartão de fidelização, semelhante ao *Sefarad Card* da rede espanhola, que proporcione descontos nos pontos de atração judaicos de todo o país, como sinagogas, museus judaicos, o cemitério judaico de Faro, nos museus públicos, em estabelecimentos de restauração e hoteleiros e em transportes turísticos (como os autocarros turísticos e os *tuk tuk*). Este cartão pressupõe a criação de parcerias com empresas de vários ramos.

Toda a comunicação deve ser realizada com a colaboração das comunidades israelitas de Portugal, para que não se torne ofensiva aos princípios judaicos.

Distribuição

A distribuição deste produto deverá ser feita através de:

- Operadores turísticos, que o poderão incluir em pacotes com uma abrangência territorial maior;
- Hotéis da cidade, principalmente, os do centro da cidade e da Boavista, disponibilizando-os na receção, por exemplo;
- Internet, através dos websites e redes sociais acima referidos;
- Postos de turismo municipais.

4.3. Proposta de Roteiro

O roteiro que agora se propõe foi criado de modo a seguir uma ordem cronológica, descrevendo, ao mesmo tempo, a história da população judaica portuense e o desenvolvimento da cidade, do morro de Pena Ventosa (século XII) em direcção ao rio, alargando-se, depois, para noroeste, para a zona de Miragaia e para a Cordoaria (século XIV), e terminando na Boavista (século XX), um novo centro económico da cidade. Deste modo, o roteiro apresentará a narrativa da diáspora e do retorno, chamando à memória a expulsão dessa população tão importante para a cidade. Trata-se de uma versão com pouco conteúdo que, dependendo da exigência de conhecimento do visitante, poderá ser enriquecida com a síntese feita no capítulo 3, acerca do judaísmo e dos judeus no Porto, na longa duração.

Nos mapas que se seguem, apresenta-se a reprodução do itinerário a seguir, onde cada ponto representa uma rua, cuja descrição se encontrará abaixo, sendo que o início e o fim do percurso são representados por pioneses, verde e vermelho, respetivamente. No primeiro mapa será apresentado todo o itinerário, para dar uma visão de conjunto. Já o segundo dará uma visão mais promenorizada do itinerário a percorrer no centro da cidade, aquele que colminará no local onde se realizaram os autos-de-fé do Porto.

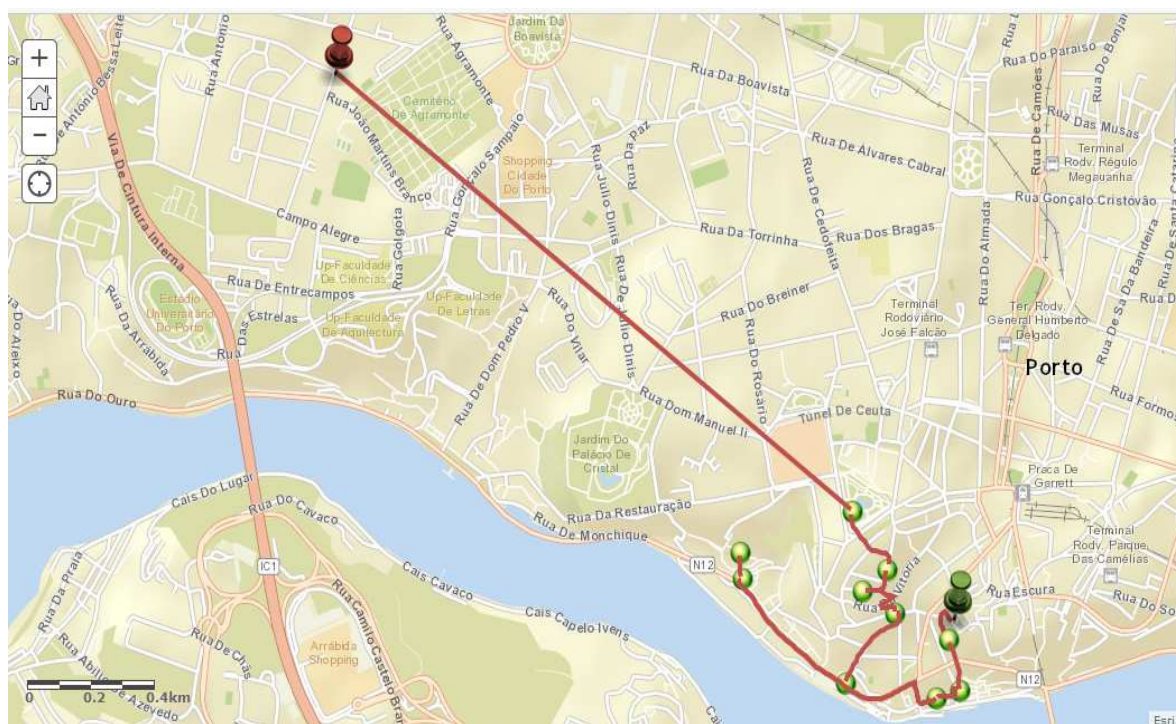


Imagem 12 Mapa com itinerário proposto
Fonte: Elaboração própria, através do programa ArcGIS

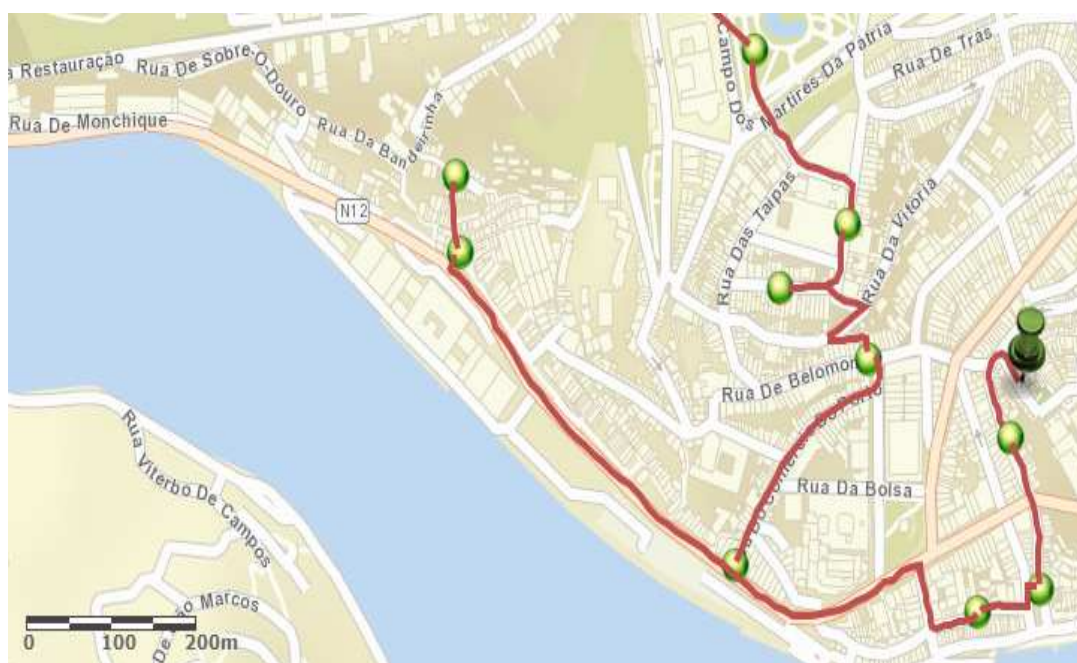


Imagem 13 Visão de pormenor do itinerário no centro do Porto
Fonte: Elaboração própria, através do programa ArcGIS

Descrição dos Locais a visitar

1- Rua de Sant'Ana



Imagem 14 Rua de Santana
Fonte: Própria, 2014

A presença da população judaica na Península Ibérica remonta, pelo menos, ao século IV, ou seja, ainda antes da formação do reino de Portugal.

Sabe-se que, pelo menos desde o século XII, aqui, na cidade do Porto, viviam dentro das muralhas da cerca velha, espalhados um pouco por todo o burgo, convivendo pacificamente com a população cristã.

Terão sido mais expressivos na Rua Chã (fora da muralha),

onde existia a albergaria dos judeus, e aqui, na Rua de Sant'Ana, antiga Rua da Sinagoga, onde existiu a primeira sinagoga de que há registos, na cidade.

2- Rua dos Mercadores



Imagem 15 Rua dos Mercadores
Fonte: Própria, 2014

Pelo menos desde a formação do reino, os judeus portugueses sempre tiveram autonomia face ao poder local e clerical. Apesar de serem obrigados a pagar mais impostos que a população cristã, tinham autonomia jurídica, mesmo em assuntos criminais, desde que o réu fosse judeu.

Existia, ainda, toda uma administração local, paralela à administração do burgo, bem como

açougues e carnicheiros específicos para servir a população judaica.

No aspeto da administração, a cidade do Porto assumiu uma importância ainda maior para as comunidades do norte do país, visto que era aqui que estava sediado o Ouvidor de Entre Douro e Minho.

A sua aptidão para o estudo permitiu-lhes desenvolver atividades como a indústria, o comércio e a medicina com maior perspicácia que a população cristã. Assim, com o desenvolvimento da cidade, começam a deslocar-se para lá da cerca velha, habitando e comercializando os seus produtos aqui, na Rua dos Mercadores, aproximando-se cada vez mais do rio.

3- Praça da Ribeira

Centro de comércio por excelência, era aqui que desembarcavam as mercadorias provenientes de países longínquos. Por conseguinte, era, também, aqui, e nas suas imediações, que a população judaica estabelecia os seus negócios.



Imagem 16 Praça da Ribeira (vista pela Rua dos Mercadores)
Fonte: Própria, 2014

4- Rua da Fonte Taurina

Esta foi uma das ruas onde se estabeleceram, pela sua proximidade ao rio, os comerciantes judeus mais abastados, como, por exemplo, os ourives.



Imagem 17 Rua da Fonte Taurina
Fonte: Própria, 2014

5- Rua Monte dos Judeus



Imagem 19 Escadas do Monte dos Judeus (sinalética)

Fonte: Própria, 2014

Em 1380, o Cabido do Porto afora terrenos aqui, em Monchique, a dois casais de judeus e outra judia, para que neles fosse construída outra judiaria, com a respectiva sinagoga e cemitério.

Foi encontrada, na parede do



Imagem 18 Rua do Monte dos Judeus (sinalética)

Fonte: Própria, 2014

antigo Convento da Madre de Deus de Monchique, uma lápide, escrita em hebraico, dando conta do local onde se encontraria a sinagoga da Judiaria de Monchique. Apelidada como a maior inscrição judaica encontrada em Portugal, esta lápide homenageava o rabino-mor do reino e apontava o rabino do Porto como o dirigente da obra. Encontra-se no Museu do Carmo, em Lisboa e o seu texto seria o seguinte:



Imagem 20 Escadas do Monte dos Judeus
Fonte: Própria, 2014

“Aquele que disser porque não se guardou esta casa com muralhas.

Que saiba que ha para mim protector que priva com os ilustres da nobreza.

Comigo uma guarda? dirá, eu sou toda e importante muralha.

Grande dos judeus, denominador dos grandes, e no estrado dos nobres está assentado;

Braço bom para o seu povo, servo de Deus, fez construir uma casa para o seu nome de pedras talhadas;

Do rei o segundo, na proeminencia ele se conta, na sua grandeza e com os reis faz conselho.

Ele é o Rabbi Don Judah Ben-Maner, luz de Judah e dele suprema autoridade.

Por ordem do Rabbi, que viva, Don Joseph Ben-Arieh foi intendente principal da obra.”

6- Rua do Comércio do Porto

Entre a Praça D. Henrique, a Rua de Belmonte e a Rua do Comércio do Porto, existiu uma outra judiaria, com a segunda sinagoga de que há registo, situada nesta rua. Presume-se que os habitantes desta judiaria fizessem comércio na Praça D. Henrique.



Imagem 22 Rua do Comércio do Porto
Fonte: Própria, 2014

Foi nesta sinagoga, instalada numa casa alugada pelo marinheiro Lourenço Peres, que a

comuna judaica do Porto reuniu, em 1386, e escolheu o judeu Ananias para representar a comuna, na negociação do aforamento dos

terrenos para a judiaria do Olival.



Imagem 21 Rua do Comércio do Porto (sinalética)
Fonte: Própria, 2014

7- Escadas da Vitória

Em 1386, por ordem do rei D. João I, e no seguimento de algumas medidas de segregação do povo judaico, bem como da guerra com Castela, a população judaica do Porto é obrigada a alojar-se numa judiaria fechada, dentro das muralhas – a judiaria do Olival. A judiaria era fechada por duas portas: uma à entrada da atual Rua de São Bento da Vitória e outra ao fundo das Escadas da Vitória, antigas Escadas da Esnoga (sinagoga).



Imagem 23 Escadas da Vitória (sinalética)
Fonte: Própria, 2014

Ao cimo destas escadas, encontrava-se a sinagoga da judiaria. Além da sinagoga, a judiaria possuía cemitério e açougue próprios, bem como ruas largas e arejadas, bem diferentes das ruas estreitas do resto da cidade. De facto, era tão esteticamente apelativa que os funcionários régios de visita à cidade insistiam em alojar-se lá, o que causou tamanho constrangimento à comuna que esta se viu obrigada a escrever ao rei, pondo-o

a par da situação. Assim, o rei decidiu proibir o alojamento de funcionários régios na judiaria, exceto quando o próprio se encontrasse na cidade. Nesse caso, seria aí que o monarca se acomodaria. Crê-se que a sinagoga ficasse ao cimo destas escadas.



Imagem 24 Escadas da Vitória
Fonte: Própria, 2014

8- Rua de São Miguel

Em 1492, dá-se a expulsão dos judeus de Espanha, o que, a par com o funcionamento da Inquisição de Sevilha, desencadeia uma forte imigração de judeus espanhóis para Portugal. A princípio, a autarquia do Porto mostra-se contra o acolhimento desses imigrantes na cidade (como acontecia por todo o reino). No entanto, após negociações com judeus proeminentes espanhóis, entre os quais o rabino Isaac Aboab, bisavô de



Imagem 25 Rua de São Miguel
Fonte: Própria, 2014

Immanuel Aboab, autor da *Nomologia* (obra em defesa da lei oral, com referências históricas e relatos dos abusos perpetrados contra os judeus na Península Ibérica), o rei ordena que sejam recebidas, na judiaria do Olival, 30 famílias judaicas espanholas, entre elas, a

do rabino de Castela.

Aqui viveu a comunidade judaica do Porto, até ao Édito de Expulsão de 1496 e, consequente estabelecimento da Inquisição. Convertidos, forçosamente, a cristãos-novos, os cripto-judeus portuenses (pois muitos nunca abraçaram a fé cristã) espalharam-se pela cidade, voltando, mais tarde à Rua de

São Miguel. No número 9 desta rua, foi encontrado um *ehal*, uma arca onde se guardam os rolos da Tora, escondido atrás de uma parede falsa, usado para a realização das cerimónias secretas, aquando da presença inquisitorial no país.

Além de Isaac Aboab, também Uriel da Costa, autor das obras *Exame das Tradições Phariseas* e *Exemplo da Vida Humana*, e Samuel da Silva, autor da tradução para o espanhol do *Tratado da Contradição* de Maimónides e do *Tratado da Imortalidade da Alma*, nasceram no Porto. Emigraram os três: Imanuel Aboab mudou-se para Itália, chegando a ser rabi da comunidade sefardita de Veneza, tendo morrido em Jerusalém; Uriel da Costa, cristão-novo, foi para Amesterdão onde se circuncidou; Samuel da Silva emigrou para Hamburgo, onde está sepultado, no Cemitério dos Portugueses.



Imagem 26 Ehal, do nº9 da Rua de São Miguel
Fonte: Própria, 2014

9- Rua de São Bento da Vitória

Em 1541, é constituído um Tribunal da Inquisição no Porto. Este tribunal teve uma duração de seis anos, processou, pelo menos, 111 casos e realizou dois autos-de-fé, no Campo do Olival. Em memória dos judeus, vítimas deste tribunal (bem como do Tribunal do Santo Ofício de Portugal, que se lhe seguiu), encontra-se uma placa, fixada na parede do Mosteiro de São Bento da Vitória, vista da Rua de São Bento da Vitória, com o seguinte texto:



Imagem 27 In Perpetuam Memoriam...
Fonte: Própria, 2014

EM MEMÓRIA DE TODOS OS JUDEUS
PORTUGUESES VÍTIMAS DO INFAME
DECRETO DE 1496 QUE SÓ LHES DEU
A OPÇÃO À CONVERSÃO FORÇADA
OU À MORTE.
TERRA NÃO CUBRAS O SANGUE DELES
PELO ESQUECIMENTO.
QUE SEJA RESTITUIDA A ABENÇOADA
MEMÓRIA DE TODOS AQUELES E AQUELAS
QUE DURANTE CINCO SÉCULOS MANTIVERAM
VIVO O ECO DA PALAVRA DE DEUS VIVO
ACTUALIZANDO A VISÃO PROFÉTICA DE
MOISÉS NO MONTE MOREB
A SARÇA ARDIA NO FOGO E
A SARÇA NÃO SE CONSUMIA
AS ALHAS ARDENTES DELES
NÃO FORAM DESTRUÍDAS PELAS CHAMAS
OU PELOS SERES QUE O QUERIAM
ATRAVÉS DAS MAIS TERRIVÉIS TORTURAS
OBRIGANDO-OS A RENEGAR A SUA FÉ
SUBLIME NA FONTE DE VIDA E AMOR
O JUSTO VIBRA NA SUA FÉ.

10- Jardins da Cordoaria



Antigo Campo do Olival. Local onde se realizaram os dois
autos-de-fé do Porto.

Imagem 28 Jardins da Cordoaria
Fonte: Própria, 2014

11- Rua de Guerra Junqueiro

Localização da Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim* (Fonte da Vida). Inaugurada em 1938, ano em que se destroem sinagogas na Europa, é a maior da Península Ibérica e uma das maiores da Europa. Foi mandada construir pelo Capitão Barros Basto, presidente da Comunidade Israelita do Porto desde a sua formação, em 1923, e figura incontornável do judaísmo do século XX.



Imagem 29 Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

Fonte: Própria, 2014

Capitão condecorado da primeira Guerra Mundial, Barros Basto foi educado na religião católica, apesar de descender, por via paterna, de cripto-judeus. Converte-se ao judaísmo em 1920, em Marrocos, e regressa ao Porto em 1921, casado com Lea Azancot, com o intuito de criar uma comunidade israelita na cidade e ajudar os cripto-judeus (ou marranos) a regressar ao judaísmo oficial. Faz, então, incursões regulares ao interior do país, conseguindo, a princípio, convencer as populações marranas a voltar ao judaísmo.

Cria o jornal *Ha-Lapid* (O Facho), para difundir o judaísmo, e funda o instituto *Yeshivah Rosh Pinah*, para a formação civil e religiosa dos jovens.

Alvo de intrigas, é acusado, anonimamente, de praticar atos homossexuais com alunos do instituto e, consequentemente, expulso do exército, apesar de ser absolvido pelo tribunal militar do Porto.

Mesmo assim, continua com a sua Obra de Resgate e, por meio da

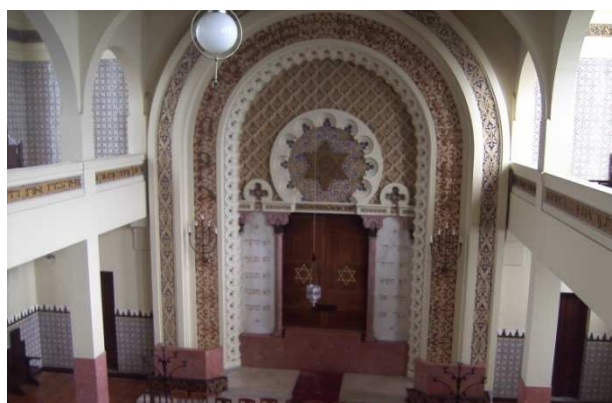


Imagem 30 Sala de Orações da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

Fonte: Própria, 2014

comunidade do Porto, presta auxílio aos refugiados da segunda Guerra Mundial.

Morre em 1961, sendo sepultado em Amarante, envergando o seu uniforme de oficial. A sua memória só é reabilitada em 2012.

Recomendações/ Informações Adicionais

Tempo médio previsto para a realização do percurso: 3,5 horas.

Recomenda-se, devido à inclinação do percurso e à longa distância a percorrer, a utilização de calçado plano e confortável, bem como de roupa leve. Poderá recorrer aos transportes públicos na deslocação do ponto 4 ao ponto 5 e do ponto 5 ao ponto 6, nomeadamente o eléctrico que faz uma viagem panorâmica, com vista para o rio Douro (poderá, também, recorrer ao autocarro, ou autocarros turísticos). Ao longo de todo o percurso, existem cafés, restaurantes e snack-bares, com maior incidência na zona da ribeira e na cordoaria, onde poderá efetuar paragens.

Para visitar o ponto 11, terá que deslocar-se até à zona da Boavista, pelo que é aconselhável a deslocação em viatura própria, autocarro, autocarro turístico ou metro.

A visita ao nº9 da Rua de São Miguel (ponto 8) está sujeita a marcação prévia. Mais se informa que no nº 9 desta rua funciona um lar de idosos, pertencente à paróquia da Vitória, pelo que, na sala onde se encontra o *ehal*, estarão dispostos símbolos representativos da religião católica.

A visita ao ponto 11 – Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim* – pressupõe marcação prévia, bem como o pagamento da entrada. O preço é de 5€/adulto e 2€/criança, podendo usufruir de descontos mediante apresentação de *vouchers* ou *Porto Card* (preços sujeitos a alterações por parte da Comunidade Israelita do Porto). Não se realizam visitas à sinagoga durante o *shabbat* (do anoitecer de sexta-feira até ao anoitecer de sábado) ou outros feriados judaicos. Para mais informações, por favor, contactar a sinagoga através de:

- Telemóvel: +351 911 768 596;
- E-mail: tourism@comunidade-israelita-porto.org.

5. Conclusão

O estudo aqui apresentado revelou-se uma oportunidade de penetrar num universo que exigiu não só um aprofundamento teórico, como uma síntese historiográfica. O cruzamento e equilíbrio entre as partes foram um desafio.

Terá ficado provado, ao longo desta dissertação, que a população judaica teve um cunho muito forte na história e no desenvolvimento da cidade do Porto, nos séculos que precederam o Édito de Expulsão, de 1496. A presença nos pólos de comércio da cidade é notória, não se limitando às muralhas da cidade, movendo-se para o rio, pólo de comércio por excelência. Marcaram presença em Sant'Ana, na Ribeira, em Miragaia, não se restringindo às muralhas da cidade, e, por ordem régia, na Cordoaria, onde foram restritos a uma judiaria fechada. Da segregação evidente tiraram partido, construindo boas casas, num bairro com ruas largas e arejadas, de causar espanto nos visitantes da cidade, e no qual vieram a acolher os seus correlegionários exilados de Espanha. Enfim, a sua história corre a par com a da cidade do Porto, que se desenvolveu, também ela, em torno do rio.

Com o édito de expulsão, de 1496, a população judaica do Porto sofre um rude golpe, que a precipita para a diáspora. Também a cidade sofre um golpe, económico e cultural, pois, além de perder a maior parte da população letrada e endinheirada, perde património cultural edificado, algum destruído, outro reconvertido para satisfazer novas necessidades; o certo é que se perderam as sinagogas, já para não falar nos objetos cultural e cientificamente valiosos, como os livros hebraicos.

A escassez de vestígios materiais da presença judaica na cidade espelha o vazio histórico, de quase 500 anos, dessa população, criado pela sua expulsão, pela instalação inquisitorial na cidade, e no país, e a consequente diáspora que se seguiu. A autenticidade da cidade do Porto como destino de turismo de raízes advém dessa escassez, que prova o impacte devastador da ação inquisitorial. Contrastante com esta realidade, aparece a Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*, fundada já no século XX, detendo, ainda hoje, o título de maior sinagoga da Península Ibérica. Apresenta-se, assim, como um novo pólo, dinamizador da reconstituição de uma identidade.

É esta história de obliteração, a par da localização da cidade na mítica *Sefarad*, que justifica a aposta num turismo de raízes judaicas, de memória, para os descendentes dos sefarditas em diáspora, e para os judeus em geral, que, como se pode constatar nos pontos 2.1.1 e 2.2 deste trabalho, procuram um significado maior nos destinos turísticos que visitam, pelo menos, naqueles que, de alguma forma, estão ligados à história do seu povo. Assim, talvez o turista judeu que visita o Porto consiga encontrar aqui, o “centro” de que fala Erik Cohen (1979). Ou talvez não o encontre num único destino, mas num conjunto de locais ligados à história dos judeus sefarditas.

Quanto à vocação turística da cidade do Porto, parece estar mais que provada, tendo sido nomeada por duas vezes Melhor Destino Europeu, e vendo aumentar o número de turistas que recebe de ano para ano. Nesta tendência inscreve-se uma atenção recente para o turismo judaico na cidade, com a abertura da sinagoga a visitas turísticas, a inserção da cidade na Rede de Judiarias de Portugal e a criação de um roteiro judaico para a cidade. Além disso, a oferta de um hotel com serviços *kosher* revela-se uma mais-valia, podendo apelar a uma franja mais exigente da população judaica. Considera-se, no entanto, que existe a necessidade de se empreenderem ações de restauro em certas zonas da cidade, neste caso específico, na zona de Miragaia e centro histórico. A degradação dos edifícios e, principalmente, das condições de vida da população, não parecem ser condizentes com o tipo de turismo que se pretende atrair à cidade, ou com qualquer tipo de atividade.

A inserção da cidade do Porto numa Rota Internacional da Diáspora Sefardita que envolva, além de Portugal e Espanha, os principais pontos de receção de emigrantes ibéricos, traria novas dinâmicas ao turismo da cidade, e uma maior visibilidade internacional, a um custo mais reduzido [vide capítulo 2.3]. Trata-se de uma ambição, que procura aprofundar as rotas já conhecidas. Palco de tensões, que continuam presentes, a procura dos percursos judaicos não deixa de ser um sinal de cruzamento de experiências culturais, as que alimentam, afinal, a razão de ser do homem de hoje.

Relativamente ao roteiro proposto para a cidade, este foca-se na dimensão pessoal da história dos judeus portugueses, enfatizando a sua importância na cidade e mencionando personalidades internacionalmente conhecidas, cuja origem é o Porto. Além disso, a sua organização cronológica ajuda a explicar o desenvolvimento económico da cidade. A inclusão da zona de Miragaia, que é mencionada no roteiro criado pela CIP e pelo

DMT, no itinerário proposto, é crucial neste roteiro de memória, pois é nessa zona que se encontram dois dos pouquíssimos vestígios materiais da presença judaica no Porto medieval. Infelizmente, a ausência da placa com inscrição hebraica aí encontrada ainda não foi colmatada, nem pela original, nem por uma réplica.

A existência de oferta complementar específica para turistas judaicos, como o Hotel da Música, com a sua cozinha *kosher*, e a Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*, a maior da Península Ibérica, que abre as portas a turistas judeus para as suas liturgias, mediante pedido prévio (Vaz, 2014), torna a cidade ainda mais atrativa, enquanto destino turístico para a população judaica internacional. Além disso, a cooperação entre as entidades locais e regionais de turismo e religiosa permitem ações concertadas e criadas de forma a não ferir perçeitos judaicos. A cooperação entre Portugal e Espanha, bem como a inserção de Portugal na AEPJ (e do Porto na RJP), permite uma abrangência mais eficiente da comunicação do património judaico portuense e português.

Por fim, a título de recomendação, seria interessante desenvolver-se um estudo mais aprofundado sobre a Rede de Judiarias de Portugal, apresentando propostas concretas para o seu desenvolvimento turístico. Na mesma ótica, seria importante fazer um levantamento do potencial turístico de cada país mencionado na proposta da Rota Internacional da Diáspora Sefardita, avaliando as ações de comunicação do património sefardita, e judaico como um todo, realizadas por cada um deles e apresentando propostas de parcerias entre eles, culminando na criação da rota propriamente dita.

Fontes e Bibliografia

Fontes Audiovisuais

ANDRADE, Domingos; PINTO, Ana (director de programas/ produção) (2013) – “Caminhos da História – O Porto dos Judeus: Actual sinagoga comemora 75 anos” [Programa Televisivo]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=zrAyzek1Ljg>. Consultado a 21 de janeiro de 2014.

Fontes citadas por outros autores

ABOAB, Imanuel (1629) – “Nomologia o Discursos Legales”, II parte, cap. 26, s/e.

CLIFFORD, James (1997) – “Routes: Travel and translation in the late twentieth century”. Cambridge, MA: Harvard University Press.

CUNHA, D. Rodrigo da (1742) – “Catálogo dos Bispos do Porto”. 2ª edição, Porto: Officina Portotypa Episcopal, I parte.

Nacional Council of Churches (2000) – “Great Pilgrimages”. Programa televisivo transmitido pela ABC, a 22 de outubro de 2000.

PEREIRA, Firmino [s. d.] – “O Porto de outros tempos”.

SAFRAN, William (1991) – “Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return.” *Diaspora*, vol. 1, nº 1, p. 83 – 99.

Fontes Impressas

BASTO, Artur Barros (1927a) – “Dias festivos israelitas”. *Ha-Lapid*, Porto, nº 2, p. 2 – 3. Disponível em: <http://www.rebordelo.net/cripto-judaismo/halapid/>. Consultado a 13 de março de 2014.

BASTO, Artur Barros (1927b) – “Marranussim (cripto-judeus)”. *Ha-Lapid*, Porto, nº1, p. 7 – 8. Disponível em: <http://www.rebordelo.net/cripto-judaismo/halapid/>. Consultado a 13 de março de 2014.

BASTO, Artur Barros (1927c) – “Leis de pureza alimentar”. *Ha-Lapíd*, Porto, nº4, p. 2. Disponível em: <http://www.rebordelo.net/cripto-judaismo/halapid/n004/P02.html>. Consultado a 13 de março de 2014.

Comunidade Israelita do Porto [s. d. a] – “Porto e os Judeus: Roteiro”. Disponível em: http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus_PT.pdf. Consultado a 21 de março de 2014.

Comunidade Israelita do Porto [s. d. b] – Panfleto com as Leis de Noé. Entregue na sinagoga, após a visita guiada de 18 de junho de 2014.

Comunidade Israelita do Porto [s. d. c] – Folheto publicitário sobre a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, fornecido após a visita guiada de 18 de junho de 2014.

Departamento de Turismo da Câmara Municipal do Porto (2014) – “Evolução dos visitantes nos Postos de Turismo e iPoints municipais (2010 – 2013).” Documento cedido pelo Departamento de Turismo da Câmara Municipal do Porto, via e-mail.

FRANCISCO, Luís (2011) – “As lágrimas deixam-se correr para dentro”. *Público* [em linha]. Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal/as-lagrimas-deixamse-correr-para-dentro-23435237>. Consultado a 22 de janeiro de 2014.

Jornal de Notícias (2014) – “*Cidade do Porto eleita como “Melhor Destino Europeu 2014”*” [em linha]. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=3684348. Consultado a 12 de setembro de 2014.

Lusa (2013) – “Portugal terá uma Rota das Judiarias, para reabilitar e divulgar cultura judaica”. *Público* [em linha]. Disponível em: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/portugal-tera-uma-rota-das-judiarias-para-reabilitar-e-divulgar-cultura-judaica-1601220>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

NETO, Raquel Relvas (2014) – “Hotel da Música adapta-se para receber turistas judaicos”. *Publituris* [em linha]. Disponível em: <http://www.publituris.pt/2014/04/01/hotel-da-musica-adapta-se-para-receber-turistas-judaicos/>. Consultado a 4 de abril de 2014.

PEREIRA, Ana Isabel (2013) – “Documentos sobre refugiados nos Porto vão para os EUA”. *Porto 24* [em linha]. Disponível em: http://www.porto24.pt/cidade/documentos-sobre-refugiados-apoiados-no-porto-vao-para-o-museu-do-holocausto-em-washington/#.Ukq_UINjGmB. Consultado a 8 de junho de 2014.

SILVER, Jim (2011) – “War hero who saved more lives than Schindler remembered at last”. *Bloomberg Luxury* [em linha]. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2011-07-18/schindler-style-hero-sousa-mendes-honored-after-erasure-from-war-history.html>. Consultado a 22 de janeiro de 2014.

Fontes Orais⁶²

CARDONA, Paula (2014) – Entrevista com a técnica superior do Departamento Municipal de Turismo, da Câmara Municipal do Porto, realizada a 11 de julho de 2014.

FILHO, Delfim (2014) – Entrevista com o director de operações do grupo hoteleiro Hoti Hotéis, realizada a 7 de agosto de 2014.

OSÓRIO, Isabel; FÉLIX, Orquídea (2014) – Entrevista com as técnicas superiores da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural, da Câmara Municipal do Porto, realizada a 18 de julho de 2014.

SOUSA, Marco (2014) – Entrevista com o administrador da Delegação de Turismo Religioso da entidade regional Turismo do Porto e Norte de Portugal, realizada a 23 de julho de 2014.

VAZ, Hugo (2014) – Entrevista com o responsável do departamento de turismo da Comunidade Israelita do Porto, realizada a 21 de julho de 2014.

Bibliografia

AEPJ (Association Européenne pour la Préservation du Patrimoine Juif/ European Association for the Preservation and Promotion of Jewish Culture and Heritage) [s. d. a] – “*The AEPJ welcomes new members*” [em linha]. Disponível em: <http://www.jewishheritage.org/jh/contents.php?lang=1&s=2>. Consultado a 23 de janeiro de 2014.

⁶² As entrevistas não se encontram transcritas em anexo, por não se ter obtido permissão para a sua gravação.

AEPJ (Association Européenne pour la Préservation du Patrimoine Juif/ European Association for the Preservation and Promotion of Jewish Culture and Heritage) [s. d. b] – “*European Routes of Jewish Heritage*” [em linha]. Disponível em : <http://www.jewishheritage.org/jh/routes.php>. Consultado a 15 de agosto de 2014.

BASTO, Artur Carlos de Barros (1929) – “Os Judeus no Velho Porto”. Separata da Revista de Estudos Hebraicos, volumes I e II. Lisboa: Instituto de Estudos Hebraicos de Portugal, p. 1 – 113.

BASU, Paul (2004) – “Route Metaphors of ‘roots-tourism’ in the Scottish Highland Diaspora” in “Reframing Pilgrimage: Cultures in motion”, edição de COLEMAN, Simon e EADE, John, Londres e Nova York: Routledge, p. 150 – 174. Disponível em: https://www.academia.edu/7238431/Route_Metaphors_of_Roots-Tourism_in_the_Scottish_Highland_Diaspora. Consultado a 15 de julho de 2014.

BASU, Paul (2005) – “Roots-tourism as return movement: semantics and the Scottish diaspora” in “Emigrant Homecomings: The Return Movement of Emigrants, 1600 – 2000”, edição de HARPER, Marjory, Manchester: Manchester University Press, p. 131 – 150. Disponível em: https://www.academia.edu/3004427/Roots-Tourism_as_Return_Movement_Semantics_and_the_Scottish_Diaspora. Consultado a 16 de julho de 2014.

BATISTA, Cláudio Magalhães (2005) – “Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural”. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 5, nº3, p. 27 – 33. ISSN: 1677 – 6976. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=93&path%5B%5D=88>. Consultado a 22 de janeiro de 2014.

BENBASSA, Esther; RODRIGUE, Aron (2000) – “História dos Sefarditas – De Toledo a Salónica”. Traduzido por Luís Couceiro Feio. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972 – 771 – 386 – 6.

BEN-RAFAEL, Eliezer (2013) – “Diaspora”. *Current Sociology*, vol. 61, nº 5-6, p. 842 – 861. ISSN: 0011 – 3921. Disponível em: <http://csi.sagepub.com/content/61/5-6/842.full.pdf+html>. Consultado a 23 de janeiro de 2014.

BUHALIS, Dimitrios (2008) – “Information Technology in Tourism” in COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen (2008) – “Tourism: Principles and Practice”. Londres: Prentice Hall, 4ª edição, p. 622 – 652. ISBN: 978 – 0 – 273 – 71126 – 1.

Câmara Municipal de Belmonte [s. d. a] – “*História*” [em linha]. Disponível em: <http://cm-belmonte.com/?q=node/15>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

Câmara Municipal de Belmonte [s. d. b] – “*História de Belmonte*” [em linha]. Disponível em: <http://cm-belmonte.com/?q=node/92>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

Câmara Municipal de Belmonte [s. d. c] – “*Comunidade Judaica*” [em linha]. Disponível em: <http://cm-belmonte.com/?q=node/5>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

Câmara Municipal de Belmonte [s. d. d] – “*Museu Judaico de Belmonte*” [em linha]. Disponível em: <http://cm-belmonte.com/?q=node/126>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

Câmara Municipal de Belmonte [s. d. e] – “*Agenda Cultural*” [em linha]. Disponível em: <http://cm-belmonte.com/?q=node/148>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

Câmara Municipal de Belmonte [s. d. f] – “*IV Mercado Kosher*” [em linha]. Disponível em: <http://cm-belmonte.com/?q=node/213>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

CLIFFORD, James (1994) – “Diasporas”. *Cultural Anthropology*, vol. 9, nº 3, p. 302 – 338. ISSN: 0886 – 7356. Disponível em: http://wayneandwax.com/pdfs/clifford_diasporas.pdf. Consultado a 23 de janeiro de 2014.

COHEN, Erik (1979) – “A Phenomology of Tourist Experiences”. *Sociology*, vol. 13, nº 2, p. 179 – 201. ISSN: 1469 – 8684. Disponível em: <http://soc.sagepub.com/content/13/2/179.full.pdf+html>. Consultado a 25 de junho de 2014.

COHEN, Erik H. (2003) – “Tourism and Religion: A Case Study – Visiting Students in Israeli Universities”. *Journal of Travel Research*, vol. 42, nº 1, p. 36 – 47. ISSN: 1552 –

6763. Disponível em: <http://jtr.sagepub.com/content/42/1/36.full.pdf+html>. Consultado a 23 de janeiro de 2014.

Council of Europe (2012) – “25 years of Council of Europe Cultural Routes” [em linha]. Disponível em: <http://hub.coe.int/en/web/coe-portal/cultural-routes-forum-2012>. Consultado a 23 de janeiro de 2014.

Council of Europe [s. d.] – “The European Route of Jewish Heritage” [em linha]. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/routes/jewish_en.asp. Consultado a 23 de janeiro de 2014.

COUTO, Dejanirah (2009) – “Istambul” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 285 – 289. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

COUTO, João; FAIAS, Carlos; FAIAS, Cláudia (2009) – “Marketing Turístico: Conceitos e Tendências”. [s.l.]: Universidade dos Açores/ CEEAplA. ISBN: 978 – 972 – 8612 – 48 – 1.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (2006) – “Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares” in “Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer”, coordenação de FONSECA, Maria Lucinda, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 269 – 278. ISBN: 972 – 636 – 169 – 9.

DIAS, Geraldo Coelho (2009a) – “Expulsão” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 231. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

DIAS, Geraldo Coelho (2009b) – “Comunas Medievais” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 167 – 168. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho (1983) – “O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus – Por uma dobra e um açougue – “. *Humanística e Teologia*, Porto: Instituto de Ciências Humanas e Teológicas do Porto, tomo IV, fasc. 3, p. 321 – 358.

DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho (1984) – “Vestígios da Presença Judaica no Porto”. Separata de *Arqueologia*, Porto: [s.n.], nº 10, p. 50 – 56.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (2003) – “Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade” in “Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem – Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno”, vol III, coordenação de FONSECA, Luís Adão da; MARIA, Luís Carlos Amaral; SANTOS, Fernanda Ferreira, Porto: Livraria Civilização Editora, p. 425 – 440. ISBN: 972 – 26 – 2136 – X. Disponível em: http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/GT9VT33U9PQEK44I1TJFCG27G9X4HS.pdf. Consultado a 7 de fevereiro de 2014.

DRULE, Alexandra M.; CHIS, Alexandru; BACILA, Mihai F.; CIORNEA, Raluca (2012) – “A new perspective of non-religious motivations of visitors to sacred sites: evidence from Romania”. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, vol. 62, p. 431 – 435. ISSN: 1877 – 0428. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812035112>. Consultado a 7 de outubro de 2013.

Facebook [s. d.] – “*Red de Juderías de España – Caminos de Sefarad*” [em linha]. Disponível em: <https://www.facebook.com/redjuderias?fref=ts>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

Fight Hatred: Jabotinsky International Center (2011) – *Barros Basto: Fighter against Portuguese Hatred towards Jewish in the 1920-30's* [em linha]. Disponível em: <http://www.fighthatred.com/historical-events/fighters-against-hate/928-barros-basto-fighter-against-portuguese-hatred-towards-jews-in-the-1920-30s>. Consultado em 22 de janeiro de 2014.

FINNEY, R. Zachary; ORNWIG, Robert A.; SPAKE, Deborah F. (2009) – “Lotus – Eaters, Pilgrims, Seekers, and Accidental Tourists: How different Travelers Consume the Sacred and the Profane”. *Services Marketing Quarterly*, vol. 30, nº 2, p. 148 – 173. ISSN: 1533 – 2977. Disponível em:

<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/15332960802619181>. Consultado a 7 de outubro de 2013.

FRAYSSE, Patrick; ROUX, Sabine; COURBIERES, Caroline (2009) – “A rota como memória”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, vol. 14, número especial, p. 93 – 104. ISSN: 1413 – 9936. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a07v14nspe.pdf>. Consultado a 20 de julho de 2014.

Fundação Aristides de Sousa Mendes [s.d.] – *Aristides de Sousa Mendes* [em linha]. Disponível em: http://www.fundacaoaristidesdesousamendes.com/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=53&lang=pt. Consultado a 22 de janeiro de 2014.

FYALL, Alan; WANHILL, Stephen (2008) – “Attractions” in COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen (2008) – “Tourism: Principles and Practice”. Londres: Prentice Hall, 4ª edição, p.308 – 341. ISBN: 978 – 0 – 273 – 71126 – 1.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Viktor; NOTAKER, Henry (2002) – “O Livro das Religiões”. Traduzido por Ana Paula Tanque. Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972 – 23 – 2842 – 5.

GILBERT, David (2008a) – “Managing Marketing for Tourism” in COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen (2008) – “Tourism: Principles and Practice”. Londres: Prentice Hall, 4ª edição, p. 510 – 544. ISBN: 978 – 0 – 273 – 71126 – 1.

GILBERT, David (2008b) – “Marketing Planning” in COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen (2008) – “Tourism: Principles and Practice”. Londres: Prentice Hall, 4ª edição, p.546 – 574. ISBN: 978 – 0 – 273 – 71126 – 1.

GILBERT, David (2008c) – “Marketing Mix Applications” in COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen (2008) – “Tourism: Principles and Practice”. Londres: Prentice Hall, 4ª edição, p. 576 – 621. ISBN: 978 – 0 – 273 – 71126 – 1.

GONZÁLEZ, Ruben C. Lois (2013) – The Camino de Santiago and its contemporary renewal: pilgrims, tourists and territorial identities. *Culture and Religion: An Interdisciplinary Journal*, vol. 14, nº1, p.1 – 15. ISSN 1475 – 5629. DOI: 10.1080/14755610.2012.756406. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14755610.2012.756406#.U8qerONdV9g>. Consultado a 27 de janeiro de 2013.

GONZÁLEZ, Ruben C. Lois; LOPEZ, Lucrezia (2012) – El Camino de Santiago: una aproximación a su carácter polisémico desde la geografía cultural y el turismo. *Documents d'anàlisi geogràfica*, vol. 58, nº 3, p. 459 – 479. ISSN 0212 – 1573. Disponível em: http://ddd.uab.cat/pub/dag/dag_a2012m9-12v58n3/dag_a2012m9-12v58n3p459.pdf. Consultado a 13 de dezembro de 2012.

GUICHARD, François (2000) – “O Porto no Século XX” in “História do Porto”, direcção de RAMOS, Luís A. Oliveira, Porto: Porto Editora, 3ª edição, p. 522 – 637.

HAYOUN, Maurice-Ruben (2007) – “O Judaísmo”. Traduzido por Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Editorial Teorema. ISBN: 978 – 972 – 695 – 726 – 3.

HIGGINBOTHAM, Gregory (2012) – “Seeking roots and tracing lineages: constructing a framework of reference for roots and genealogical tourism”. *Journal of Heritage Tourism*, vol. 7, nº 3, p. 189 – 203. ISSN: 1747 – 6631. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1743873X.2012.669765>. Consultado a 11 de julho de 2014.

HUGHES, K.; BOND, M.; BALLANTINE, R. (2013) – “Designing and managing interpretative experiences at religious sites: Visitors’ perceptions of Canterbury Cathedral”. *Tourism Management*, vol.36, p. 210 – 220. ISSN: 0261 – 5177. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517712002385>. Consultado a 7 de outubro de 2013.

I amsterdam [s. d. a] – “*In the footsteps of Anne Frank*” [em linha]. Disponível em: <http://www.iamsterdam.com/en-GB/experience/about-amsterdam/history-and-society/anne-frank>. Consultado a 5 de setembro de 2014.

I amsterdam [s. d. b] – “*Portuguese Synagogue*” [em linha]. Disponível em: <http://www.iamsterdam.com/en-GB/Ndtrc/Portuguese%20Synagoge>. Consultado a 5 de setembro de 2014.

IORIO, Monica; CORSALE, Andrea (2013) – “Diaspora and Tourism: Transylvanian Saxons visiting the Homeland”. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, vol. 15, nº 2, p. 198 – 232. ISSN: 1470 – 1340. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14616688.2012.647327>. Consultado a 16 de julho de 2014.

KAPLAN, Yosef (2009a) – “Conversão, conversos” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 174 – 176. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

KAPLAN, Yosef (2009b) – “Marrano/Marranismo (Etimologia)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 343 – 344. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

KAPLAN, Yosef (2009c) – “Amesterdão” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 40 – 44. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

KAPLAN, Yosef (2009d) – “Antuérpia” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 56 – 57. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

KOTLER, Philip (2003) – “Marketing Management”, Nova Jersey: Prentice Hall, 11ª edição. ISBN: 0 – 13 – 049715 – 0.

KRAKOVER, Shaul (2012) – “Coordinated marketing and dissemination of knowledge: Jewish heritage tourism in Serra da Estrela, Portugal”. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 17/18, p. 11 – 16. ISSN: 1645 – 9261. Disponível em: www.researchgate.net. Consultado a 10 de agosto de 2014.

LE GOFF, Jacques (1990) – “História e Memória”. Traduzido por Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP. ISBN: 85 – 268 – 0180 – 5.

LEITE, Naomi (2005) – “Travels to an Acestral Past: on Diasporic Tourism, Embodied Memory, and Identity.” *ANTROPOLógicas*, nº 9, p. 273 – 302. ISSN: 2182 – 2913. Disponível em: http://www.academia.edu/2412068/Travels_to_an_Ancestral_Past_On_Diasporic_Tourism_Embodied_Memory_and_Identity_2005_. Consultado a 1 de novembro de 2013.

LEITE, Naomi (2007) – “Materializing Absence: Tourists, Surrogates, and the Making of ‘Jewish Portugal’” *in* Things That Move: The Material Worlds of Tourism and Travel (Conference Proceedings), ed. Mike Robinson. Leeds: Centre for Tourism and Cultural Change, [p. 1 – 21]. Disponível em: http://www.academia.edu/1503093/Materializing_Absence_Tourists_Surrogates_and_the_Making_of_Jewish_Portugal_2007_. Consultado em 15 de janeiro de 2014.

LEV ARI, Lilach; MITTELBERG, David (2008) – “Between Authenticity and Ethnicity: Heritage Tourism and Re-ethnification Among Diaspora Jewish Youth”. *Journal of Heritage Tourism*, vol. 3, nº 2, p. 79 – 103. ISSN: 1747 – 6631. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17438730802138097>. Consultado a 16 de julho de 2014.

LING, Trevor (1994) – “História das Religiões”. Traduzido por Maria José de La Fuente. Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972 – 23 – 1766 – 0.

LOURENS, Marlien (2007) – “Route tourism: a roadmap for successful destinations and local economy development”. *Development Southern Africa*, vol. 24, nº 3, p.475 – 490. ISSN: 1470 – 3637. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03768350701445574#.U_UPLsVdV9i. Consultado a 22 de julho de 2014.

LUZZATI, Sonia Brunetti; ROCCA, Roberto Della (2011) – “Judaísmo I”. Traduzido por Vítor Manuel Gomes dos Santos e Manuel del Pino. [s.l.]: MEDIApromo, Lda. ISBN: 978 – 989 – 8479 – 06 – 8.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo (2006) – “Patrimônio, Memória e Turismo: um exercício do olhar.” *Perspectivas*

Contemporâneas, Campo Mourão, Vol. 1, nº 1, [p. 1 – 13]. ISSN: 1980 – 0193. Disponível em: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/359/166>. Consultado a 21 de janeiro de 2014.

MARTINS, Jorge (2006a) – “Portugal e os Judeus – Volume I – Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina”. Lisboa: Nova Vega. ISBN: 972 – 699 – 841 – 7.

MARTINS, Jorge (2006b) – “Portugal e os Judeus – Volume II – Do ressurgimento das comunidades judaicas à Primeira República”. Lisboa: Nova Vega. ISBN: 972 – 699 – 846 – 8.

MARTINS, Jorge (2006c) – “Portugal e os Judeus – Volume III – Judaísmo e anti-semitismo no século XX”. Lisboa: Nova Vega. ISBN: 972 – 699 – 847 – 6.

MARTINS, Jorge (2008) – “A emancipação dos judeus em Portugal”. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 8, p. 63 – 84. ISSN: 1645 – 1910. Disponível em: http://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/15/Jorge_Martins.pdf. Consultado a 22 de janeiro de 2014.

MARTINS, Luís Paulo Saldanha (2006) – “Um velho Porto para novos turistas” in “Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer”, coordenação de FONSECA, Maria Lucinda, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 279 – 296. ISBN: 972 – 636 – 169 – 9.

MATEUS, Susana Bastos; PINTO, Paulo Mendes (2007) – “Lisboa, 19 de Abril de 1506 – O Massacre dos Judeus”. Lisboa: Alêtheia Editores. ISBN: 978 – 989 – 622 – 083 – 9.

MEA, Elvira Azevedo (1979) – “A inquisição do Porto”. *Revista de História*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 02, p. 215 – 227. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6336.pdf>. Consultado a 20 de dezembro de 2013.

MEA, Elvira Azevedo (2002) – “A rotura das comunidades Cristãs-Novas do litoral: século XVII” in *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI-XVIII): actas*. Coordenação de AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSSWALD, Maria Helena. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro Leonardo Coimbra, p. 263 –

273. ISBN: 972-8444-06-0. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8062.pdf>. Consultado a 15 de janeiro de 2014.

MEA, Elvira Azevedo (2003) – “Judeus e Cristãos-Novos em Portugal”. Separata de *Minorias étnicas e religiosas em Portugal – História e actualidade*: actas: curso de Inverno 9-11 de Janeiro de 2002. Coimbra: Instituto de História Económica e Social: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 125 – 138.

MEA, Elvira de Azevedo (2009a) – “Porto” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 425 – 427. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

MEA, Elvira de Azevedo (2009b) – “Estatuto de Limpeza de Sangue” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 224. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

MEA, Elvira de Azevedo (2009c) – “Criptojudaísmo – Práticas e costumes” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 186 – 187. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

MEA, Elvira de Azevedo; STEINHARDT, Inácio (1997) – “Ben-Rosh. Biografia do Capitão Barros Basto, o Apóstolo dos Marranos”. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 972 – 36 – 0436 – 1.

MENDONÇA, José Tolentino (2014) – “Prefácio: O Caminho Leve” in SMITH, Huston (2014) – “A Essência das Religiões: A Sabedoria das Grandes Tradições Religiosas – volume 5 – Judaísmo”. Traduzido por Maria João da Rocha Afonso. Alfragide: Lua de Papel., p. 7 – 10.

MORENO, Humberto Baquero (1978) – “Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV”. *Revista de História*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº 1, p. 7 – 38. Disponível em: http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/BDFLDF4XUCP7MVNYYVX3U6TN6UYNYJ.pdf. Consultado a 12 de fevereiro de 2014.

MORENO, Humberto Baquero (1993) – “Os Judeus Portuenses nos séculos XV e XVI”. Separata da Revista de Ciências Históricas. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, vol. VIII, p. 55 – 64.

MOULIN, Claude; BONIFACE, Priscille (2001) – “Routeing Heritage for Tourism: making heritage and cultural tourism networks for socio-economic development”. *International Journal of Heritage Studies*, vol. 7, nº 3, p. 237 – 248. ISSN: 1470 – 3610.

Disponível em:

http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13527250120079411#.U_usKsVdV9g.

Consultado a 22 de julho de 2014.

MUCZNIK, Esther (2009a) – “Judaísmo” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNIK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 296 – 298. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

MUCZNIK, Esther (2009b) – “Asquenazita” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNIK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 59 – 61. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

MUCZNIK, Esther [s. d.] – “Comunidade Israelita de Lisboa” [em linha]. Disponível em: <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/comunidade-israelita-de-lisboa>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

MUCZNIK, Lúcia Liba (2009c) – “Sefarad/Sefardita” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNIK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 497 – 498. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

MUCZNIK, Lúcia Liba (2009d) – “Talmude” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNIK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 521. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

MURRAY, Michael; GRAHAM, Brian (1997) – “Exploring the dialectics of route-based tourism: the Camino de Santiago”. *Tourism Management*, vol. 18, nº 8 p. 513 –

524. ISSN 0261 – 5177. Disponível em:
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517797000757>. Consultado a 12 de dezembro de 2012.

ORFALI, Moisés (2009) – “Aboab, Imanuel (1555 – 1628)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 20. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard; AIREY, David (2003) – “Tourism, Religion and Religiosity: A Holy Mess”. *Current Issues in Tourism*, vol. 6, nº 4, p. 340 – 363. ISSN: 1747 – 7603. Disponível em:
<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13683500308667960>. Consultado a 7 de outubro de 2013.

Porto Canal (2013) – *Turismo Porto e Norte aposta em turismo religioso judaico promovendo sinagoga* [em linha]. Disponível em:
<http://portocanal.sapo.pt/noticia/3449/>. Consultado a 21 de Setembro de 2013.

Porto Turismo [s. d.] – *Sinagoga Kadoorie Mekor Haim (Porto)* [em linha]. Disponível em: <http://www.portoturismo.pt/visitar/paginas/descobrir/DetalhesPOL.aspx?POI=630>. Consultado a 22 de janeiro de 2014.

RAMOS, Manuel João (2003) – “E Tudo o Fumo Levou: As Memórias e as Identidades” in “A Matéria do Património – Memórias e Identidades”, coordenação de RAMOS, Manuel João, Lisboa: Edições Colibri, p. 47 – 57. ISBN: 972 – 772 – 439 – 6.

RICHARDS, Greg; FERNANDES, Carlos (2007) – “Religious Tourism in Northern Portugal” in “Cultural Tourism: Global and Local Perspectives”, edição de RICHARDS, Greg, Haworth Hospitality Press, p. 215 – 238. ISBN: 978 – 078 – 903 – 117 – 4. Disponível em:
https://www.academia.edu/2040927/Religious_tourism_in_Northern_Portugal. Consultado a 16 de julho de 2014.

RJP – Rede de Judiarias de Portugal [s. d. a] – “Home” [em linha]. Disponível em: <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

RJP – Rede de Judiarias de Portugal [s. d. b] – “*O primeiro ano da Rede de Judiarias de Portugal*” [em linha]. Disponível em: <http://www.redejudiariasportugal.com/news/1/>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

RJP – Rede de Judiarias de Portugal [s. d. c] – “*Comunidade Judaica de Belmonte*” [em linha]. Disponível em: <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/comunidade-judaica-de-belmonte>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

RUSSO, Antonio Paolo; ROMAGOSA, Francesc (2010) – “The network of Spanish Jewries: in praise of connecting and sharing heritage”. *Journal of Heritage Tourism*, vol. 5, nº 2, p. 141 – 156. ISSN: 1747 – 6631. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17438730903576104#.U_u5vMVdV9g. Consultado a 25 de julho de 2014.

SALOMON, Herman Prins (2009a) – “«Hagadá»” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 250 – 251. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

SALOMON, Herman Prins (2009b) – “Costa, Uriel da” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 181 – 184. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

SALOMON, Herman Prins (2009c) – “Silva, Samuel da” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 510 – 511. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

SERRA CANTALLOPS, Antoni (2002) – “Marketing Turístico”. Madrid: Ediciones Pirámide. ISBN: 84 – 368 – 1653 – 6.

SILVA, César Santos (2014) – “Na Rota dos Judeus no Porto”. Porto: Cordão de Leitura. ISBN: 978 – 989 – 8574 – 22 – 0.

SILVA, Francisco Ribeiro da (2000) – “Tempos Modernos” in “História do Porto”, direcção de RAMOS, Luís A. Oliveira, Porto: Porto Editora, 3ª edição, p. 254 – 375.

SIMONE-CHARTERIS, Maria T.; BOYD, Stephen W. (2010) – “The Development of religious heritage tourism in Northern Ireland: Opportunities, benefits and obstacles”. *Tourism: An Interdisciplinary Journal*, vol. 58, nº 3, p. 229 – 257. ISSN: 1332 – 7461. Disponível em: http://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clanak_jezik=94049. Consultado a 9 de outubro de 2013.

SIQUEIRA, Sónia (2009) – “Brasil” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 121 – 124. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

SMITH, Huston (2014) – “A Essência das Religiões: A Sabedoria das Grandes Tradições Religiosas – volume 5 – Judaísmo”. Traduzido por Maria João da Rocha Afonso. Alfragide: Lua de Papel.

SOUSA, Armindo (2000) – “Tempos Medievais” in “História do Porto”, direcção de RAMOS, Luís A. Oliveira, Porto: Porto Editora, 3ª edição, p. 118 – 253.

SOYER, François (2013) – “A Perseguição aos Judeus e Muçulmanos de Portugal. D. Manuel I e o fim da Tolerância Religiosa (1496 – 1497)”. Traduzido por Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN: 978 – 972 – 44 – 1709 – 7.

STEINHARDT, Inácio (2009a) – “«Bet-din» (heb., lit. «casa do julgamento»)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 107 – 108. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009b) – “«Brit-milá» (heb., «aliança da circuncisão»)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 125. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009c) – “Cacherut” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 132 – 133. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009d) – “«Sheh’itá», «Shoh’et» (heb., «matança», «magarefe»)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 507. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009e) – “«Bet-Midrash» (heb., «casa de ensino»)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 109. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009f) – “«Bet-Knesset» (heb., «casa da assembleia», também «bet-haknesset»)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 108 – 109. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009g) – “Festas Religiosas Judaicas” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 237 – 238. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009h) – “Jejum (em heb. «taanit», de «inui», tormento)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 291 – 292. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009i) – “Kipur (também Quipur, Yom Kipur e Yom HaKipurim, em heb. Dia da Expição)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 303 – 304. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009j) – “«Mezuzá» (heb., ombreira da porta)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 366. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009k) – “«Mikvé» (heb., «concentração das águas)” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 366 – 367. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009l) – “Pessah’ (do heb. «passah», «transpôs», «passou além») in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 414 – 415. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

STEINHARDT, Inácio (2009m) – “Rosh Hashaná (heb., «cabeça do ano», princípio do ano) ” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 470 – 471. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

TAVARES, Maria José Ferro (1995) – “Os Judeus na Época dos Descobrimentos”. Mafra: ELO – Publicidade, Artes Gráficas, Lda. ISBN: 972 – 9181 – 39 – X.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1982) – “Os Judeus em Portugal no Século XV”. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Doutoramento em História, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva (2009a) – “Purim” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 428 – 429. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva (2009b) – “Fez” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK; Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 238 – 239. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

TILSON, Donn James (2005) – “Religious – spiritual Tourism and Promotional Campaigning: A Church – State partnership for St. James and Spain.” *Journal of Hospitality & Leisure Marketing*, vol. 12, nº 1 – 2 p. 9 – 40. ISSN: 1541 – 0897.
Disponível em:

http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J150v12n01_03#.U6se5JRdXzI.

Consultado a 13 de dezembro de 2012.

Turismo de Portugal, I.P. (2013) – *PENT: Plano Estratégico Nacional de Turismo. Revisão e Objetivos 2013 – 2015* [em linha]. Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/pol%C3%ADticasestrat%C3%A9gicas/Documents/PENT_04Out_WEB.pdf. Consultado a 07 de outubro de 2013 e 19 de janeiro de 2014.

UNESCO [s. d.] – “*Historic Centre of Oporto*” [em linha]. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/755>. Consultado a 12 de setembro de 2014.

USHMM – United States Holocaust Memorial Museum [s. d.] – A “*Noite dos Cristais*” [em linha]. Disponível em: <http://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007697>. Consultado a 19 de maio de 2014.

VIEIRA, Sónia (2013) – “O ensino do Holocausto Nazi (Shoá) e a filosofia educativa do Yad Vashem”. *Quid Novi?*, Torres Novas: Escola Superior de Educação de Torres Novas, vol. II, nº 1, p. 343 – 350. Disponível em: http://www.esetn.pt/revista/2_11_artigo.pdf. Consultado a 15 de janeiro de 2014.

Visit Lisboa [s. d.] – “*Sinagoga Shaaré Tikvah*” [em linha]. Disponível em: <http://www.visitlisboa.com/Conteudos/Entidades/Monumentos/SINAGOGA-SHAARE-TIKVAH.aspx?returnUrl=5a5d0557-338f-46fe-a71c-77a809c93f27>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

Visit Porto [s. d. a] – “*Comunidade Judaica*” [em linha]. Disponível em: <http://www.visitporto.travel/MaisPorto/Paginas/Cidade/artigo.aspx?artigo=171>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

Visit Porto [s. d. b] – “*Sinagoga Kadoorie Mekor Haim (Porto)*” [em linha]. Disponível em: <http://www.visitporto.travel/Visitar/Paginas/Descobrir/detalhespoi.aspx?POI=630>. Consultado a 30 de agosto de 2014.

WRIGHT, Jon [s. d. a] – “*Architectural Modernism in European Synagogues*” [em linha]. Disponível em: <http://www.jewishheritage.org/jh/routes.php>. Consultado a 23 de janeiro de 2014.

WRIGHT, Jon [s. d. b] – “*The Wooden Synagogues of Central and Eastern Europe*” [em linha]. Disponível em: <http://www.jewishheritage.org/jh/routes.php#item1>. Consultado a 23 de janeiro de 2014.

WRIGHT, Jon [s. d. c] – “*Women in Judaism*” [em linha]. Disponível em: <http://www.jewishheritage.org/jh/routes.php#item1>. Consultado a 23 de agosto de 2014.

Yad Vashem [s. d.] – *The Insubordinate Consul: Aristides de Sousa Mendes* [em linha]. Disponível em: <http://www.yadvashem.org/yv/en/righteous/stories/mendes.asp>. Consultado a 27 de janeiro de 2014.

ZDIARA, Kevin (2012) – “Justice at last for “Portuguese Dreyfus”, Artur de Barros Basto”. *Arutz Sheva: Israel National News* [em linha]. Disponível em: <http://www.israelnationalnews.com/News/News.aspx/159136#.UuAcgtKp3Dc>. Consultado a 22 de janeiro de 2014.

ZORATTINI, Pier Cesare Ioly (2009) – “Veneza” in “Dicionário do Judaísmo Português”, coordenação de MUCZNICK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto Rodrigues; MUCZNICK, Esther; MEA, Elvira de Azevedo, Lisboa: Editorial Presença, p. 539 – 540. ISBN: 978 – 972 – 23 – 4092 – 2.

Cronologia

300s	Primeiras evidências da presença judaica na Península Ibérica. (Mateus & Pinto, 2007)
400s	Primeiras evidências da presença judaica em Portugal. (Mateus & Pinto, 2007)
506	É implementado o Primeiro Código Visigótico, que incluía medidas de segregação de judeus. (Mateus & Pinto, 2007)
711	Início do domínio muçulmano em Portugal, sob o qual floresce a comunidade judaica. (Benbassa & Rodrigue, 2000)
1085	É tomada a cidade de Toledo, dando-se início à Reconquista Cristã. (Benbassa & Rodrigue, 2000)
1386	É criada a judiaria do Olival. (Ramos, 2000; Sousa, 2000)
1410	É doado, por D. João I, o terreno da judiaria de Monchique, a Gil Vasques da Cunha, no qual será construído um convento em 1535. (Dias, 1983)
1481	É estabelecida a Inquisição em Sevilha (Espanha), levando à imigração dos judeus espanhóis para Portugal. (Tavares, 1995; Benbassa & Rodrigue, 2000)
1492	30 de março: É assinado o édito de expulsão dos judeus, pelos reis espanhóis, em Granada (Espanha). É concedido o direito de residência permanente às famílias judias ricas espanholas, a troco de uma quantia em dinheiro, por D. João II. (Benbassa & Rodrigue, 2000) A judiaria do Olival recebe 30 famílias expulsas de Espanha. (Dias, 2003)
1495	D. Manuel sucede D. João II ao trono de Portugal. Com o intuito de unir as coroas de Portugal e Espanha, procura contrair matrimónio com D. Isabel, filha dos reis católicos. O pedido é aceite sob a condição de que os judeus sejam expulsos de Portugal. (Paulo, 1985. Citado por Malheiros, 2012)
1496	30 de novembro: É promulgada a lei que ordena judeus e muçulmanos a converterem-se ao cristianismo ou a abandonarem o país, sob pena de morte. (Paulo, 1985. Citado por Malheiros, 2012)
1497	Páscoa: Édito de Expulsão transforma-se em conversão forçada.
1506	19 de abril: Ocorre o “Massacre dos judeus” – acontecimento histórico em que um movimento espontâneo de milhares de pessoas enfurecidas perseguiu os cristãos-novos, resultando em cerca de 4000 mortos. (Mateus & Pinto, 2007)
1535	12 de novembro: Bula papal, de Paulo III, autoriza a fundação do Convento de Madre de Deus de Monchique, convertendo-se, assim, a Sinagoga de Monchique no dito convento. (Basto, 1929)
1541	É estabelecido um Tribunal do Santo Ofício, no Porto, abrangendo o bispado do Porto e o arcebispado de Braga. (Mea, 1979)
1543	É realizado o primeiro auto-de-fé na cidade do Porto. (Ramos, 2000)
1544	É realizado o segundo auto-de-fé na cidade do Porto, no Campo da porta do Olival. (Ramos, 2000; Mea, 1979) É estabelecido, na Rua Escura, um novo cárcere para os presos do Tribunal do Santo Ofício do Porto. (Mea, 1979)
1547	É implantado, definitivamente, o Tribunal da Inquisição em Portugal. (Benbassa & Rodrigue, 2000) Fim da Inquisição do Porto, em concordância com a bula do Papa Paulo III. (Mea, 1979)
1916	Portugal entra na Grande Guerra. (Ramos, 2000)
1918	Fim da Grande Guerra. (Ramos, 2000)
1926	É constituído um Comité Internacional para ajudar no retorno dos marranos.

	(Malheiros, 2012)
1927	Inauguração de uma primeira sinagoga no Porto. (Ramos, 2000; Basto, 1927,nº4) É fundado o jornal Ha-Lapid (O Facho), “que promovia a causa dos marranos através de notícias e divulgação de ensinamentos judaicos.” (Silva, M., 2008, 3. Citado por Malheiros, 2012, 25)
1933	Ascensão do partido nazi ao poder (Alemanha). (Vieira, 2013)
1935	Publicação das Leis de Nuremberga (Alemanha). (Vieira, 2013)
1938	“Noite dos Cristais”.
1939	Início da Segunda Guerra Mundial. (Ramos, 2000)
1942	Operação Barbarossa – ataque massivo à União Soviética, com o intuito de eliminar os judeus soviéticos. (Vieira, 2013)
1945	Fim da Segunda Guerra Mundial. (Ramos, 2000)
1948	14 de maio: É estabelecido o Estado de Israel. (Vieira, 2013)
1949	É fundado o Museu dos Combatentes dos Guetos na Galileia Ocidental. (Vieira, 2013)
1953	É estabelecida a criação de um centro de comemoração, investigação, documentação e educação do Holocausto Nazi – <i>Yad Vashem</i> . (Vieira, 2013)
1966	18 de outubro: Aristides de Sousa Mendes é reconhecido como “Justo entre as Nações”. (Yad Vashem, s.d.)
1993	Nasce a Escola Internacional para os Estudos sobre o Holocausto do Instituto Yad Vashem. (Vieira, 2013)
1994	É fundada a Associação Portuguesa dos Estudos Judaicos. (Vieira, 2013)
1996	É colocada uma lápide comemorativa, para recordar a presença dos judeus, na parede nascente do Mosteiro de S. Bento da Vitória. (Dias, 2003)
2005	1de novembro: ONU aprova a resolução 60/7 que designa o dia 27 de janeiro como o Dia Internacional da Comemoração em Memória das Vítimas do Holocausto Nazi. (Vieira, 2013)

Anexos

Anexo I

Judiarias do Porto medieval. Figura e respetiva legenda presentes na obra “*Os Judeus em Portugal no século XV*” de Maria José Pimenta Tavares (1982: 66 – 67)

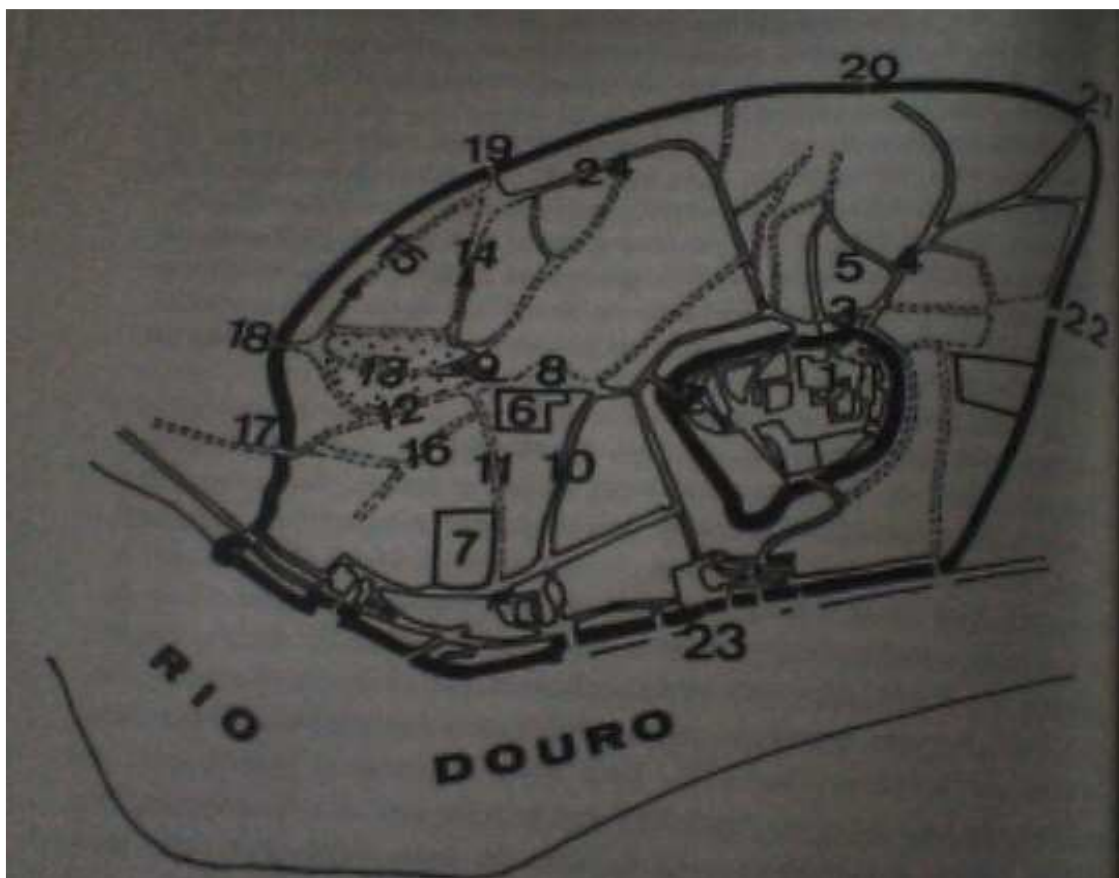


Imagem 31 Judiarias do Porto medieval

Fonte: Tavares (1982: 66)

Legenda:

: : : — judiaria do Olival (velha ou de baixo)

→ — judiaria do Olival de cima

1 — Sé

2 — rua da Sinagoga (ruas das Aldas e rua de Sta. Ana)

3 — rua Escura

4 — rua Chã das Eiras

5 — Albergaria da judiaria velha

6 — Mosteiro de S. Domingos

7 — Mosteiro de S. Francisco

8 — largo de S. Domingos (boticas dos judeus)

9 — escadas da Esnoga

10 — rua das Congostas (boticas dos judeus)

11 — caminho que de S. Domingos vai para S. Francisco

12 — caminho que de S. Domingos vai para Miragaia

13 — rua da Minhota (?) ou rua de S. Miguel de baixo

14 — rua de S. Miguel de cima

15 — caminho do Olival (rua das Taipas)

16 — rua da Ferraria de Baixo

17 — Postigo da Esperança (caminho de Monchique e de Miragaia)

18 — postigo ou porta das Virtudes

19 — porta do Olival

20 — porta dos carros

21 — porta do Cimo da Vila

22 — porta do Sol

23 — porta da Ribeira

24 — rua do Souto

Anexo II

Guião das Entrevistas

O objectivo deste conjunto de questões é perceber se existe e qual o significado do turismo religioso ligado à presença judaica em Portugal, (do passado) no presente.

Partindo do princípio que existe turismo interessado em conhecer a presença judaica em Portugal, as questões são as seguintes, e não pretendem condicionar as respostas, mas cobrir todas as possibilidades e ângulos de análise: ética, religiosa, patrimonial, de divulgação e marketing.

1. Como é feita a promoção do turismo judaico na região?
2. Como é feita a promoção turística dos locais de culto, sem que esta interfira no funcionamento normal dos mesmos?
3. Como se atinge o equilíbrio entre a comercialização/uso turístico dos locais religiosos e a preservação das principais funções de um local de culto?
4. Qual a vossa posição relativamente a essa comercialização turística?
5. Quais os media utilizados na promoção dos roteiros judaicos? E as redes sociais?
6. Qual a dimensão geográfica do roteiro? Como se caracteriza (tempo de duração, transporte...)? Qual a média de turistas por visita?
7. Que medidas estão a ser desenvolvidas para a preservação do património judaico?
8. Estão a ser desenvolvidas medidas de consciencialização da população local sobre a importância do património judaico da região?
9. Desenvolvem análise estatística dos visitantes?
 - 9.1. Qual é o perfil demográfico do visitante interessado em património judaico: sexo, idades, nacionalidade?
 - 9.2. Qual o volume de turistas que recebem anualmente?
 - 9.3. Qual a percentagem de visitantes não judeus? Quais os visitantes locais/ nacionais/ internacionais?
 - 9.4. Em que época do ano recebem mais turistas?

Anexo III

Guião da entrevista ao director de operações do grupo hoteleiro Hoti Hotéis

No seguimento da adaptação da cozinha do Hotel da Música aos perceitos *kosher*, realizou-se uma entrevista com o director de operações da zona norte do grupo hoteleiro Hoti Hotéis, com o objetivo de perceber os impactes dessa adaptação e as ações de comunicação desse serviço.

- 1 – Como surgiu a ideia de criar o serviço de cozinha kosher no Hotel da Música?
- 2 – Que impactes teve esse processo no funcionamento do hotel?
- 3 – Como é feita a divulgação deste serviço?
- 4 – Além de Israel, em que países apostam para fazer a promoção deste serviço?
- 5 – Fazem publicidade ao património judaico da cidade no hotel?
- 6 – Têm dados estatísticos relativos à procura deste serviço?

Anexo IV

Tabela: Locais de interesse turístico judaico no Porto

Local	Localização	Importância	Pessoas	Acessibilidades	Notas Adicionais
Rua da Sinagoga	Rua de Sant' Ana	1ª sinagoga de que há registo.		Comboio: Estação de São Bento. Metro: Estação de São Bento. Autocarros.	
Judiaria Velha	Rua Escura Rua das Aldas Rua da Bainharia Rua Chã	Judiaria mais antiga da cidade. Albergaria dos judeus, na Rua das Aldas.		Comboio: Estação de São Bento. Metro: Estação de São Bento. Autocarros.	
Zona Comercial	Rua dos Mercadores Praça da Ribeira Rua da Fonte Taurina Rua da Alfândega	Zona habitacional e de comércio de judeus abastados.		Autocarros. Autocarros Turísticos. Eléctricos.	
Rua da Munhata	Rua do Comércio do Porto	2ª sinagoga de que há registo. Local onde foi redigida a procuração para o aforamento do Olival.	Ananias Lourenço Peres	Autocarros. Autocarros Turísticos. Eléctricos.	
Judiaria de Monchique	Miragaia	Judiaria extra-muros, com sinagoga e cemitério. Inscrição em hebraico.		Autocarros. Autocarros Turísticos. Eléctricos.	Placa hebraica encontra-se no Museu do Carmo (Lisboa).
Judiaria do Olival	Largo de São Domingos Escadas da Vitória Rua de São Miguel Rua de São Bento da Vitória	Judiaria fechada, com sinagoga e açougue. Local mais moderno da cidade, onde todos os visitantes queriam pernoitar.	Imanuel Aboab Samuel da Silva Uriel da Costa	Autocarros. Autocarros Turísticos. Eléctricos.	

Sinagoga de São Miguel	Nº 9 da Rua de São Miguel	Local onde se encontravam os cripto-judeus para fazerem o culto. <i>Ehal.</i>	N/A	Autocarros. Autocarros Turísticos. Elétricos.	Marcação Prévia.
Mosteiro de São Bento da Vitória	Rua de São Bento da Vitória	Construído no local da judiaria, tem uma inscrição alusiva à expulsão dos judeus. Na parede exterior, contém placa em memória das vítimas da Inquisição.	N/A	Autocarros. Autocarros Turísticos. Elétricos.	
Sinagoga <i>Kadoorie Mekor Haim</i>	Rua de Guerra Junqueiro	Maior sinagoga da Península Ibérica. Obra de Resgate.	Capitão Barros Basto.	Autocarros. Autocarros Turísticos. Metro: Estação da Casa da Música.	Entrada a pagar. Marcação prévia.


Tabela 4 Locais de interesse turístico judaico no Porto

Fonte: Elaboração Própria.

Anexo V

Panfleto com as Leis de Noé, distribuído na sinagoga *Kadoorie Mekor Haim* a não judeus

מקור חיים




«Quem respeitar as Sete Leis para servir a D-us
pertence aos Justos entre as Nações
e tem o seu quinhão no Mundo Vindouro.»

Mossés Maimônides (1135-1204)

Sinagoga Kadoorie Mekor Haim

A sinagoga Kadoorie Mekor Haim, inaugurada em 1938, é a sede da Comunidade Israelita do Porto, que tem como fins a prática da religião judaica e o fortalecimento da cultura hebraica.

De acordo com o Judaísmo, embora os judeus devam cumprir um grande número de obrigações religiosas, os não-judeus só estão obrigados a cumprir Sete Leis outrora outorgadas por D-us a toda a humanidade.




Reverencie o Criador e não os ídolos finitos.

Respeite a grandeza e a bondade de D-us.

Defenda a vida, sobretudo a vida humana.


Promova a santidade da sexualidade.



Honre a propriedade e os direitos de terceiros.

Proteja os animais e evite o seu sofrimento.

Fomente a Justiça em toda a parte.



COMUNIDADE ISRAELITA DO PORTO

Rua de Guerra Junqueiro, 340, 4150-386, Porto

<http://comunidade-israelita-porto.org>

Departamento de Turismo | *Visitas por marcação*

Telefones: 911768589 / 911768596

visitas@comunidade-israelita-porto.org

Imagem 32 Panfleto com as Leis de Noé, distribuído na Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*
Fonte: Comunidade Israelita do Porto, s. d. b

Anexo VI

Transcrição, feita por Geraldo Dias (1983: 341 – 345), do documento de aforamento dos terrenos em Monchique, Miragaia a judeus, datado de 11 de abril de 1380 (presente no Livro dos Originais do Cabido XVIII (1676), folha 27, no Arquivo Distrital do Porto)

“En nome de Deus. Amen. Sabham quantos esta carta d’aforamento e encartamento pera sempre virem que nos Affonso Martinz deam Affonso Stevez chantre Joham Martinz meestre scola e o cabidoo da Egreja do Porto seendo toddos juntos en nosso cabidoo no logar en que se antre nos acostumou fazer cabidoo aas horas acostumbradas per vozina tanjuda, porque per razom do interdicto que per longo sta posto na cidade e bispado do Porto nom tangem sinos e fazendo cabidoo segundo he do nosso costume specialmente pera cousas adeante scriptas, aforamos e encartamos deste dia pera todo sempre a vos meestre Jacob e a dona Dona vossa molher e a vos meestre Dourado e dona Palonba vossa molher e a <vos> dona Sol ty a de vos meestre Dourado presentes e a toda <vossa> geeraçom que depôs vos vher huus nossos campos e terreos que nos avemos en Monchique a par de Miragaya que som nossa herdade e perteencem aa nossa mesa do nosso comum en que en outro tempo steverom casas. Os predios partem da hua parte com paredeyros que ora som de Quiteria e de seus filhos commo vam pela rua publica e vam entestar na porta de Beyiamim ouriviz outrossy judeu e da outra parte com o ryo do Doyro per de tras e outrossi entestam com casas do dicto Beyiamim e de Salomon Baru e com todalas outras cousas que aos dictos terreos e paredeyros perteencem. Encartamos e aforamos a vos meestre Jaco e vossa molher e a vos meestre Dourado e vossa molher e a vos dona Sol todos judeus e geeraçom vossa que vos descenderem e a todas aquelas pessoas a vos emprazardes derdes doardes ou venderdes todos ou parte deles e aaqueles a quem os derdes doares ou venderdes commo dicto he os dictos terreos e paredeyros com todas as suas entradas e saidas p perteenças pera todo sempre commo dicto he per tal preyto e condiçom que vos façades en eles casas deste dia a huu anno primeiro seguinte e as morades vos e quem por bem tenerdes e as mantenhades dhi adeante pera todo sempre e refaçades de todo adubo que lhis fazer mester e deveades de dar e dardes a nos per foro e alugamento dos dictos terreos e paredeyros en cada huu anno dez libras de dinheiros potugueses alffonsys en paz e en salvo en esta cidade do Porto por dia de Sam Miguel do mes de Setembro e compeçardes de fazer a primeira paga por o dicto dia de Sam Miguel que sera no anno da era de mil quatrocentos dez e nove anos. E nom nos fazendo vos e vossos sucessores ou aqueles que as dictas casas ouverem a dicta paga en cada huu anno pelo dicto dia de Sam Miguel commo dicto he que penhorar nos beens que nas dictas casas acharmos ou en outros logares quaesquer que os achar podermos vossos ou daqueles que as dictas casas possoyrem. E vos nem vossos hereeos e sucessores nom poderdes leixar o dicto afforamento e

encartamento nem nos nom vo lo podermos tolher so pena de mil libras da dicta moeda portuguesa que deve de pagar a parte que contra esto for aa parte aguardante e pagada a pena ou nom pagada todavia este contrato valer e seer guardado pera sempre commo dicto he. E damos vos comprido poder que vos e aqueles que das vossas geeraçoens descenderem ou que as dictas casas tiverem e possoyrem possades e possamvender dar ou doar o dicto aforamento e encartamento com o foro sobredicto a tal pessoa ou a taaes pessoas per que nos seguramente possamos aver a dicta renda e penssom en cada huu anno commo dicto he e mantenha as dictas casas commo vos sedes teudos de as manteer so pena das mil libras sobredictas. E en caso que vos ou aqueles que da vossa geeraçom descenderem ou que as dictas casas tiverem ajam de vender penhorar ou dar per preço alguu as dictas casas que o façades e façam antes saber ao dicto nosso cabidoo pera as avermos e averem tanto por tanto antes que outra pessoa e en caso que as nos ou nossos sucessores nom queyramos aver dhi endeante venderdelas aa tal pessoa <ou pessoas> que nom seja filho d'algo nem ricomem; mays seja tal pessoa que seja a nos obediente com a dicta nossa renda e que se oblique antes de manteer as dictas casas commo <suso> dicto he so a pena sobredicta. E se acontecer antre nos e vos judeus sobredictos e judia sobredicta ou avenha algu preyto ou contenda ou com aqueles que as dictas casas tiverem sobre as dictas casas e rendas vos sobredictos judeus <e vossas mulheres> e dona Sol e <vossos> sucessores sobredictos e aqueles que as dictas casas tiverem e possoyrem responderdes e responderem pelos juizes civis desta cidade do Porto que pelos tempos forem. E vos nem vossos herreos nem outra pessoa ou pessoas que as dictas casas tiverem nom vos scusardes nem scusarem per privilegio da vossa ley dos judeus nem per privilegio nem carta de graça del rey nem doutro senhorio que ajades nem outro foro nenhuu nem custume. E se o allegardes ou allegarem que vos nom possades del ajudar en juizo nem fora de juizo e de mays que paguedes e paguem a nos e a vossos sucessores a penas das mil libras sobredicta.

E nos meestre Jaco e meestre Dourado por nos e por as dictas nossas mulheres e dona Sol per mim todos ensinbra per nos e per todos nossos hereeos e per todolos outros que de nos descenderem e per todos aqueles que as dictas casas de nosso mandado tiverem e possoyrem ou daqueles que as tiverem <e possoyrem> de nosso mandado ou dos nossos sucessores ou da nossa geeraçom < e pessoas> que depôs nos vherem filhamos e recebemos de vos dictos deam chantre meestre scola e Cabidoo os dictos terreos e paredeyros pelas condiçoens sobredictas e cada hua delas e obligamos todos nossos beens e dos dictos nossos sucessores assi moviis commo de raiz guaanças e per guaança de as comprir e guardar e nom hirmos contra elas en parte nem en todo so a dicta pena das sobredictas mil libras que queremos e outorgamos que vos deam chantre meestre scola e cabidoo sobredicto e vossos sucessores que depôs vherem vades per todos nossos beens e das dictas nossas geeraçoens e daquelas pessoas que as dictas casas possoyrem se contra este contracto formos ou forem en parte ou en todo assi moviis commo de

raiz guaanados e por guaanhar que vos per esto obligamos e queremos e outorgamos demanda antre nos judeus e judia sobredictos e nossos sucessores e hereeos ou aqueles que as dictas casas possuirem sobre este encartamento e aforamento e renda sobredicta que se trate perante os juizes ordinhayros que pelo tempo forem en esta cidade do Porto perante os quaaes nos nos per nos e nossos sucessores e hereeos nos obligamos a responder e per todos aqueles que as dictas casas tiverem e possoyrem e pêra esto principalmente e expressamente renunciemos ao nosso foro dos judeus todo privilegio de rei e foro e custume que poderamos aver contra esto e de que nos poderamos ajudar que o nom possamos allegar nem del ajudar en juizo nem fora de juizo per nos nem per outrem e se o allegarmos que nos nom valha e de mays levedes de nos a pena sobredicta de mil libras se contra esto formos en parte ou en todo.

E nos deam chantre meestre scola e Cabidoo sobredictos por nos e nossos sucessores louvamos e outorgamos totalas cousas sobredictas e prometemos de as cumprir e a guardar e a nom hirmos contra elas so a pena susso scripta que nos praz que vos judeus e judia <sobredictos> e vossos hereeos e geeraçom vades peloss beens da dicta mesa do comum se contra esto formos en parte ou en todo e a vos defendermos este contracto de qualquer pessoa que vo lo pola nossa parte enbargar. E porquanto foy e he certo que nos dictos terreos quando en outro tempo en eles steverom casas morarom judeus e nom outras pessoas christaans e nom podemos achar outra pessoa que os dictos terreos filhe pelas condiçoens sobredictas e há grande tempo que delas nom ouvemos renda nenhuma por ende pedimos per mercee a nosso senhor o bispo dom Joham bispo desta cidade do Porto que de a este encartamento e aforamento sua auctoridade ordinhayra e mande que se guarde e aja firmidom pera sempre commo dicto he. Em testemho desto mandamos seer factas quatro cartas todas dhuu theor scriptas per Joham Dominguez Navarro notaryo jurado na corte do dicto senhor bispo e soscriptas pelo dicto deam e seelar do seelo do dicto nosso comum das quaes demos a vosso meestre Jaco e meestre Dourado e dona Sol pera vos e vossas geeraçoens senhas e outra ficou a nos. Dante na cidade sobredicta no dicto nosso cabidoo onze dias do mes d'Abril Era de mil quatrocentos dez e oyto annos.

(Assinado): *A. Decanus*

Nos Joham per mercê de Deus e da Sancta Egreja de Roma bispo do Porto vimos este contracto e porque achamos per confissoens do dicto nosso cabidoo que era fecto a prol da dicta nossa Egreja do Porto e do dicto nosso cabidoo encarregando sobr'elo suas consciencias por esso demos e damos a este contracto e cousas en el conteudas nossa lecença e auctoridade e mandamos que valha e aja firmidoem pera sempre commo en el conteúdo. Por esto seer certo soscrevemos aqui com nossa maaom e mandamo lo seelar do nosso seelo.

(Assinado): *Episcopus*”

Anexo VII

Transcrição, feita pelo Capitão Barros Basto (1929: 51 – 53), da escritura lavrada a 2 de junho de 1388 no edifício dos Paços do Concelho da cidade do Porto (presente no Livro 3º dos pergaminhos – per.º nº 9 – no Arquivo Municipal do Porto), sobre a cedência do terreno da judiaria do Olival à comuna judaica portuense.

“Saibam todos aqueles, que estas presentes publicas letras virem, que no ano da Era mil quatrocentos e vinte e seis anos, dois dias de Junho, na mui nobre, leal cidade do Porto, no sobrado, onde costumam fazer vereação os juizes, vereadores, procuradores, homens bons da dita cidade, foi dito per Mestre Moussem, Mestre Dourado e Mestre Issaq, judeus, fisicos da dita cidade e per Ananias, procurador da Comuna dos judeus da dita cidade e seu termo, per uma procuração, que logo mostrou, feita por mim tabelião, adiante escripto, que tai é: - Saibam quantos esta procuração virem, que no ano da Era mil quatrocentos e vinte e quatro anos, nove dias de Outubro, na cidade do Porto, na Minhata, dentro na foja da casa de Lourenço Peres, marinheiro, em presença de mim, Vasco Martins, tabelião de nosso Senhor Elrey na dita cidade, e das testemunhas, que adiante são escritas, sendo no dito logo juntos Mestre Moussem, Mestre Issaq e Moussem Primo e Joseph Coimbrão, judeus e outros muitos judeus, que no dito logo siam juntos, a qual loja, diziam os ditos judeus, que era a sua casa de oração, os quaes judeus diziam, que eram ali juntos por chamamento, que os chamou Antão, judeu, que presente sai, o qual disse que os chamara, por mandato do Arraby-Mayor, pera a dita loja, pera fazerem sua procuração, que lhes era cumpridoira como comuna, e sendo assim todolos ditos judeus juntos, pelo dito chamamento, pela guiza que dito é, aqueles que ao dito logo vir quizeram pelo dito chamamento, os sobreditos fizeram sua procuração pela guiza que se segue: - Saibam quantos esta procuração virem, que, nós comuna dos judeus da cidade do Porto, os quaes somos juntos na dita cidade, na rua de sobre a Minhata, na loja da casa, de Lourenço Peres, marinheiro, que é da nossa oração, per Antão, judeu, que nos chamou da parte do arraby-mayor pera isto, que adiante se segue: de nossas livres vontades e sem outra prema fazemos nosso procurador suficiente, assim como ele, melhor e mais compridamente, pode e deve ser de direito, e per outra qualquer guiza mais valer, Ananias, judeu da dita cidade, procurador da presente procuração, que, por nós e em nosso nome, possa pedir e demandar e receber e procurar e receba de feito dos juizes da dita cidade o logar, que no nosso senhor Elrey manda dar, por sua carta, dentro da dita cidade, no Olival pera fazermos em ela a judaria, no tempo que nos por eles for assinado, sob certa pena, segundo na dita carta mais compridamente é conteudo, e outro si por certa renda e pensão e foro, que a dita comuna dê em cada um ano, para sempre ao conselho da dita cidade, por o dito logar, que é seu, sob certas penas e condições outorgado, segundo fôr

alvidrado pelos ditos juizes, vereadores, procuradores, homens bons da dita cidade e pelo dito procurador; e que outro si possa demandar e procurar e receber e receba de feito logar apartado, dentro, na dita cidade, que lhes for assinado e outorgado pelos ditos juizes e vereadores e procuradores e homens bons, sob certas penas e condições, em que entanto moremos em aquele tempo, que nos assi for dado para fazer a dita judaria , no dito olival, como dito é, e que outro si possa fazer e dizer sobre as ditas coisas e cada uma delas, que nos faziamos e dariamos, se per nossas pessoas presentes fôssemos, posto que taes coisas sejam, que requiram e hajam mister especial mandato, e havemos e prometemos haver por firme e estavel para sempre todas as ditas coisas e cada uma delas, que pelo dito nosso procurador, forem feitas e ditas e procuradas, sobre a obrigação de todos os nossos bens e de todos aqueles de traz de nos vierem, que para isto obrigamos, e por maior avondamento tornaram sinal onze judeus, dos que presentes siam, pelas abaãs de Joseph Coimbrão, segundo diziam que era de seu costume, e relevamos o dito nosso procurador de todo encargo de satisfação das quaes coisas o dito Ananias pediu esta procuração.

Testemunhas que foram presentes João Domingos, carpinteiro, genro de Vicente Peres, e João Domingos, alfaiate da Fonte da Rata, e Pedreanes, marinheiro, moradores na dita cidade e outros. E, eu, Vasco Martins, sobre dito tabelião, que a isto presente fui e esta procuração escrevi e em ela meu sinal fiz, que tal é. = Que bem saibam os juizes, vereadores, procuradores, homens bons da dita cidade, que presentes estavam, como o mui nobre rei Dom João de Portugal e do Algarve, filho do mui nobre rei Dom Pedro, rei que foi dos ditos reinos, a quem Deus perdoe, havendo talante serem eles, ditos judeus, coutados e defezos, dentro, na dita, cidade, per razam das grandes guerras, que os ditos reinos haviam com os reinos de Castela, mandou por suas cartas ao concelho da dita cidade, e juizes, vereadores e procuradores dela, que assinassem certo campo e logar, aos ditos judeus no campo do olival, dentro da cerca da dita cidade em que fizessem judaria e povoação, o qual campo é do dito concelho, e que o dito concelho e juizes e vereadores e procuradores lhes assinaram já certo logar no dito campo em que fizessem ditta judaria, a qual já tinham começado pelas divisões e marcas, que no dito campo foram postas pelos juizes, e vereadores e homens bons e procuradores do dito concelho, e que agora lhes pediam rogavam que lhes aprovesse de lhes fazer firמידão dele, pera sempre, por escritura publica, selada do sêlo do dito concelho, por certo preço a certos tempos, como já antre o dito concelho e eles, ditos judeus, fôra faviado e trautado, e os ditos juizes, vereadores, procuradores, peça de homens bons da dita cidade, que presentes estavam vendo e considerando como isto sobredito era verdade e como lhes per o dito senhor Rey fôra a eles mandado lhes assinassem o dito campo, no dito logar, que era do dito concelho, pera em ele fazer a dita judaria, fizeram aforamento daqui em diante, pera todo o sempre, a toda a Comuna dos ditos judeus da dita cidade e em seu termo, em pessoa dos ditos judeus, que presentes siam e do dito Ananias, seu procurador, que presente estava, assim aos que ora são, como aos que depois deles

vierem, e a todos os seus herdeiros e sucessores, do campo, em que ora já estava começada a dita judaria; que é na dita cidade, de dentro da cêrca, no logar que chamam o Olival, o qual campo é do dito concelho, convem a saber: de las casas de Jacó Benamy, que está da parte da rua descontra o maré dêas casas de Juça de Leão, que estão contr a Sé da dita cidade, como vae até ás casas de Martim Afonso mercador na dita cidade e por detraz das ditas casas até aos penedos de cima da calçada, que vem de Sam Domingos, e como vae por traz arredor por cima da barranca de Sam Domingos e arredor por detraz das casas da dita Judaria, que parte por uma carreira, que ora vae acima do caminho onde jogam besta, que está acima das almoinhas, e da outra parte da dita Judaria contra o dito mar partem as saidas, que deram as casas da dita judaria dêa parede da casa, que ora fez Afonso Paes e Gonçalo Gllm [?] da Cruz do Souto, direito para cima contra o paço do concelho, pera fundo, pera calçada do dito Sam Domingos, o qual compo e logar lhes assi aforaram pera todo o sempre como dito é, sob tal preito e condiçom, que fizessem em ele casa e judaria e sua povoação, e dessem a dita comuna assi o que ora é, como tods aqueles que depois eles vierem e seus herdeiros e sucessores pera todo o sempre ao dito concelho, em paz e em salvo, sem contenda nenhuma, em cada um ano, na dita cidade, duzentos maravedis velhos, de vinte e sete soldos o maravedil, dinheiros portugueses da moeda antiga, que ora são chamados alfonsis ou de babudas e de graves e de pilartes da moeda de Portugal, que foi feita em Lisboa e na dita cidade por mandado delrey Dom Fernando, a quem Deus perdoe. Convem a saber: barbudas por dois soldos e quatro dinheiros e graves por quatorze dinheiros e pilartes por sete dinheiros e forte por dois soldos dos ditos dinheiros alfonsis, ou moeda ouro ou prata, porque o dito concelho tenha e dê por entregue de dita quantia, e comecem de fazer a primeira paga por dia de Sam Miguel de setembro, que virá, da Era de mil quatrocentos e vinte e oito anos, e di em diante em cada um ano, pelo dito dia, pera todo o sempre como dito é. E os ditos judeus, que presentes estavam, e o dito Ananias, procurador da dita comuna, disseram que eles, em nome da dita comuna e de todos aqueles, que depois eles vierem, consentiam do dito aforamento, pela guiza que dito é, e obrigaram os bens da dita comuna da dita cidade e seu termo, assi os que ora são como os que depois eles vierem e seus herdeiros e sucessores, e outrosi a dita judaria e bemfeitoria dela a dar ao dito concelho os ditos duzentos maravedis velhos pela guiza que dito é, e outrosi os ditos juizes, vereadores, procuradores e homens bons da dita cidade, que presentes siam, e outrosi os ditos judeus e Ananias, procurador, pela dita comuna, todos juntamente convem a saber: os judeus pela comuna e pelos que ditos são, e os ditos juizes e vereadores, procuradores e homens bons em nome do dito concelho da dita cidade e por ele, prometeram a ter e cumprir e a guardar todas ditas coisas e cada uma delas, e nenhum contra elas, em parte nem em todo, e se o fizerem que não valha, e aquele ou aqueles, que contra este contrauto e coisas em ele conteudas e cada uma delas for, que pague á parte que as tiver e a guardar por pêa e em nome de pêa e de interesse com marcos de prata fina, a qual pêa pagado ou não, todavia este contrauto, e as coisas em ele

conteudas, ser firme e estavel e valedouro pera todo o sempre, e pera se isto ter e cumprir e guardar os ditos Mestre Moussem e mestre Dourado e Mestre Isaq, judeus, e Ananias, procurador da dita comuna, obrigaram todolos bens da dita comuna e de todos os seus herdeiros e sucessores e outrosi a judaria, e outrosi os ditos juizes e vereadores e Martinho Afonso e João Vicente, procuradores do dito concelho, que presentes estavam a tudo isto, obrigaram os bens do concelho da dita cidade, e mandaram a Vasco Martins, tabelião de Elrey na dita cidade e escrivão da vereação, que desse um instrumento ou dois ou mais á dita comuna e ao dito concelho; outrosi, por maior firמידão, mandaram a Afonso Anes Pateiro, alferes e chanceler da dita cidade, que puzesse nos ditos instrumentos de aforamento o sêlo da dita cidade; das quaes coisas e ditos Ananias, procurador da dita comuna pediu um instrumento, e os procuradores do dito concelho outro ou mais se lhes cumprir. Feito foi na dita cidade, no dito logo dia e mê e Era sobredito. Testemunhas: Martim Pereira e João Afonso Dagrela; Juizes: Vasco Fernandes Dantramos Anes e Domingos Peres das Eiras; vereadores: Afonso Lourenço Delgado, Vasco Palos, Vasco Martins de Parada, Gonçalo Pinheiro da Cruz e outros. E eu, Vasco Martins, Tabelião de nosso senhor Elrey na dita cidade e escrivão de vereação que a isto presente fui e este instrumento pera o dito concelho escrevi e em ele meu sinal fiz, que tal é.”

Anexo VIII

Transcrição da sentença, datada de 17 de julho de 1412, do caso de Afonso Peres de Alfena e o seu açougue *kosher*, feita por Geraldo Dias(1983: 345 – 349), presente no Livro dos Originais do Cabido XIX (1677), folha 9, no Arquivo Distrital do Porto.

“Joham Martinz mestre escolla na Egreja do Porto e ouvidor jeral do honrado padre e senhor dom Joham per mercee de Deus e da Sancta Egreja de Roma bispo dessa meessma a quantos esta sentença for mostrada faço saber que preyto e contenda era perante mim antre as partes adiante escriptas convem a saber o deam e chantre e cabido dessa Egreja do Porto per Joham Martinz seu soficiente procurador autores da hua parte e Affonso Perez d’Alfena morador na dicta cidade reeo da outra parte per sua pessoa dizendo o dicto Joham Martinz em nome dos dictos autores come seu procurador que era contra o dicto reeo em sua petiçom per palavra que he foral antigo da dicta cidade aprovado e guardado per huu, dous, dez, XX, XXX, XL, L, XL, annos e mais per tanto tempo que a memorya dos homens nom he em contrairo em esta cidade se nom venda nem talhe carne nem ponom bancos nem talho pera aver de tallar nem vender nenhua carne se nom nos açougues della que som do dicto Cabido que de toda carne que se tallar e vender há d’aver o dicto Cabido coussa certa de cada cabeça de todo o gadoo e que qualquer que fora dos dictos açougues talhar e vender carne e armar banco ou talho fora dos dictos açougues que a perca a carne que talhar e seja pera o dicto Cabido affora se a trouver em tavao e a andarem vendendo nella dicta cidade no collo nom se assentando com ella segundo esto e outras coussas diz que no dicto foral mais compridamente eram contheudas. E diz que o dicto Affonso Perez armara agora novamente talho na judarya que esta no Oolival que he na dicta cidade fora dos dictos açougues per si e per seu mandado de dous messes pera coo, no qual tempo vendera e talhara carne na dicta judarya que poderya valler dez mil libras desta moeda que ora core de trez libras e meã o raial mais ou menos o que vesse em boa verdade que porem me pedia que por minha sentença julgasse que o dicto Affonso Perez perdesse a dicta carne e que per censura eclesiastica ho constrangesse que pagasse per a dicta carne que assi vendera as dictas mil <libras>, mais ou menos o que for achado deffendendo lhe que daqui em diante nom venda nem talle carnes nenhuas fora dos dictos açougues segudo no dicto foral he outorgado.e o dicto Affonso <Perez> disse que verdade era que ell matara a dicta carne ne judarya nova da dicta cidade per mandado da comunha dos judeus que esta a porta d’Olival os quaes judeus lhe ficaram a o tirar e deffender de toda demanda que lhe sobre ello fosse fecta; que porem se chamavam autores a dicta comunha dos dictos judeus que o veessem deffender da dicta demanda se quisessem se nom que ell nom talarya mais a dicta carne. Eu lhe nom recebi a dicta autorya pero se ell quisesse fazer vir a dicta comunha que veessem pera o cabido e convi com

elles sobre elle que lhe darya pera ello logar. E o dicto reeo disse que lhe prazia que lhe desse pera ello termo agissado. Eu lhy mandei que a certo termo per mim assinado veesse com a dicta comunha dos judeus pera convir com ho dicto cabido ou se apoerem a dicta demanda se quissessem. No qual termo a dicta comunha dos judeus da dicta judarya perante mim parecerom em juizo per Jossepe Rodiga judeu seu procurador por hua procuraçom que logo amostrou escripta em papel fecta e assinada por mão de Pedro Affomso taballiam del Rei na dicta cidade segundo que por ella parecia do qual o tehor tal he:

«Sabham quantos esta pressente procuraçom virem que no anno da era de mil e quatrocentos e cinquenta annos onze dias do mes de Julho na cidade do Porto na judarya d’Olival em pressença de mim Pedro Affomso taballiam del Rei na dicta cidade e testemunhas adiante escriptas sendo na essinhagoga a mor parte dos judeu (*sic*) da dicta judarya todos juntos pera esto que se adiante segue chamados por pregom os sobredictos juntamente fizeram fizeram (*sic*) seus certos procuradores avondossos mestre Sallamam e Jossepe Rodiga judeus da dicta judarya anbos juntamente e cada huu <delles> em seu cabo assi que a condiçom de huu sera tamanha como a do outro e o que huu delles começar que ho outro ho possa segir e acabar em huu fecto que elles am e entendem a aver com o bispo e cabido da dicta cidade sobre carne que dizem que lhes nom leixam talhar na judarya e outrosi possom pedir e rogar aos juizes e homes boos da dicta cidade que lhe nom tolham os mantimentos que lhes soyam hir a dicta judarya e outrossi que lhe leixem hir as mulheres ganadineras que lhes acaretem sua auga por seu dinheiro sobre todas estas coussas e cada hua dellas que se dello nacer requerecer pender decender a ello pertencer por qualquer gissa que seja perante quasquer juizes e justiças assi ecressiasticas come sagres que desto ajam e devom de conocer pera demandar defender responder dizer contradizer eixeçoes poer avir e compoer e comprometer sobre ho talho da carne com ho cabido salvas profontas protestaçoens fazer juizo ordenar a toda hordem e fogura de juizo estar libellos dar lide contestar assentos apressentar aos da parte contraira responder espaçar negar confessar provas reprovadas testemunhas emqueredores nomear meter e aos outros contradizer e pera jurar em suas almas juramento de calunia e doutra qualquer maneyra que lhes com direito for pedido e demandado e na parte contrayra ho leixasse se comprir concluir sentenças quaesquer ouvir en ellas conssemtir dellas apellar e agravar seguir renonciar se mester for pera posses entregas eixeçoes revelias assolviçoens custas pena interesse e todo outro seu direito por elles em seu nome pedir e demandar receber com poder de se estabelecer outro procurador ou procuradores e os revogar e depois da revogaçom officio da procuraçom de cabo em si filhar e hussassem e pêra fazerem e dizerem totalhas outras coussas e cada hua dellas que a esto forem compridoras e necessaryas, o que elles faryam e diryam sendo a ello pressentes. E dysserom que avyam por firme e estavel pera senpre todo aquello que por os dictos seus procuradores soubestabelecidos e per cada huu delles for fecto e dicto e procurado no que dicto

he sob obrygaçom dos bens da dicta comunha que pera esto obrygaçom testimonhas que foram pressentes Martim Affomso d'Olival e Affomso Perez d'Alffena moradores no dicto logo d'Olival e outros. Eu Pedro Affomso tabaliam susso dicto que esta procuraçom per outorgamento dos sussos dictos escrepvi meu sinal fiz que tal he».

Nom seja sospeita antrelinha que diz assi «ecressiasticas come sagraes», que eu tabeliam há escrepvi e hu diz «avir e compoer e compromemeter (*sic*) sobre o talho da carne com o Cabido.

A qual assi mostrada como dicto he as dictas partes contenderom e foram tanto de fecto perante mim per os dictos seus procuradores que as dictas partes veerom a tal avinça e amigavel compossyçom em modo e maneira de trasauçom em esta gissa que ao dicto Cabido per o dicto seu procurador prouge e consentiu que a dicta comunha tevesse huu brancho (*sic*) em que tallar possom per seu carniceiro sua carne pera seu mantimento que lhes avondasse com esta condiçom que a dicta comunha desse e pagasse de foro e de penssom em cada huu anno ao dicto Cabido por dia de Sa'Migel de Setenbro quinentas libras desta moeda que ora core de tres libras e mea ho raial ou hua dobra d'ourro castelha cruzada de boo ourro e de boo pesso qual o dicto Cabido antes quisser e demais que pagem sua açougagem que assi de cada cabeça que hi assi talarem segudo o foral da dicta cidade per a gissa que pagom os outros carniceyros da dicta cidade e começarem de fazer a primeira paga por este Sa'Migel de Setenbro primeyro que ora vem e di em diante em cada huu anno por o dicto dia de Sa'Migel de Setenbro. E o dicto procurador da dicta comunha dysse que lhe prazia de a dicta comunha e judeus darem e pagarem de foro e penssom as dictas quinentas libras ou a dicta dobra qual antes o dicto cabido antes quissesse por o dicto dia de Sa'Migel do dicto termo e termos em cada huu anno por o dicto dia de Sa'Migel de Setenbro e demais açougagem de cada cabeça de gado que assi tallarem e matarem assi e pella gyuissa que susso dicto he com tanto que a dicta comunha ajam o dicto banco e talho commo dicto he pera tallar sua carne pera seu mantimento e nom pera outros christãos. E pedyrom as dictas partes que seu prazer e consstimento assi o julgasse por sentença defenetiva. Eu vendo ho seu dizer e pedyr da hua e da outra parte per sentença defenetiva em estes escriptos julgando mandei e mando que se compra e guarde antre as dictas partes a dicta avinça assi e pella gissa que em este concerto he contehudo. Das quaes coussas as dictas partes pedyrom senhas sentenças e duas e mais e aquelhas que lhes compryssem pera guarda do seu direito e de cada huu delles. Eu lhas mandei dar assinadas per minha mão e asselladas do sello da corte da dicta Eigreja do Porto. Dante na dicta cidade dez e sete dias do mes de Julho. Acenço Martinz escripvam a fez Era de mil e III centos e cinquenta annos.

(Assinado): *Scolasticus portugalensis*

Acençus Martinz notarius”

Anexo IX

Transcrição da sentença (presente no Livro dos Originais do Cabido XXII, folha 27, no Arquivo Distrital do Porto), datada de 6 de outubro de 1424, do caso entre a comuna de judeus e o cabido da Sé sobre o talho da judiaria, feita por Geraldo Dias (1983: 349 – 351).

“Affomso Martinz, abbade da Egreja de Sam Pedro de Miragaya scollar em direito canonico ouvidor jeerall em logo de Diegue Annes scollar em esse direito bigaryo jeerall do honrrado padre e senhor dom Antom per mercee de Deus e da sancta Egreja de Roma ellecto confirmado na Egreja do Porto a quantos esta carta de semtença virem faço saber que perante mim em publico juizo faziam demanda como autores os honrrados senhores Joham Affomso chantre e cabidoo da dicta Egreja do Porto per Joham Martinz scollar em direito canonico seu abastoso procurador përa o que se adeante segue e a comuna dos judeus da dicta cidade como a reeos em pessoa de Abraaom de Bitaira judeu seu soficiente procurador pera ello dizendo esses autores contra os dictos reeos per o dicto seu procurador em sua auçom e petiçom verball que era verdade que elles estavam em pacifica posse sem contradizimento d’algua pesoa dês longo tempo a esta parte de averem e receberem per si e seus prebendeiros e procuradores da dicta comuna em cada huu anno na dicta cidade por dia de Sa’Migell de Setenbro hua dobra cruzada de boo ouro justo pesso do cunho de Castella ou o verdadeiro ballor della. E esto por lhe darem esses autores logar e lecença que lhe podese talhar carne pera sy em sua judaria non embargante o privilegio e liberdade que dello tinham. E que estando esses autores assi na dicta posse que a dicta comuna com tençom e preposito de os forçar e esbulhar della lhes denegavam e recusavam pagar hua dobra que lhes devia deste anno que se ora acabara per dia de Sa’Migell de Setenbro do anno juso (*sic*) escrito como quer que a elles autores per vezes mandassem pedir e requerir pedindo-me porem que per minha sentença os tornase a sua posse costringendo esa comuna em pesoa do dicto seu procurador que lhes dese e pagase a dicta dobra de boo ouro justo pesso do sobredicto cunho que lhes assi devia do dicto anno ou o verdadeiro ballor della. E fecta per mim pergunta ao procurador dessa comuna que era o que dizia a esto que esses autores contra ella diziam e pediam disse em effecto que era verdade o que se contiinha na auçom e petiçom desses autores e que essa comuna lhes recusava dar e pagar esta dobra que lhe ora demandavam porquanto esses autores lhe nom queriam dar huu talho em que lhe talhasem a dicta carne seendo a ello theudos e obrigados dizendo que eram prestes de lhes dar e pagar logo esa dobra comtanto que lhe dessem esse talho, dizendo o procurador deses autores que elles ouveram senpre e estavam em pose de aver a dicta obra desa comuna como alegado aviam soamente por lhe darem logare lecença que lhe podese talhar a dicta carne em sua judaria sem

lhe nunca dando nem seendo theudo dar tall talho nem outra algua coussa, pedindo-me o procurador da dicta comuna que lhe dese termo a que com ella deliberase e ouvese conselho se eses autores eram theudos de lhe dar o dicto banco ou nom. E eu lhe dey pera ello de meu officio conuinhavill termo ao qual termo perecerom perante mim esses autores per o dicto seu procurador sem perecendo o dicto Abraaom per si nem per outrem que o scusase lidemamente, pero foi apregoad e atendido segundo custume das audiencias da dicta Egreja do Porto, pedindo-me o procurador desses autores aa sua revelia que o lançase daquello com que ouvera e poderá biir a sua defensom e procedese per minha sentença ao que da parte desses autores era pedido. E eu bisto todo e como me pediam direito, pronunciei o dicto Abraaom de Bitoirá por revell e por sua revelia e contumacia per minha sentença defenetiva condenei e condepno a dicta comuna que do dicto dia da data desta carta ata seis dias primeiro seguintes de e pague aos dictos autores ou a seu certo prebendeiro e procurador a dicta dobra cruzada que lhe em sua auçom demandam ou o verdadeiro ballor della. E nom lha dando assi e pagando mando ao porteiro ou ao meirinho jurados do dicto senhor ellecto que por esta carta façam execuçom e tomada em tantos dos beens do dicto Abraaom onde quer que lhe achados forem desembargados que valham a dicta dobra e os benda e remate por ella e entregue della ou do seu ballor em paz e em salvo os dictos autores como suso declarado he. E se lhes pera esto fazer mester ajuda do braço sagrall chamem hi a justiça da dicta cidade aa quall rogo e em sosidio de direito requeiro da parte do dicto senhor ellecto e sua Egreja do Porto em como hua jurisdiçom per a outra deve seer ajudada em comprimento de justiça que lhes ajudem a fazer a dicta execuçom e entrega e leve e aja cada huu pera si o seu direito per os dictos beens ficando reguardo e conservado o seu direito a esa comuna a demandar o dicto talho a esses autores a seu tempo e logo per honde e como deve. Dante da dicta cidade do Porto seis dias d'Outubro anno do nascimento de Noso Senhor e Salvador Jesu Christo de mill IIIc. biinte e quatro annos.

(Assinado): Alfonsus

Fernandus Johannis notarius

Pagou com a nota (?) XXX^{ta} reaes”

Anexo X

Transcrição da sentença, datada de 7 de dezembro de 1479, do caso entre a comuna de judeus e o Cabido do Porto, acerca do talho kosher, feita por Geraldo Dias (1983: 351 – 358), (presente no Livro dos Originais do Cabido IX (1677), folha 49, no Arquivo Distrital do Porto).

“Joham Steveenz chantre da collegiada egreja de Sam Martinho de Cedofecta d’apres dos muros da muy nobre e sempre leall [cidade] do Porto e juiz comisairo em ha causa e negocio que adiante para mençom me (*sic*) especial comissom do reverendo senhor dom Joham d’Azevedo bispo da dicta cidade da qual comisom o theor tall [he] :

Dom Joham d’Azevedo per mercee de Deus e da sancta Egreja de Roma bispo do Porto. A vos honrrado Joham Esteveenz chantre da collegiada egreja de Sam Martinho de Cedofecta d’apres dos muros da dicta cidade saude e beençom. Fazemos vos saber que peramte nos se tractou este proceso atee ho presente segundo per elle veerees e em elle faz meençom. O quall he amtre as dignidades e coonigos de nosso cabidoo como autores a cumuna da judaria da dicta cidade em o quall fecto procedemos atee em elle pronunciarmos per definitiva. E porquanto ao presente somos impedido legitimamente e esperamos seer absemte da dicta cidade per alguus dias e tempos em tal maneira que no dicto negocio nom podemos ministrar justiça segundo requeridos somos, nos requererem os dictos actores que cometesemos a dicta causa a huua boa e honesta pesoa e de saã conciencia que a ouvisse e determinasse segundo fosse razom e direito. E nos visto seu dizer e pidir e como por as rezooens suso dictas nom podemos assy ouvir e determinar sobre a execuçom e deferiçom da dicta apellaçom como per direito deviamos e como sooes homees (*sic*) platico e emtendido e [de] sãa conciencia nos prouge e praz vos cometermos a dicta causa em todo e per todo segundo per direito a nos perteece e vos mandamos em virtude de hubidiencia e sub pena de excomunhom que a aceptees e façaes peramte vos viir as partes constrangendo as pera ello per censura ecclesiastica e per quaesquer outros remedios que o direito quer assy e tam compridamente como a nos e a nosso officio perteece desencarregando em ello nossa conciencia e encarregando a vossa. E em testemunho dello mandamos seer fecta esta lettera de comissom per nos assiinada e asseellada do nosso seelo. Dante em ha dicta cidade dez e sete dias do mes de Setembro. Pero Afomso notairo e que ora tem o cargo de escriptvom da nossa camara a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e sateenta e nove annos.

A quantos esta carta de sentença virem faço saber que preito e demanda foy ordenado per proceso antre os dictos senhores dinidades coonigos e cabidoo da dicta cathedral egreja da dicta cidade como autores de huua parte per ho honrrado bachaller Vaasco d'Avellaar seu jeerall procurador e notoriamente em todos seus preitos feitos e demandas e da outra parte como reeos a comuna da judaria da dicta cidade per ho outrosy honrrado bachaller Gomez Eannes Aranha seu procurador. O qual proceso começaram e foy ordenado perante o honrrado Steve Annes vigairo do dicto senhor bispo e conigo da dicta Egreja do Porto. E por o seensarem de suspeito por seer conigo e teer parte na dicta causa o dicto vigayro ho remeteo ao dicto senhor bispo perante o qual vigayro ja contra a dicta cumuna por parte dos dictos autores foy e era dado e hoferecido huu libello articulado em escriptos que tall he:

Perante vos muito honrrado Steve Annes viguairo jeerall no espirituall e temporall pello reverendo senhor dom Joham d'Azevedo bispo do Porto dizem em vosso juizo os senhores dignidades coonigos e cabidoo desta See do Porto como autores contra a cumuna desta judaria desta cidade ree contra a qual contra a qual (*sic*) se necesario for e se negar:

Provar emtemdem que adicto cabiidoo esta em pacifica posse de tanto tempo que ha memoria dos homeens nom he em contrairo e ainda per forall antiigo da dicta cidade e receberam em cad' h~uu anno da dicta cumuna d'açougagem huua dobra cruzada boa e de boo ouro e justo pesso ou seu justo vallor segumdo valler ao tempo da pagua a qual he per Sa'Miguell de Setenbro.

Provar emtemdem que a dicta cumuna denegua pagar a dicta dobra cruzada ao tempo d'agora ou seu justo vallor que som quatrocentos e cinquenta reaes por a crecença do ouro pella quall razam nom he duvida teer forçado e esbulhado ao dicto cabidoo da dicta sua renda e pertemssom e posto que lhe per vezes fosse requerida a dicta contiia que desse e entregasse ao dicto cabidoo ho anno de sateenta e sete que se ora acabou por Sa'Miguell a dicta dobra cruzada boa e de boo ouro ou por ello os dictos mil reaes que mais vall por a crecença e alevantamento do ouro ella ho denegou e denega pagar a dicta conthya etc. E desto he puprica voz e fama. E porque a verdade tall he, pede ho dicto cabidoo a vos senhor viguairo que per vossa sentença definitiva declarees tal seer a verdade e a dicta cumuna forçar e aver forçado ho dicto cabiidoo por lhe denegar pagar a dicta dobra cruzada de boo ouro e justo pesso ou por ella os dictos quatrocentos e cinquenta reaes que ao tempo da pagua vall e per vossa ecclesiastica sentença indirecte ha constranguaaes que em cad'huu anno lhe pague a dicta dobra ou seu justo vallor que valler ao tempo da pagua assy como ao tempo d'agora que som os dictos quatrocentos e cinquenta reaes e a constranguaaes que a do anno passado de sateenta e sete lhe de e pague a dicta dobra ou os dictos quatrocentos e cinquenta reaes e mais e a condapnees nas custas e da este bibello com protestaçom acustumada e implora pera todo vosso nobre e benino officio, etc.

E apresentado assy ho dicto libello e remetido ao dicto senhor bispo como dicto he a dicta comuna per seu procurador ouve delle a vista e rezou sobre ello e esso meesmo os dictos autores

entanto que o dicto fecto foy perante elle dicto senhor concluso sobre ho dicto libello e o julgou que procedia e mandou aa dicta cumuna reeos que o contestasse e de fecto per seu procurador foy contestado dereitamente e dado loguar aos autores que fizessem sua prova a quall elles fizeram per livros antiigos dos prevendeiros e recebedores do dicto cabidoo em os quaees e per elles se prova claramente que segumdo ho ouro multiplicava que assy paguava a dicta cumuna. E esso meesmo apresentaram em ajuda de sua prova que os dictos autores contra a dicta comuna ouverom sobre ho dicto caso e negocio. A qual inqueriçom foy auida por acabada e aberta e publicada. E razoaram sobre ello assy ho procurador da dicta cumuna como ho dos autores entanto que que (*sic*) as dictas partes per os dictos seus procuradores concludirom ho dicto fecto perante o dicto senhor o quall mandou assy levar ho dicto fecto concluso e seemdo assy o dicto fecto concluso o dicto senhor seemdo em puprica audiencia ao dia e ora costumada no dia ajuso escripto leeo e pronunciou rezou no dicto fecto hua definitiva sentença que tal he;

Visto este proceso e o libello dos actores comtra os reeos oferecido no quall se querellom que seemdo elles em posse de receber por elles huua dobrada (*sic*) cruzada ou seu imtrinsico vallor ao tempo da pagua per a causa de açouguagem da carne que se corta na judaria per tempo immemoriall e que ora os dictos reeos por forçarem e esbulharem a elles actores da dicta posse em que sempre estiverom lhe denegarom como ainda denegom pagar a dicta dobra cruzada ou seu imtrinsico vallor como sempre receberom, pedem seer a sua posse restituídos como sempre steverom, o quall libello foy julgado que procedia e por os reeos contestado e foy dado loguar e tempo aos autores pera fazerem sua prova. E vista e examinada a imquiriçom sobre esto mostrasse per ella os dictos autores acerca do contheudo em seu libello provarem sua teençom e starem em posse de receber ho imtrinsico vallor da dicta dobra cruzada ao tempo da pagua e seerem sbulhados da dicta pagua pellos dictos reeos, porque claro se prova per os livros antiigos dos prevendeiros pasados e do que ora presente oferecidos por parte dos actores elles receberem ho verdadeiro e imtrinsico valor de huua dobra cruzada segumdo crecença do ouro ao tempo da pagua estarem em posse a vista dos reeos e dos seus antecessores e delles receberem em cad'huu anno a dicta dobra cruzada segumdo a vallia do ouro ao tempo da pagua. E esso meesmo provam sua posse per huua semtença aquy oferecida dada comtra os reeos e comtra semelhante força e esbulho. Assy que claramente se prova os dictos auctores posuyrem e estarem em posse de receberem delles reeos ho imtrinsico vallor da dicta dobra cruzada ao tempo da pagua. Porem vistas estas coussas suso dictas por nossa defenitiva sentença julgando mandamos aos dictos reeos que da publicaçom desta nossa semtença a nove dias primeiro seguintes tornem os dictos actores a sua posse em que dantes estavom ante do esbulho per elles fecto e lhes paguem a dicta dobra cruzada ou seu imtrinsico vallor asy como sempre se mostra que receberom os quaees nove dias passados que lhes assinamos por todas canonicas amoestaçoens convem a saber tres dias por cada amoestaçon nom satisfazendo elles ao que dicto he, monacione premisa, lhe alevantamos a participaçom dos fiees christaaons e avemos

por alevantada e mais os condapnamos nas custas deste proceso reservando pêra nos a taxaçom dellas ficando porem reservado aos reeos requererem seu direito sobre o principall e propriadade quamdo lhes aprouver.

A quall sentença assy foy leuda e publicada per ho dicto senhor bispo em a dicta cidade nos seus paaços episcopaaes e sua camara homde publicamente s'ia fazendo audiencia aos trinta dias do mes de Julho do anno do nascimento de Nosso Senhor e Salvador Jesu Christo de mil e quatrocentos e sateenta e oyto annos.

Da quall semtença e final determinaçom assy per o dicto senhor dada os dictos reeos cumuna apellarom della pera a Samta See Apostolica e Corte de Roma per ho dicto bachaller Gomez Eannes Aranha. E per ho dicto senhor lhe foy recebida a dicta apellaçom e assiinado o termo do direito a que a prosseguissem em ha dicta corte e lhe fizessem dello certo dentro no dicto termo que lhe assy assiinava em outro modo que resumia em sy a jurdiçom pera dar sua semtença aa execuçom. No quall termo os dictos reeos se leixarom folgar e curaram pouco de proseguir sua apellaçom no dicto termo nem fazer dilligencia alguua. E passado assy ho dicto termo e muito mais a dicta comuna foy citada em pessoa de seu procurador e officiaaes della pera a desarçom da dicta apellaçom e se procesou sobre a dicta desarçom perante ho dicto senhor bispo atee que elle dicto senhor se partiio desta cidade per mandado del Rey nosso senhor com a Ifante dona Johana sua filha, o quall senhor veendo o dicto empedimento e como por causa delle nom podia ouvir as dictas partes cometeo a mym suas vezes sobre o dicto caso compridamente o quall per mym foy aceptado. E fiz perante mim citar as dictas partes e de fecto foram citadas e rezoarom assy por partes dos autores como da dicta cumuna aquello que rezoar e aleguar quisserom sobre a dicta deserçom

emtanto que finalmente concludirom o dicto fecto perante mym e mandey ao escripvom delle que concluso mo levasse e de fecto mo levou e teendo ho assy em minha maaom e poder mandey citar as partes pera ouvir em final desembarguo sobre o dicto caso em que me assy concluso era assiinando lhes dia e ora em que avia de publicar segundo perteece a semelhantes autos judiciciaes. E seendo eu ho dia de oje ajuso escripto em publica audiencia no alpende de Sam Joham da See da dicta cidade homde no dicto processo e aas dictas partes assiiney termo e lugar homde faria as dictas audiencias ly dey rezey e pronuncey perante os procuradores das dictas partes no dicto fecto e sobre a dicta desarçom huu final desembarguo que tall he:

Im Dey nomine. Amen. Visto este fecto e os meritos delle e com dilligencia examinado por mym Joham Esteveeniz chantre de Cedofecta neelle juiz comisayro per delleguaçom especiall a mym feita per ho reverendo senhor dom Joham d'Azevedo bispo desta cidade do Porto scilicet a dicta comissom per mym aceptada e a dicta comissom e a pitiçom dos autores sobre a execuçom da definitiva semtença dada per ho dicto senhor bispo de que por parte dos reeos foy appellado pera corte de Roma. E como ho dicto senhor lhes recebeo sua appelaçom da dicta definitiva e lhes assiinou o termo do direito pera a proseguirem, o quall pasou e muito mais sem os dictos

reos appellantes mostrarem dilligencia algua que fizessem sobre ho dicto proseguimento nem constar de impedimento alguu que ouvessem pera lhes seer outorguado segundo fatall como agora pedem antes parecee seerem magnifestamente negligentes; em todo huu anno nom tirarem do escriptvom e notariro do proceso soomente huu breve scripto pera impetraçom de rescripto. E posto que guerras fossem per mar e per terra notorio he que muytas naaos e navios passaram seguros a Pissa e a aquellas partes de Ytallia e tornaram em paz assy como a naao Giralda de que elles fazem meençom e outras e tambem per terra nom se fazia prissom detiimento que aviiam dantes e hiiam muitos e vinham seguros de Roma como foy nesse tempo. Visto esperiencia nem podem elles reeos aleguar inopia porque a cumuna sua e dos judeus de Lixboa e das outras judarias destes regnos que se ajudam em taaes cassos huus aos outros como irmaaons som dos mais ricos e abastados suditos dos dictos regnos assy que bem parecee que por sua negrigencia e tacita renunciaçom ficou sua appellaçom deserta e per conseguinte a sentença definitiva e dada e pronunciada per o dicto senhor bispo de que apellarom passou em causa julgada e merece dar se aa execuçom contra os dictos reeos appellantes. Por ende eu dicto Joham Steveen chanfre juiz comisayro per virtude da comissom e autoridade a mim per o dicto senhor bispo cometida e delleguada per minha sentença pronuncio e mando que a dicta sentença definitiva do dicto senhor bispo contra os dictos reeos appellantes per sua reverenda paternidade pronunciada se de aos dictos autores e se mande aa devida execuçom per todos os remedios do direito em todo e per todo como se neella contem. E condapno os dictos reeos nas custas factas neesta instancia da deserçom e que se contem com as do proceso principall reservando a mim a taxaçom, o quall todo assy pronuncio em estes scriptos pro tribunali sedendo, etc. O quall desenbarguo e final deter minaçom assy per mym publicado aos sete dias do mes de Dezenbro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e IIIc LXXIX em presença dos procuradores das dictas partes em presença dos honrrados Joham de Refoyos meo conigo em a dicta egreja e de Pero Annes bachaller do coro della e de Diego Costano escudeiro do senhor Joham Rodriguez de Saa morador em a dicta cidade que presentes eram chamados requeridos pera seerem testemunhas pera o dicto auto e doutros muitos que presentes erom. Os dictos autores me pidirom assy de todo huua e aquellas sentenças que lhes compriassem pera guarda e conservaçom de seu direito e que mandasse contar as custas sobre ho dicto caso factas e assiinasse termo convinhavel aa dicta cumuna a que as paguasse; as quaaes mandey contar a Dieguo de Merlles dellas na corte da dicta Egreja do Porto. E de fecto foram per elle comtadas e se achou em soma em ellas com ho solayro do seu procurador delles autores e custas do processo e feitura desta sentença e seello della mil e reaes os quaaes mando aos dictos reeos que dem e paguem da publicaçom desta sentença atee nove dias primeiros seguintes, alias lhes alevanto e ey por alevantada a participaçom dos ... atee que satisfaçam dellas como dicto he. Do que todo assy julgado e pronunciado os dictos autores pidirom e lhes mandar (*sic*) as dictas sentenças sub meu siinall e seello das audiencias e cartas

(?) do dicto senhor bispo. Dante na dicta cidade do Porto no dicto dia e mes de Dezembro. Pero Afonso notario a fez anno do nascimento de Nosso Salvador e Remiidor Jesu Christo de mill e quatrocentos e sateenta e nove annos.

(Assinado): *Joham Steveenz, chantré*”

Anexo XI

Édito de Expulsão de Portugal, transcrito por Susana Bastos Mateus e Paulo Mendes Pinto (2007: 149 – 151).

“Que judeus e mouros se saiam destes Reynos, e nom morem, nem estem nelles.

Porque todo fiel Christão sobre todas as cousas he obriguado fazer aquellas que sam seruiço de Nosso Senhor, acrescentamento de sua Sancta Fee Catholica, e a estas non soamente deuem popoer todos os ganhos e perdas deste mundo, mais inteiramente fazer deuem, e sam obrigados, porque per Jesu Christo nosso Senhor sam, e regem, e delle recebem neste mundo maiores merces, que outra algua pessoa, pólo qual sendo Nós muito certo, que os Judeus Mouros obstinados no ódio da Nossa Sancta Fee Catholica de Christo nosso Senhor, que por sua morte nos remio, tem cometido, e continuadamente contra elle cometem grandes males, e blasfémias em estes Nossos Reynos, as quaes nom tam soamente a elles, que sam filhos de maldiçam, em quanto na dureza de seus corações esteuerem, sam causa de mais condenaçam, mas ainda a muitos Christãos fazem apartar da verdadeira carreira que he a Sancta Fee Catholica; por estas e outras mui grandes e necessarias razões, que Nos a esto mouem, que a todo Christão sam notorias e manifestas, auida madura deliberaçam com os do Nosso Conselho, e Letrados, Determinamos, e Mandamos, que da publicaçam desta Nossa Ley , e Determinaçam até per todo o mez d’Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor de mil e quatrocentos e nouenta e sete, todos os Judeus, e Mouros forros, que em Nossos Reynos ouuer, se saiam fóra delles, sob pena de morte natural, e perdeer as fazendas, pera quem os acusar. E qualquer pessoa que passado o dito tempo teuer escondido alguu Judeu ou Mouro forro, per este mesmo feito Queremos que perca toda a sua fazenda, e bens, pera quem o acusar, e Roguamos, e Encomendamos, e Mandamos por nossa bençam, e sob pena de maldiçam aos Reys Nossos Soccessores, que nunca em tempo aluu leixem morar, nem estar em estes Nossos Reynos, e Senhorios d’elles, ninhuu Judeu, nem Mouro forro, por ninhua cousa, nem razam que seja, os quaes Judeus, e Mouros Leixaremos hir liurementemente com todas as suas fazendas, e lhes Mandaremos pagar quaesquer diuidas, que lhe em Nossos Reynos forem devidas, e assi pera sua hida lhe Daremos todo aviamento, e despacho que comprir. E por quanto todas as rendas, e direitos das Judarias, e Mourarias Temos dadas, Mandamos aas pessoas que as de Nós tem, que Nos venham requerer sobre ello, porque a Nós Praz de lhe mandar dar outro tanto, quanto as ditas Judarias, e Mourarias rendem.”

Anexo XII

Folheto sobre a sinagoga *Kadoorie Mekor Haim*

KADOORIE MEKOR HAIM SYNAGOGUE (Oporto, Portugal)



Kadoorie Mekor Haim Synagogue is the largest Synagogue in the Iberian Peninsula and one of the largest in Europe. It was inaugurated in 1938, at a time when Synagogues were being burned in Germany. This monument is one of the most extraordinary places of Jewish worship in the world and is open for individual and group visits, providing information about its history and architecture, as well as about the Jewish Community of Oporto over the centuries to the present day.

Imagem 33 Folheto publicitário sobre a Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim* (Frente)
Fonte: Comunidade Israelita do Porto, s. d. c

The Synagogue is a welcoming and hospitable place for anyone wishing to get acquainted with Jewish history and religion.

On the first floor of the building, one can visit the rooms where the most significant historical objects and documents are kept and displayed.



For more detailed information about tours and prices, please contact the Tourism Department of the Kadoorie Mekor Haim Synagogue:

Telephones: (+351)911768589 / (+351) 911768596

Email: tourism@comunidade-israelita-porto.org

Adress: Rua de Guerra Junqueiro, n°340, Oporto,
(500 meters from Casa da Musica)

Coordinates: 41g 09m 22s North | 08g 38m 14s West

Imagem 34 Folheto publicitário sobre a Sinagoga *Kadoorie Mekor Haim* (Verso)
Fonte: Comunidade Israelita do Porto, s. d. c

Anexo XIII

Placa informativa sobre o Palácio das Sereias na zona da Bandeirinha (Miragaia)



Imagem 35 Placa informativa sobre o Palácio das Sereias
Fonte: Própria, 2014